



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

FINANÇAS LOCAIS

RAA - 2015





Índice

0. INTRODUÇÃO	5
1. O SECTOR LOCAL NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	6
Caracterização Geral	6
2 - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS MUNICÍPIOS.....	10
2.1 Grau de execução da receita e da despesa.....	10
2.2 Fluxo anual de receitas / despesas / saldos orçamentais.....	13
3. RECEITAS MUNICIPAIS	15
3.1 Estrutura e evolução da receita	15
3.1.2 Receitas próprias.....	17
3.1.3 Fundos do Orçamento do Estado	20
3.1.4 Fundos Comunitários	24
3.1.5 Empréstimos	25
4. DESPESAS MUNICIPAIS	26
4.1 Evolução e estrutura das despesas	26
4.2 Pessoal.....	31
4.3 Aquisição de bens e serviços.....	36
4.4 Transferências correntes	40
4.5 Juros	41
4.6 Amortizações.....	44
4.7 Investimento	46
5. EXECUÇÃO PATRIMONIAL	56
5.1 Resultados do exercício	56
5.2 Balanço.....	63
5.2.1 Ativo	63
5.2.2 Passivo e evolução do endividamento.....	68
5.3 Rácios	75



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

6. FREGUESIAS.....	80
6.1 Caraterização	80
6.2 Fluxo das receitas e das despesas.....	80
6.3 Receitas das Freguesias.....	82
6.4 Despesas das Freguesias	86



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Glossário

AM – Associações de Municípios

AMIP – Associação de Municípios da Ilha do Pico

AMISM – Associação de Municípios da Ilha de São Miguel

AMRAA – Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores

CM – Câmaras Municipais, ou Municípios

CP – Curto Prazo

DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais

DROAP – Direção Regional de Organização e Administração Pública

EM – Empresa Municipal

EIM – Empresa Intermunicipal

FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro

FFF – Fundo de Financiamento das Freguesias

JF – Juntas de Freguesia, ou Freguesias

MLP – Médio e Longo Prazo

m.e. – Milhares de euros

M€ - Milhões de euros

OE – Orçamento de Estado

PAEL – Programa de Apoio à Economia Local

POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais

RAA - Região Autónoma dos Açores

RFALEI - Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais

SEL – Setor Empresarial Local

SM – Serviços Municipalizados

SMAH – Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo

SMPD – Serviços Municipalizados de Ponta Delgada



0. INTRODUÇÃO

No âmbito das suas competências na área das finanças locais, a DROAP elabora, anualmente, um relatório sobre a situação financeira das autarquias locais. Para o efeito, utiliza os documentos de prestação de contas enviados pelas autarquias ou disponibilizados nas respetivas páginas de internet. Nos termos da legislação aplicável (POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e RFALEI - Regime Financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais), os documentos de prestação de contas devem ser disponibilizados até 30 dias após aprovação pelos respetivos órgãos executivos o que, na prática, significa até ao final de maio. Posteriormente os documentos são analisados, validados com os elementos introduzidos pelas autarquias na plataforma eletrónica da DGAL (SIIAL) e introduzidos em bases de dados Excel, que servem de suporte ao referido relatório.

No ano de 2015, considero ser importante destacar o seguinte:

- Uma redução de 2,7% na receita total dos municípios, relativamente a 2014, que em 2015 foi de 171 M€;
- Uma redução de 2,5% na despesa total dos municípios, que foi de 168 M€, em 2015. As despesas de pessoal diminuíram 3,9% e as despesas de investimento, direto e indireto, diminuíram 24%.
- A dívida de médio e longo prazo diminuiu 6,9%, ficando nos 137 M€, o valor mais baixo dos últimos 10 anos, e o mesmo aconteceu com a de curto prazo, que diminuiu 33%, situando-se nos 12,7 M€. Em 2009, esta dívida era de 93 M€ e a de médio e longo prazo era de 160 M€. Grande parte da dívida de curto prazo foi convertida em médio e longo prazo, mas mesmo assim esta também diminuiu.
- O prazo médio de pagamento, que em 2012 era de 157 dias (média dos municípios), em 2015 situou-se nos 17 dias, com apenas 2 municípios a excederem os 30 dias.
- O resultado líquido global foi de 5,6 M€, registando-se valores negativos em 6 municípios.
- Nas freguesias, registou-se um aumento global de 16% na receita, com um total de cerca de 18,4 M€, e um aumento de 24% na despesa, que globalmente se situou nos 18,6 M€. Para estes aumentos, contribuíram de forma decisiva as transferências do Governo Regional, que cresceram 91%.

O DIRETOR REGIONAL

Victor Jorge Ribeiro Santos



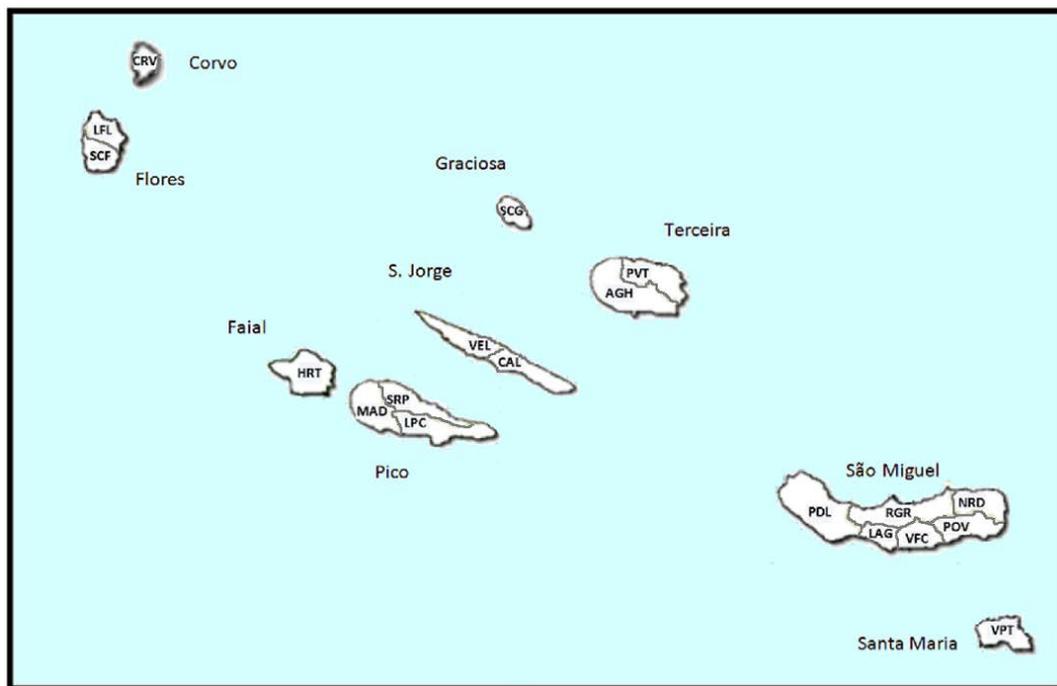
1. O SECTOR LOCAL NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Caracterização Geral

A definição de Município aparece, pela primeira vez, no artigo 38.º da Lei n.º 77/79, de 25 de Outubro (Lei sobre atribuições das Autarquias Locais), como «*pessoa coletiva territorial, dotada de órgãos representativos, que visa a prossecução de interesses próprios da população na respetiva circunscrição*».

As 9 ilhas da Região Autónoma dos Açores estão divididas administrativamente em 19 municípios e estes em 156 freguesias, sendo que no Corvo as funções da única freguesia existente, são exercidas pelo município, não havendo neste caso os órgãos executivo e deliberativo, nem qualquer movimentação de verbas ao nível da freguesia.

Ilhas e Municípios dos Açores



Os municípios portugueses são habitualmente categorizados em três dimensões:

- **Pequenos** – com população menor ou igual a 20.000 habitantes;
- **Médios** – com população maior que 20.000 habitantes e menor ou igual a 100.000 habitantes;
- **Grandes** – com população maior que 100.000 habitantes.

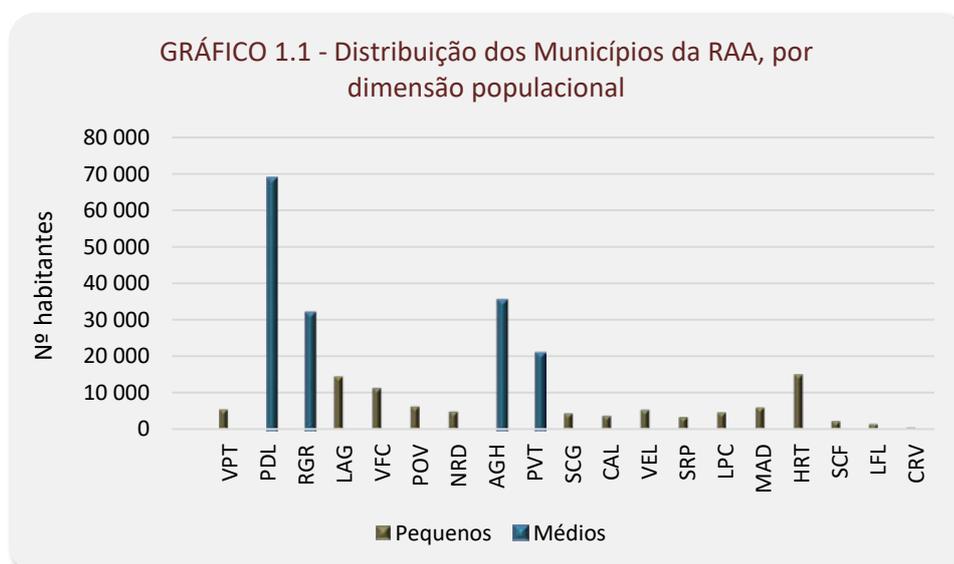


REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Considerando estas dimensões, os municípios da Região Autónoma dos Açores (RAA) distribuem-se da seguinte forma:

Pequenos	Médios	Grandes
15 Municípios	4 Municípios	0 Municípios

Da análise ao Gráfico 1.1, verifica-se que na RAA predominam os municípios de pequena dimensão e somente quatro municípios é que são de média dimensão (Ponta Delgada, Angra do Heroísmo, Ribeira Grande e Praia da Vitória).



Por outro lado, no que respeita à densidade populacional e agrupando os municípios por ilhas, verifica-se que é nas ilhas de São Miguel e Terceira que está concentrada a maior parte da população, representando estas duas ilhas 78,7% da população do arquipélago dos Açores, mas apenas 49,3% da área total.

O Quadro 1.1 mostra alguns elementos sobre a caracterização da divisão administrativa do espaço territorial da Região Autónoma dos Açores, nomeadamente a população e área das suas ilhas e dos seus concelhos, fornecendo também informação sobre o setor empresarial local.

O número de empresas municipais e intermunicipais no final de 2015 era de 22, comparado com as 29 que existiam em 2014.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

QUADRO 1.1 - Caracterização da Administração Local na Região Autónoma dos Açores

Ilhas	Municípios	População 2011	Área (km2)	Hab/ Km2	N.º de Freguesias	Área média das Freguesias	Habitantes por Freguesia	Serviços Municipalizados	Sector Empresarial Local (SEL)		
									EIM*	EIM*	EIM**
Santa Maria	VPT	5.552	96,9	57,3	5	19,4	1.110				1
		5.552	96,9	57,3	5	19,4	1.110				1
São Miguel	PDL	68.809	233,0	295,3	24	9,7	2.867	1			3
	RGR	32.112	180,2	178,2	14	12,9	2.294		1		
	LAG	14.442	45,6	316,7	5	9,1	2.888			1	
	VFC	11.229	78,0	144,0	6	13,0	1.872				4
	POV	6.327	106,4	59,5	6	17,7	1.055				2
	NRD	4.937	101,5	48,6	9	11,3	549				3
		137.856	744,7	185,1	64	11,6	2.154	1	1	1	12
Terceira	AGH	35.402	239,0	148,1	19	12,6	1.863	1			
	PVT	21.035	161,3	130,4	11	14,7	1.912		1		1
		56.437	400,3	141,0	30	13,3	1.881	1	1		1
Graciosa	SCG	4.391	60,7	72,3	4	15,2	1.098				1
		4.391	60,7	72,3	4	15,2	1.098				1
São Jorge	CAL	3.773	126,3	29,9	5	25,3	755				
	VEL	5.398	117,4	46,0	6	19,6	900				
		9.171	243,7	37,6	11	22,2	834				
Pico	SRP	3.388	142,4	23,8	5	28,5	678				1
	LPC	4.711	155,3	30,3	6	25,9	785				
	MAD	6.049	147,1	41,1	6	24,5	1.008				1
		14.148	444,8	31,8	17	26,2	832				2
Faial	HRT	14.994	173,1	86,6	13	13,3	1.153				1
		14.994	173,1	86,6	13	13,3	1.153				1
Flores	SCF	2.289	70,9	32,3	4	17,7	572				1
	LFL	1.504	70,0	21,5	7	10,0	215				1
		3.793	140,9	26,9	11	12,8	345				1
Corvo	CRV	430	17,1	25,1							
		430	17,1	25,1							
TOTAIS		246.772	2.322,2	106,3	155	15,0	1.592	2		22	

* EIM - Empresa Intermunicipal

** EM - Empresa Municipal

A Ilha onde as freguesias têm maior área média é o Pico (26,2 km2), seguida de S. Jorge (22,2 km2) e Santa maria (19,4 km2). Por outro lado, S. Miguel é a ilha onde as freguesias têm, em média, mais população.

Para além das empresas municipais e intermunicipais e serviços municipalizados (SM), o sector local compreende ainda as seguintes associações de municípios (AM):

QUADRO 1.2 - Associações de Municípios na Região Autónoma dos Açores

ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS	MUNICÍPIOS	Número
Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores (AMRAA)	Todos os municípios da Região	19
Associação de Municípios da Ilha de São Miguel (AMISM)	Municípios da Ilha de S. Miguel	6
Associação de Municípios da Ilha do Pico (AMIP)	Municípios da Ilha do Pico	3



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

O Quadro 1.3 mostra a preponderância de freguesias rurais (87) nos Açores, as quais representam 56% do universo das freguesias açorianas. Em contraponto, as freguesias urbanas (27) representam 17% do total, e as restantes, as freguesias mistas (42) representam 27%.

QUADRO 1.3 - Tipologia de Freguesias por Município

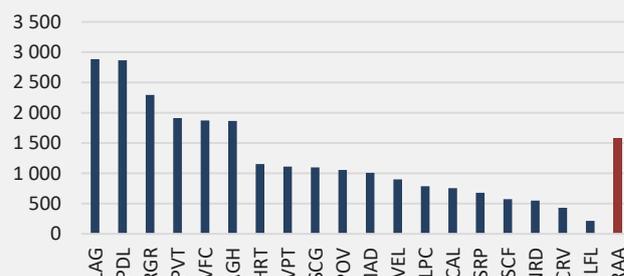
Município	Freguesias Rurais	Freguesias Urbanas	Freguesias Mistas	Total de Freguesias	Área média por freguesia	População média por freguesia
VPT	4	0	1	5	19	1.110
PDL	3	8	13	24	10	2.867
RGR	7	4	3	14	13	2.294
LAG	0	2	3	5	9	2.888
VFC	2	3	1	6	13	1.872
POV	4	0	2	6	18	1.055
NRD	8	0	1	9	11	549
AGH	10	7	2	19	13	1.863
PVT	4	1	6	11	15	1.912
SCG	3	0	1	4	15	1.098
CAL	4	0	1	5	25	755
VEL	5	0	1	6	20	900
SRP	4	0	1	5	28	678
LPC	5	0	1	6	26	785
MAD	5	0	1	6	25	1.008
HRT	10	2	1	13	13	1.153
SCF	3	0	1	4	18	572
LFL	5	0	2	7	10	215
CRV	1	0	0	1	17	430
Total - RAA	87	27	42	156	15	1.582

Em Ponta Delgada e na Praia da Vitória verifica-se uma predominância (55%) de freguesias mistas. Na Praia da Vitória, apesar de ser um município citadino, apenas 1 das 11 freguesias é urbana. Em Ponta Delgada, outro município citadino, as freguesias urbanas são 8, num total de 24. Em Angra do Heroísmo e na Ribeira Grande, outros municípios com cidades, são as freguesias rurais que predominam, com 50%, ou mais, das freguesias. Ainda no que diz respeito aos municípios citadinos, a Horta tem 10 freguesias rurais num total de 13 (77%) e a Lagoa é o único município sem freguesias rurais. Vila Franca do Campo é o único município não citadino que tem freguesias urbanas (3 em 6).

GRÁFICO 1.2 - Área média por freguesia (Km²)



GRÁFICO 1.3 - População média por freguesia (nº hab)





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

2 - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS MUNICÍPIOS

2.1 Grau de execução da receita e da despesa

Os quadros seguintes mostram os valores previstos, revistos e executados, relativamente às receitas e despesas dos municípios da RAA, em 2015, bem como as taxas de execução de 2015 e 2014, calculadas relativamente aos valores revistos, ou seja, orçamentos finais.

QUADRO 2.1 - Execução Orçamental da Receita - 2015

	RECEITAS CORRENTES				RECEITAS DE CAPITAL				RECEITAS TOTAIS				% de Execução 2014
	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução	% de Execução	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução	% de Execução	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução	% de Execução	
	MUNICÍPIOS				MUNICÍPIOS				MUNICÍPIOS				
VPT	4.534.670	4.534.670	4.658.931	102,7%	3.218.319	3.218.319	766.449	23,8%	7.752.989	7.752.989	5.425.379	70,0%	99,3%
PDL	30.249.276	30.364.276	30.183.028	99,4%	3.900.723	4.885.939	3.065.322	62,7%	34.149.999	35.250.215	33.248.350	94,3%	91,3%
RGR	15.020.321	15.669.025	16.445.253	105,0%	3.628.456	4.261.965	3.969.520	93,1%	18.648.777	19.930.990	20.414.773	102,4%	106,8%
LAG	9.008.559	9.008.559	8.682.785	96,4%	3.291.441	1.558.464	1.235.265	79,3%	12.300.000	10.567.023	9.918.050	93,9%	86,7%
VFC	7.161.244	7.163.987	7.250.673	101,2%	1.787.448	1.940.671	1.955.954	100,8%	8.948.692	9.104.658	9.206.626	101,1%	88,6%
POV	5.607.032	5.607.032	5.198.880	92,7%	1.765.167	1.765.167	779.805	44,2%	7.372.199	7.372.199	5.978.685	81,1%	76,7%
NRD	4.429.943	4.663.949	4.719.056	101,2%	741.924	509.673	440.248	86,4%	5.171.867	5.173.622	5.159.304	99,7%	104,8%
AGH	13.281.859	13.076.839	13.799.667	105,5%	4.566.002	7.130.581	5.619.745	78,8%	17.847.861	20.207.420	19.419.413	96,1%	84,4%
PVT	8.566.662	8.566.662	9.075.417	105,9%	6.268.162	4.003.257	2.472.101	61,8%	14.834.824	12.569.919	11.547.517	91,9%	89,6%
SCG	3.353.088	3.475.689	3.452.566	99,3%	2.091.536	842.845	416.295	49,4%	5.444.624	4.318.534	3.868.861	89,6%	91,2%
CAL	3.876.584	3.899.084	4.091.211	104,9%	1.632.339	1.436.317	1.439.310	100,2%	5.508.923	5.335.401	5.530.521	103,7%	98,7%
VEL	4.351.969	4.566.955	4.907.249	107,5%	1.006.342	1.186.530	1.125.795	94,9%	5.358.311	5.753.485	6.033.044	104,9%	108,4%
SRP	3.559.532	3.693.017	3.677.843	99,6%	915.157	917.431	814.329	88,8%	4.474.689	4.610.448	4.492.171	97,4%	100,7%
LPC	4.420.324	4.420.324	4.529.218	102,5%	2.118.843	2.318.843	1.069.983	46,1%	6.539.167	6.739.167	5.599.201	83,1%	71,5%
MAD	5.256.019	5.256.019	5.274.130	100,3%	2.935.801	3.538.801	1.599.489	45,2%	8.191.820	8.794.820	6.873.619	78,2%	69,5%
HRT	9.238.864	9.238.864	8.760.501	94,8%	3.372.927	3.384.606	1.678.265	49,6%	12.611.791	12.623.470	10.438.766	82,7%	83,8%
SCF	2.226.029	2.317.920	2.341.149	101,0%	432.090	994.751	622.028	62,5%	2.658.119	3.312.671	2.963.176	89,4%	88,8%
LFL	2.644.363	2.644.473	2.606.525	98,6%	1.315.135	860.235	388.988	45,2%	3.959.498	3.504.708	2.995.512	85,5%	79,5%
CRV	1.392.066	1.399.666	1.411.822	100,9%	2.277.935	911.529	525.553	57,7%	3.670.001	2.311.195	1.937.375	83,8%	97,0%
TOTAL	138.178.404	139.567.010	141.065.903	101,1%	47.265.747	45.665.924	29.984.441	65,7%	185.444.151	185.232.934	171.050.344	92,3%	89,4%

(a) Valores apurados no SIAL

- Municípios que reforçaram a dotação inicial da receita.
- Municípios que reduziram a dotação inicial da receita.
- Municípios que reforçaram a dotação inicial da receita, mas executaram menos do que essa dotação.

Em termos globais, a taxa de execução das receitas totais situou-se nos 92,3%, melhorando ligeiramente, face aos 89,4% verificados em 2014, valores bastante superiores aos 70,0% observados em 2013.

Com exceção de Vila do Porto, que passa de uma taxa de execução de 99,3% para 70,0%, a situação é positiva ou razoável nos restantes municípios. O valor imediatamente acima é o da Madalena, com 78,2%, que no ano anterior era de 69,5%. O Corvo regista um valor de 83,4%, mas no ano anterior registou 97,0%.

As taxas de execução das receitas são importantes, na medida em que taxas baixas podem, de certo modo, contribuir para o endividamento. Um orçamento equilibrado baseado em receitas previstas em excesso pode levar à realização de despesas em excesso, face à efetiva cobrança das receitas previstas.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

A nova Lei de Finanças Locais (Lei nº 73/2013, de 3 de setembro) prevê, no artigo 56º, o acompanhamento da execução orçamental das receitas e a comunicação aos eleitos locais e responsáveis governamentais nos casos em que a taxa de execução das receitas se mostre inferior a 85%, incentivando deste modo os eleitos na procura de taxas elevadas de execução orçamental. De referir que em 2015 a taxa de execução foi inferior a este valor em 6 municípios, o mesmo número verificado em 2014, sendo que em 4 deles esta situação verificou-se nos 2 anos.

De acordo com o ponto 3.3.1 do POCAL, nas regras previsionais relativas à inscrição de transferências como receita “As importâncias relativas às transferências correntes e de capital só podem ser consideradas no orçamento desde que estejam em conformidade com a efetiva atribuição ou aprovação pela entidade competente, exceto quando se trate de receitas provenientes de fundos comunitários, em que os montantes das correspondentes dotações de despesa, resultantes de uma previsão de valor superior ao da receita de fundo comunitário aprovado, não podem ser utilizadas como contrapartida de alterações orçamentais para outras dotações”. Esta regra permitia a sobre orçamentação das receitas e a subsequente baixa execução orçamental, situação que a Lei nº 73/2013 pretendeu melhorar.

Refira-se que, nesse sentido, a DGAL disponibilizou no Portal Autárquico uma nota técnica sobre revisões orçamentais conducentes à diminuição de receitas, dado que o POCAL não é suficientemente explícito nesta matéria, concentrando as suas notas explicativas nos casos de revisões com aumento global de receitas e por conseguinte, de despesas.

Em 2015, 6 municípios reduziram a sua previsão inicial de receitas, observando-se os valores mais elevados no Corvo (-37%) e em Santa Cruz da Graciosa (-21%). Por outro lado, 11 municípios aumentaram a sua previsão inicial de receitas, nas modificações orçamentais realizadas durante o ano, sendo de assinalar os casos de Santa Cruz das Flores (+25%) e Angra do Heroísmo (+13%).

São as receitas de capital que apresentam menores taxas de execução, sendo aqui que se registam as transferências de capital relativas a comparticipações do Estado e da União Europeia. Em termos globais, registou-se uma taxa de execução de apenas 66% nas receitas de capital, semelhante aos 65% de 2014. As taxas mais reduzidas surgem nos municípios de Vila do Porto (24%), Povoação (44%), Madalena (45%) e Lajes das Flores (45%). Com valores mais elevados, destacam-se Vila Franca do Campo e Calheta, os quais apresentam a melhor taxa de execução global, excedendo apenas ligeiramente os 100%.

Nas receitas correntes, a taxa de execução mais baixa foi de 93%, no município da Povoação, e a mais alta no município de Velas, com 108%.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

QUADRO 2.2 - Execução Orçamental da Despesa – 2015

	DESPESAS CORRENTES				DESPESAS DE CAPITAL				DESPESAS TOTAIS				% de Execução 2014
	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução	% de Execução	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução	% de Execução	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução	% de Execução	
	MUNICÍPIOS				MUNICÍPIOS				MUNICÍPIOS				
VPT	4.341.390	4.379.023	3.764.202	86,0%	3.411.599	3.760.599	1.321.024	35,1%	7.752.989	8.139.622	5.085.226	62,5%	93,1%
PDL	27.556.029	27.270.823	24.992.042	91,6%	6.593.971	8.769.549	7.481.255	85,3%	34.150.000	36.040.372	32.473.297	90,1%	89,4%
RGR	10.119.222	10.319.221	10.086.042	97,7%	8.530.778	12.196.036	11.133.542	91,3%	18.650.000	22.515.257	21.219.584	94,2%	92,2%
LAG	6.923.739	6.963.428	6.624.920	95,1%	5.376.261	3.715.860	3.220.325	86,7%	12.300.000	10.679.288	9.845.245	92,2%	85,9%
VFC	5.783.968	5.894.903	5.570.710	94,5%	3.164.724	3.851.107	3.518.033	91,4%	8.948.692	9.746.010	9.088.743	93,3%	83,6%
POV	4.540.470	4.428.120	3.612.206	81,6%	2.832.154	2.966.766	2.344.178	79,0%	7.372.624	7.394.886	5.956.385	80,5%	77,2%
NRD	3.403.921	3.565.457	3.461.849	97,1%	1.767.946	3.151.565	1.931.555	61,3%	5.171.867	6.717.022	5.393.405	80,3%	85,6%
AGH	10.707.066	11.735.417	10.414.929	88,7%	7.140.800	10.905.862	8.886.734	81,5%	17.847.866	22.641.279	19.301.662	85,2%	76,6%
PVT	7.548.104	7.383.413	6.481.487	87,8%	7.286.720	5.268.509	5.054.394	95,9%	14.834.824	12.651.922	11.535.881	91,2%	89,5%
SCG	2.772.165	2.879.653	2.647.740	91,9%	2.672.809	1.806.548	1.337.670	74,0%	5.444.974	4.686.201	3.985.410	85,0%	84,4%
CAL	2.745.691	2.751.680	2.454.680	89,2%	2.764.540	3.131.107	2.441.889	78,0%	5.510.231	5.882.787	4.896.569	83,2%	90,0%
VEL	3.447.457	4.011.457	3.362.905	83,8%	1.910.854	3.802.624	1.994.836	52,5%	5.358.311	7.814.081	5.357.741	68,6%	73,3%
SRP	2.723.802	2.835.978	2.688.361	94,8%	1.750.887	1.983.173	1.806.304	91,1%	4.474.689	4.819.151	4.494.665	93,3%	96,8%
LPC	3.178.816	3.317.645	3.185.269	96,0%	3.360.451	3.566.451	2.555.252	71,6%	6.539.267	6.884.096	5.740.522	83,4%	75,4%
MAD	4.811.019	5.069.857	4.411.343	87,0%	3.380.801	3.831.401	2.532.900	66,1%	8.191.820	8.901.258	6.944.244	78,0%	68,8%
HRT	7.426.259	7.776.144	6.436.390	82,8%	5.185.532	5.390.782	3.469.926	64,4%	12.611.791	13.166.926	9.906.316	75,2%	80,8%
SCF	1.892.946	1.975.196	1.722.203	87,2%	765.273	1.814.530	674.626	37,2%	2.658.219	3.789.726	2.396.829	63,2%	80,8%
LFL	2.482.369	2.446.423	1.995.505	81,6%	1.477.629	1.362.829	1.007.638	73,9%	3.959.998	3.809.252	3.003.143	78,8%	75,7%
CRV	955.601	1.094.301	896.008	81,9%	2.714.400	1.688.800	851.256	50,4%	3.670.001	2.783.101	1.747.264	62,8%	76,9%
TOTAL	113.360.034	116.098.139	104.808.791	90,3%	72.088.129	82.964.098	63.563.339	76,6%	185.448.163	199.062.237	168.372.130	84,6%	83,6%

(a) Valores apurados no SIAL

No caso das despesas, as taxas de execução foram inferiores, ficando entre os 82% e os 98% nas despesas correntes e entre os 35% e os 96% nas despesas de capital. Ao contrário das receitas, em que é permitido cobrar para além dos valores orçamentados, nas despesas não é permitido exceder as dotações orçamentais, o que em termos globais resulta em taxas de execução mais baixas. Os valores mais altos de execução da despesa total aparecem nos municípios de Ribeira Grande (94%), Vila Franca do Campo (93%), São Roque do Pico (93%) e Lagoa (92%).

Os municípios de Ponta Delgada, Ribeira Grande, Lagoa, Vila Franca do Campo, Praia da Vitória e São Roque do Pico apresentam execuções superiores a 90% na receita e na despesa.

Encerrando esta análise do grau de previsão das receitas e despesas, apresenta-se um quadro resumo com os totais previstos, revistos e executados.

QUADRO 2.3 - Execução Orçamental 2015 - RESUMO

	RECEITAS CORRENTES				RECEITAS DE CAPITAL				RECEITAS TOTAIS			
	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução	% de Execução	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução	% de Execução	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução	% de Execução
MUNICÍPIOS	138.178.404	139.567.010	141.065.903	101,1%	47.265.747	45.665.924	29.984.441	65,7%	185.444.151	185.232.934	171.050.344	92,3%
	DESPESAS CORRENTES				DESPESAS DE CAPITAL				DESPESAS TOTAIS			
	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução	% de Execução	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução	% de Execução	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução	% de Execução
MUNICÍPIOS	113.360.034	116.098.139	104.808.791	90,3%	72.088.129	82.964.098	63.563.339	76,6%	185.448.163	199.062.237	168.372.130	84,6%
Rec - Desp	24.818.370	23.468.872	36.257.112		-24.822.382	-37.298.174	-33.578.897		-4.012	-13.829.302	2.678.214	

(a) Valores apurados no SIAL



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

2.2 Fluxo anual de receitas / despesas / saldos orçamentais

As receitas totais dos municípios sofreram um novo decréscimo em 2015 (-2,7%). Pelo quadro abaixo, que resume as receitas e despesas nos últimos 3 anos e os saldos transitados, verifica-se uma diminuição gradual da receita, entre 181 M€ e 171 M€.

Ao nível das despesas, o comportamento foi semelhante, variando entre 177 M€ em 2013 e 168 M€ em 2015. O que se nota é um aumento progressivo e significativo do saldo final, que aumenta de 9,8 M€ em 2013 para 16,4 M€ em 2015.

Observando o Quadro 2.4, verificamos que as receitas correntes aumentam no período em causa (7,7% em 2014 e 5,5% em 2015). São as receitas de capital que sofrem diminuições acentuadas, entre 26 e 29%, contribuindo para a diminuição nas receitas totais. Nas despesas o comportamento vai no mesmo sentido, mas não tão acentuado e daí o aumento verificado nos saldos finais.

QUADRO 2.4 - Fluxo anual de receitas / despesas / saldos orçamentais

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	2013		2014		Δ 13-14	2015		Δ 14-15
	Valores	%	Valores	%		Valores	%	
Saldo Inicial a)	6.311.088		9.873.036		56,4%	13.725.191		39,0%
Receitas Correntes	124.245.096	68,7%	133.752.334	76,0%	7,7%	141.065.903	82,4%	5,5%
Receitas de Capital	56.602.186	31,3%	42.041.464	23,9%	-25,7%	29.984.441	17,5%	-28,7%
Reposições n/ abatidas nos pag	57.960	0,0%	129.387	0,1%	123,2%	48.996	0,0%	-62,1%
Receita Total b)	180.905.242	100,0%	175.923.185	100,0%	-2,8%	171.099.340	100,0%	-2,7%
Total de Disponibilidades (c)=(a)+(b)	187.216.329		185.796.221		-0,8%	184.824.531		-0,5%
Despesas Correntes	98.462.639	55,5%	99.403.172	57,8%	1,0%	104.808.791	62,2%	5,4%
Despesas de Capital	78.920.285	44,5%	72.667.858	42,2%	-7,9%	63.563.339	37,8%	-12,5%
Despesa Total (d)	177.382.924	100,0%	172.071.030	100,0%	-3,0%	168.372.130	100,0%	-2,1%
Saldo Final (e)=(c)-(d)	9.833.405		13.725.191		39,6%	16.452.401		19,9%

O Quadro 2.5 mostra os saldos orçamentais dos municípios em 2014 e 2015, bem como os valores mínimos, máximos e médio dos últimos 10 anos. Nas últimas colunas, apresentam-se os saldos correntes (receitas correntes – despesas correntes) e de capital (receitas de capital – despesas de capital) e por fim o rácio “saldo corrente/amortizações de empréstimos de médio e longo prazo”, o qual traduz de forma simplificada o cumprimento da regra do equilíbrio corrente em 2015, uma vez que considera as amortizações totais e não as amortizações médias dos empréstimos. Neste critério, apenas o município do Nordeste fica abaixo do valor 1, mas atinge o valor aproximado de 0,9.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

De acordo com a Lei nº 73/2013, de 03-09 (RFALEI – Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais), o saldo corrente (receitas correntes – despesas correntes) deve ser suficiente para fazer face às amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. O rácio “Saldo corrente / amortizações MLP” deve por isso ser igual ou superior a 1. Chama-se a atenção para o valor destacado de S. Roque do Pico (11,6) e ainda para os valores de Vila do Porto e Corvo.

QUADRO 2.5 - Saldos orçamentais

Municípios	Saldos finais nos últimos 10 anos					Euros		
	Valor mínimo	Valor máximo	Valor Médio	2014	2015	Saldo corrente 2015	Saldo de capital 2015	Saldo corrente / amortiz empr
VPT	92.143	727.211	318.610	386.133	727.211	894.729	-554.575	4,1
PDL	41.159	1.565.208	577.416	790.156	1.565.208	5.190.986	-4.415.933	1,7
RGR	226.774	2.584.144	927.230	2.584.144	1.785.068	6.359.211	-7.164.022	3,4
LAG	61.342	196.954	137.682	112.265	185.070	2.057.865	-1.985.060	3,0
VFC	208.391	805.711	562.383	634.383	760.615	1.679.962	-1.562.079	1,2
POV	22.262	292.501	132.349	22.262	44.863	1.586.674	-1.564.374	2,4
NRD	15.609	1.543.263	349.562	1.543.263	1.309.163	1.257.207	-1.491.307	0,9
AGH	334.951	3.286.614	1.571.571	2.453.834	2.573.272	3.384.739	-3.266.988	2,5
PVT	81.726	703.241	313.609	81.726	93.803	2.593.930	-2.582.293	3,0
SCG	50.229	475.428	207.193	367.317	250.768	804.826	-921.376	2,1
CAL	-245.904	1.080.935	329.032	446.225	1.080.935	1.636.532	-1.002.580	1,5
VEL	68.531	2.735.899	651.406	2.060.596	2.735.899	1.544.344	-869.041	2,0
SRP	94.132	755.915	309.824	193.635	192.427	989.482	-991.975	11,6
LPC	32.315	1.802.608	369.787	144.829	32.315	1.343.948	-1.485.269	1,7
MAD	20.317	480.167	147.020	106.438	35.996	862.786	-933.411	1,9
HRT	37.207	1.077.906	296.808	545.081	1.077.906	2.324.111	-1.791.662	3,3
SCF	159.830	1.043.453	534.407	476.955	1.043.453	618.945	-52.598	2,9
LFL	264.031	1.324.159	624.734	304.044	296.413	611.020	-618.650	3,1
CRV	159.687	662.017	318.547	471.906	662.017	515.814	-325.703	4,5
TOTAL	3.994.269	16.452.401	8.679.169	13.725.191	16.452.401	36.257.112	-33.578.897	2,2

Saldo de capital negativo totalmente compensado pelo saldo corrente positivo

Saldo corrente e saldo de capital – De acordo com a legislação referida, as receitas correntes devem ser sempre superiores às despesas correntes e o excesso deve cobrir as amortizações de empréstimos. Os saldos correntes apresentados no Quadro 2.5 são todos positivos, como é natural. No que respeita aos saldos de capital, eles foram todos negativos em 2015, o que, não sendo obrigatório, é frequente, uma vez que o que sobra da parte corrente é utilizado em despesa de capital. As despesas de capital podem ainda ser financiadas pelo saldo do ano anterior. Como se pode observar (assinalado a verde) em 12 municípios o saldo corrente gerado no próprio ano foi suficiente para compensar o défice da parte de capital e nos restantes cobriu mais de 84% daquelas despesas, tendo o saldo do ano anterior (2014) financiado a parte remanescente.



3. RECEITAS MUNICIPAIS

3.1 Estrutura e evolução da receita

As receitas dos municípios totalizaram 171 M€ em 2015, o que representa um decréscimo de 2,7% em relação ao ano de 2014 (cerca de -4,8 M€). Este é o valor mais baixo registado dos últimos 10 anos, sendo que o ano de 2009 foi o que apresentou o valor mais elevado desse período (220 M€). A partir desse ano, as receitas decresceram, de forma gradual, a uma taxa média de 4% ao ano. Se analisarmos as várias componentes da receita verificamos que algumas rubricas, como as receitas próprias e as transferências dos fundos OE crescem de forma consistente desde 2009, enquanto outras, como as transferências referentes a investimentos comparticipados pelos fundos comunitários e pelo Governo Regional (contratos ARAAL), e os empréstimos de curto e médio e longo prazo, decrescem. As transferências da UE apresentam um comportamento bastante mais oscilatório, com anos bastante elevados intercalados com anos de valor mais baixo.

No Quadro 3.1 é apresentada a receita total decomposta pelas suas várias componentes no período 2013-2015. A análise do quadro permite-nos perceber que as receitas próprias e transferências do OE representam cerca de 88% do total e que o seu peso tem vindo a aumentar.

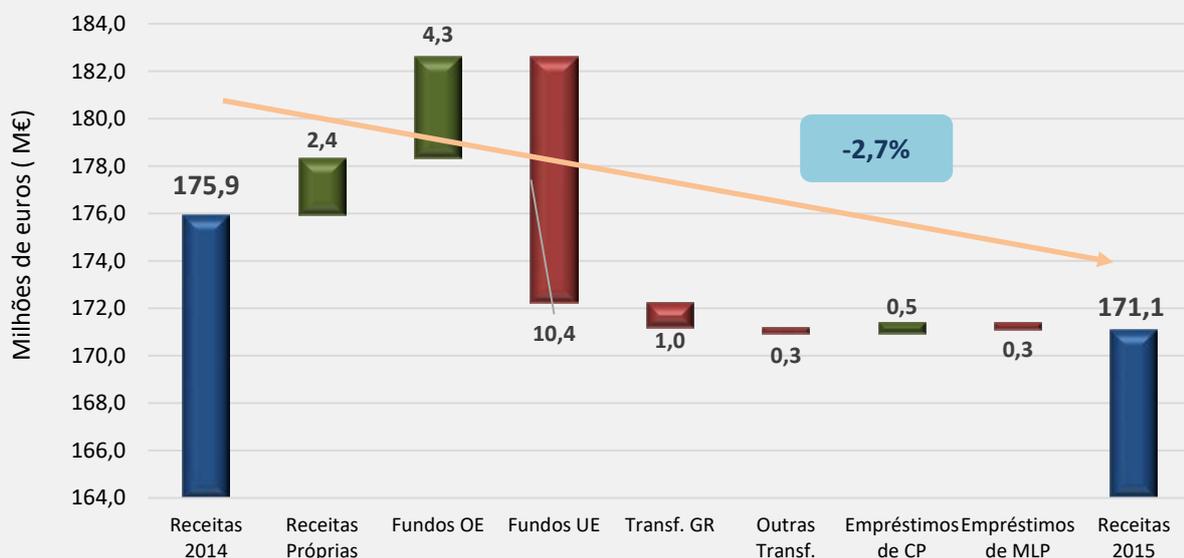
QUADRO 3.1 – Evolução e estrutura das principais receitas

RECEITAS	2013		2014		Δ % 13-14	2015		Δ % 14-15
	valores	%	valores	%		valores	%	
Receitas Próprias	51.167.532	28,3%	53.275.292	30,3%	4,1	55.681.067	32,5%	4,5
Fundos Orçamento do Estado	92.105.631	50,9%	89.714.804	51,0%	-2,6	94.006.636	54,9%	4,8
Fundos Comunitários	19.510.376	10,8%	25.727.034	14,6%	31,9	15.333.324	9,0%	-40,4
Transferências - Governo Regional	4.329.066	2,4%	3.130.509	1,8%	-27,7	2.085.342	1,2%	-33,4
Outras Transferências	689.128	0,4%	1.173.559	0,7%	70,3	887.970	0,5%	-24,3
Empréstimos de curto prazo	1.330.000	0,7%	1.140.000	0,6%	-14,3	1.650.000	1,0%	44,7
Empréstimos de médio e longo prazo	11.773.508	6,5%	1.761.987	1,0%	-85,0	1.455.001	0,9%	-17,4
Totais	180.905.242	100,0%	175.923.185	100,0%	-2,8	171.099.340	100,0%	-2,7

De facto, olhando para o gráfico seguinte, onde se mostra a decomposição da variação da receita de 2014 para 2015, por rubrica, percebe-se que a queda nas receitas totais, maioritariamente explicada pela diminuição das transferências da UE (-10,4 M€), só não é mais elevada pelo impacto positivo que têm as receitas próprias e as transferências dos fundos do OE.

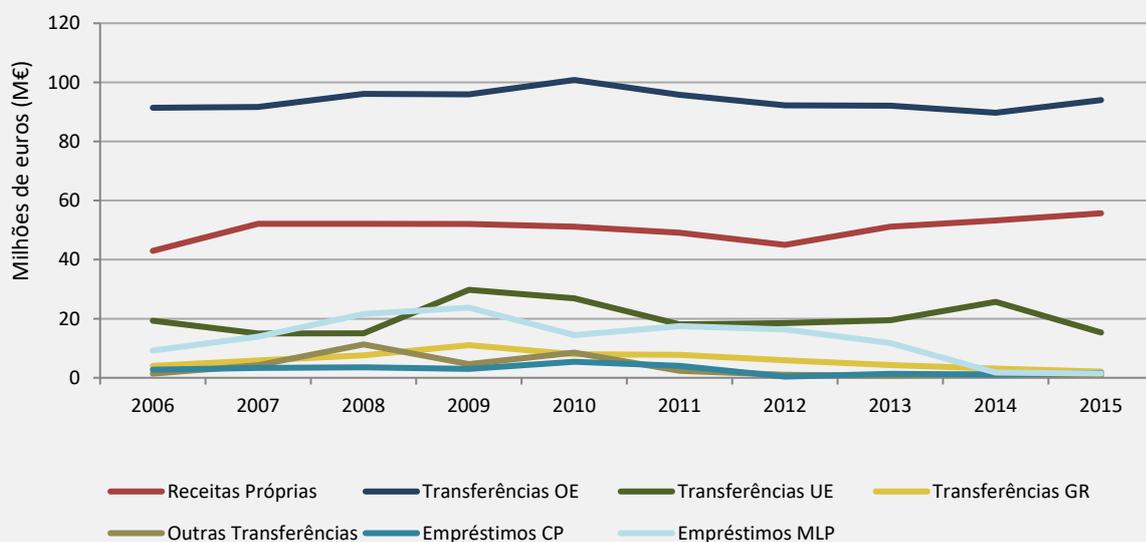


GRÁFICO 3.1 – Variação das receitas totais 2014-2015, por rubrica



No Gráfico 3.2 é possível verificar as tendências evolutivas de cada rubrica da despesa, nos últimos 10 anos, já mencionadas anteriormente.

GRÁFICO 3.2 - Evolução das principais componentes da receita





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Analisando os valores da receita desagregada pelas suas principais componentes (Quadro 3.2) nos municípios, serviços municipalizados e associações de municípios, verifica-se que a estrutura das receitas difere bastante de acordo com o tipo de organismo. Enquanto no caso dos municípios as transferências do OE são a principal rubrica da receita, no caso dos serviços e associações de municípios são as receitas próprias que têm maior peso. Nas freguesias, tratadas em capítulo próprio, as receitas próprias têm um peso mais baixo, sendo compensadas pelas transferências recebidas do município (delegação de competências) e do Governo Regional.

QUADRO 3.2 - Receitas 2015

												<i>Euros</i>	
MUNICÍPIOS	Receitas Próprias	%	Transferências OE	%	Transferências UE	%	Transferências GR	%	Transferências (outras)	%	Empréstimos	%	Total
VPT	1.424.665	26,3	3.777.303	69,6	202.557	3,7			21.779	0,4			5.426.305
PDL	16.754.415	50,4	14.284.808	43,0	2.046.938	6,2	106.828	0,3	55.360	0,2			33.248.350
RGR	7.628.772	37,4	9.145.529	44,8	1.808.506	8,9	235.539	1,2	450.161	2,2	1.152.001	5,6	20.420.508
LAG	4.480.131	45,2	4.598.452	46,4	58.703	0,6	376.107	3,8	4.657	0,0	400.000	4,0	9.918.050
VFC	3.277.052	35,6	4.347.184	47,2	1.472.127	16,0	93.984	1,0	24.629	0,3			9.214.975
POV	1.594.891	26,7	4.145.097	69,3	204.188	3,4			34.809	0,6			5.978.985
NRD	740.761	14,4	4.268.604	82,7	31.768	0,6	101.571	2,0	16.600	0,3			5.159.304
AGH	5.625.923	29,0	9.778.228	50,3	3.877.953	20,0	113.743	0,6	25.253	0,1			19.421.100
PVT	2.970.204	25,7	6.693.356	58,0	577.740	5,0	417.174	3,6	39.483	0,3	850.000	7,4	11.547.957
SCG	899.381	23,2	2.799.702	72,4			154.024	4,0	15.754	0,4			3.868.861
CAL	1.034.034	18,7	3.361.477	60,8	1.113.268	20,1	22.500	0,4	0	0,0			5.531.279
VEL	1.374.221	22,8	3.887.400	64,4	698.556	11,6	60.000	1,0	12.867	0,2			6.033.044
SRP	881.052	19,6	3.069.339	68,3	516.131	11,5	7.730	0,2	19.204	0,4			4.493.457
LPC	1.245.416	22,1	3.845.037	68,3	254.682	4,5	80.000	1,4	102.872	1,8	100.000	1,8	5.628.008
MAD	1.488.534	21,7	4.096.467	59,6	663.948	9,7			21.853	0,3	603.000	8,8	6.873.801
HRT	3.667.522	35,1	5.489.562	52,6	1.226.060	11,7	52.491	0,5	3.505	0,0			10.439.141
SCF	255.473	8,6	2.313.566	78,1	379.170	12,8	2.251	0,1	12.867	0,4			2.963.327
LFL	287.695	9,6	2.629.826	87,8	71.558	2,4			6.434	0,2			2.995.512
CRV	50.926	2,6	1.475.699	76,2	129.469	6,7	261.400	13,5	19.882	1,0			1.937.375
CM	55.681.067	32,5	94.006.636	54,9	15.333.324	9,0	2.085.342	1,2	887.970	0,5	3.105.001	1,8	171.099.340
SMPD	10.475.165	99,4					7.276	0,1	58.194	0,6			10.540.634
SMAH	6.712.068	85,1					11.979	0,2	1.166.869	14,8			7.890.916
SM	17.187.233	93,2					19.255	0,1	1.225.063	6,6			18.431.550
AMRAA	1.695.705	94,5			98.261	5,5							1.793.966
AMISM	545.772	78,9			145.964	21,1							691.735
AMIP	194.883	71,8							76.654	28,2			271.537
AM	2.436.359	88,4			244.225	8,9			76.654	2,8			2.757.238
CM+SM+AM	75.304.659	39,2	94.006.636	48,9	15.577.549	8,1	2.104.597	1,1	2.189.687	1,1	3.105.001	1,6	192.288.129
FREGUESIAS	Receitas Próprias	%	Transferências OE	%	Transferências UE	%	Transferências GR	%	Transferências (outras)	%	Transferências CM	%	Total
RECEITAS	1.501.589	8,2	5.660.248	30,8	1.202.831	6,5	4.554.342	24,8	174.486	0,9	5.283.871	28,8	18.377.367

3.1.2 Receitas próprias

As receitas próprias, resultantes de impostos, taxas e venda de bens e serviços, aumentaram 4,5% em relação a 2014, reforçando assim a tendência de crescimento que se verifica desde 2012. Conforme se pode observar no



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Quadro 3.3, este resultado deve-se sobretudo ao aumento das receitas arrecadadas com o IMI (+4,8%). Esta fonte de receita para além de constituir a maior componente das receitas próprias tem vindo a aumentar o seu valor, consistentemente, nos últimos 10 anos.

Registou-se também um aumento de 2,5% no fornecimento de água (7,7% se incluirmos os serviços municipalizados). Quando estes são considerados, esta receita representa 23,2% das receitas próprias.

Com comportamento inverso temos o imposto único de circulação (-6,5%) que decresce pelo segundo ano consecutivo, após vários anos de subida, as licenças para loteamentos e obras (-29,6%), e a venda de bens de investimento (-43,7%).

QUADRO 3.3 – Evolução e estrutura das receitas próprias

RECEITAS PRÓPRIAS	2013		2014		Δ % 13-14	2015		Δ % 14-15
	valores	%	valores	%		valores	%	
Imposto municipal s/ imóveis - IMI	17.670.598	34,5	20.026.433	37,6	13,3	20.979.299	37,7	4,8
Imposto único de circulação - IUC	4.899.519	9,6	4.367.317	8,2	-10,9	4.084.214	7,3	-6,5
Imposto municipal s/ transaç - IMT	4.524.752	8,8	4.722.661	8,9	4,4	4.632.753	8,3	-1,9
Derrama	1.296.225	2,5	1.814.296	3,4	40,0	2.617.546	4,7	44,3
Loteamentos e obras	868.936	1,7	1.118.026	2,1	28,7	786.747	1,4	-29,6
Ocupação da via pública	502.487	1,0	570.364	1,1	13,5	522.607	0,9	-8,4
Saneamento (esgotos e lixos)	4.925.162	9,6	4.905.409	9,2	-0,4	5.173.633	9,3	5,5
Juros, rendas e dividendos	1.889.858	3,7	911.248	1,7	-51,8	2.252.463	4,0	147,2
Venda de bens correntes	241.990	0,5	167.483	0,3	-30,8	87.981	0,2	-47,5
Fornecimento de água	6.829.133	13,3	7.126.714	13,4	4,4	7.306.063	13,1	2,5
Trabalhos para particulares	181.559	0,4	155.379	0,3	-14,4	203.158	0,4	30,8
Venda de bens de investimento	2.172.993	4,2	1.283.643	2,4	-40,9	722.665	1,3	-43,7
Outras receitas próprias	5.164.320	10,1	6.106.320	11,5	18,2	6.311.939	11,3	3,4
Totais	51.167.532	100,0	53.275.292	100,0	4,1	55.681.067	100,0	4,5

Apesar do crescimento geral de 4,5% no valor das receitas próprias, a análise município a município revela comportamentos bastante distintos (Quadro 3.4). Veja-se, por exemplo, os casos de Vila do Porto, Nordeste e Lajes do Pico que crescem 24,7%, 21,0% e 29,4%, respetivamente, enquanto municípios como Praia da Vitória, Lajes das Flores ou Corvo decrescem 5,6%, 51,1% e 9,5%, respetivamente. A explicar as subidas de Vila do Porto e Nordeste estão aumentos nas receitas arrecadadas com o IMI, enquanto no caso das Lajes do Pico a principal explicação para o aumento é uma subida no valor da venda de bens de investimento. Relativamente aos municípios com descidas, como a Praia da Vitória e as Lajes das Flores, a explicação vem pela diminuição da venda de bens de investimento ao passo que no caso do Corvo é uma queda nas outras receitas próprias a explicar o comportamento descendente.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

QUADRO 3.4 - Receitas próprias 2013 - 2015 - CM, SM e AM

Receitas próprias	2013	2014	Δ % 13-14	2015	Δ % 14-15
	valores	valores		valores	
VPT	1.016.080	1.142.029	12,4	1.424.665	24,7
PDL	15.901.301	15.821.972	-0,5	16.754.415	5,9
RGR	6.727.388	7.016.907	4,3	7.628.772	8,7
LAG	3.626.333	4.093.588	12,9	4.480.131	9,4
VFC	2.990.166	3.365.690	12,6	3.277.052	-2,6
POV	1.673.257	1.431.636	-14,4	1.594.891	11,4
NRD	463.019	612.246	32,2	740.761	21,0
AGH	5.563.192	5.786.253	4,0	5.625.923	-2,8
PVT	3.230.491	3.146.132	-2,6	2.970.204	-5,6
SCG	852.408	862.466	1,2	899.381	4,3
CAL	800.712	966.775	20,7	1.034.034	7,0
VEL	904.222	1.370.798	51,6	1.374.221	0,2
SRP	813.546	889.007	9,3	881.052	-0,9
LPC	910.645	962.187	5,7	1.245.416	29,4
MAD	1.602.551	1.400.985	-12,6	1.488.534	6,2
HRT	3.321.458	3.494.897	5,2	3.667.522	4,9
SCF	268.607	266.625	-0,7	255.473	-4,2
LFL	415.252	588.807	41,8	287.695	-51,1
CRV	86.903	56.292	-35,2	50.926	-9,5
CM	51.167.532	53.275.292	4,1	55.681.067	4,5
SMPD	9.386.305	9.663.464	3,0	10.475.165	8,4
SMAH	6.159.992	5.873.296	-4,7	6.712.068	14,3
SM	15.546.297	15.536.760	-0,1	17.187.233	10,6
AMRAA	1.440.734	1.427.960	-0,9	1.695.705	18,8
AMISM	1.610.027	1.170.376	-27,3	545.772	-53,4
AMIP	382.141	298.111	-22,0	194.883	-34,6
AM	3.432.903	2.896.447	-15,6	2.436.359	-15,9
0					
CM+SM+AM	70.146.731	71.708.500	2,2	75.304.659	5,0

Nos gráficos seguintes apresenta-se, em primeiro lugar, a estrutura das receitas próprias dos municípios isoladamente (Gráfico 3.3) e, de seguida, somada à dos serviços municipalizados e associações de municípios (Gráfico 3.4). A observação dos dois gráficos permite verificar que a estrutura das receitas próprias dos municípios é bastante distinta da dos serviços municipalizados e associações de municípios, uma vez que, para os municípios, as receitas referentes a impostos (IMI, IUC e IMT) representam mais de metade do total das receitas próprias (Gráfico 3.3) e adicionando os serviços municipalizados e associações de municípios (Gráfico 3.4) esse valor cai quase 15 pontos, aumentando o peso das rubricas saneamento e fornecimento de água.



GRÁFICO 3.3 - Receitas Próprias - CM

Total de receitas
55,7 M€.

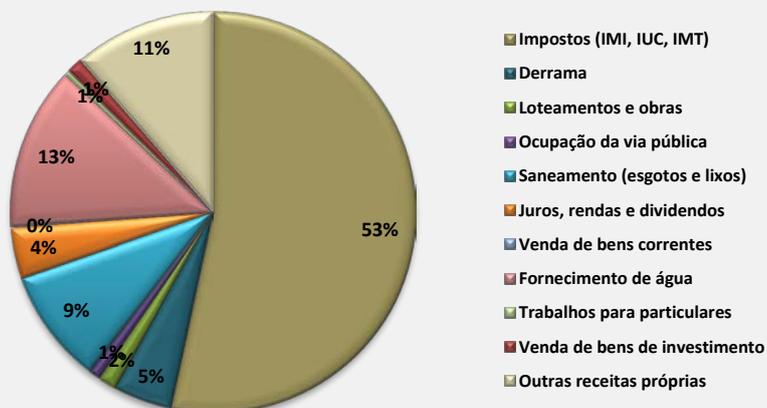
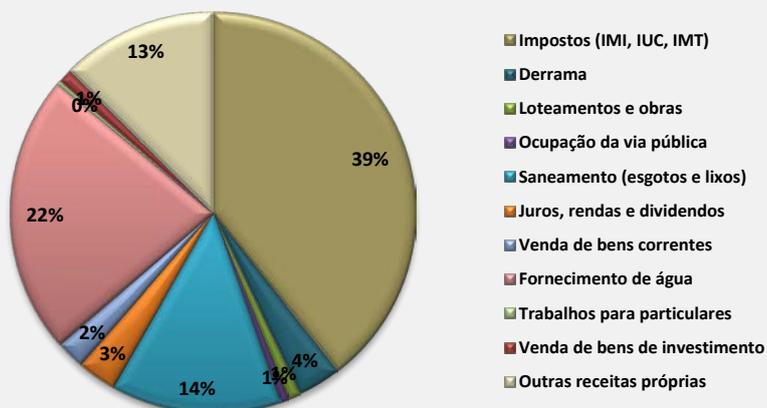


GRÁFICO 3.4 - Receitas Próprias - CM+SM+AM

Total de receitas
75,3 M€.



3.1.3 Fundos do Orçamento do Estado

Assente em diversos critérios como população, área, etc., a atribuição dos Fundos do Orçamento do Estado visa amenizar discrepâncias territoriais, proporcionando um maior equilíbrio financeiro entre municípios e regiões. Os valores atribuídos em OE são apresentados no quadro que segue abaixo e da sua análise é de registar um pico no valor das transferências nos anos de 2009 e 2010, seguindo-se depois uma diminuição até ao ano de 2014, ano em que se regista novamente uma inversão de tendência e um crescimento gradual até ao ano de 2017. As transferências para a RAA seguiram a mesma tendência do total nacional.



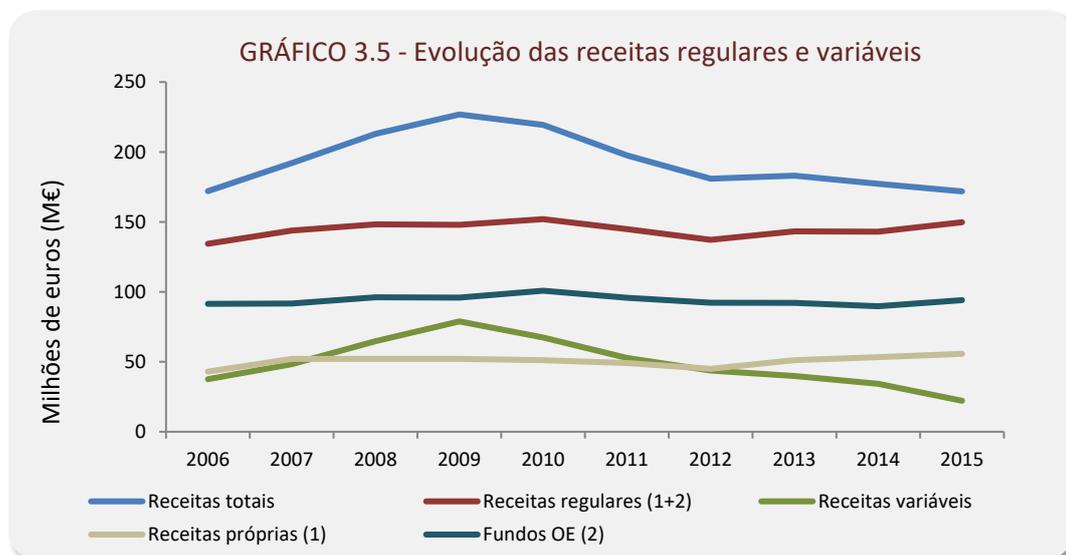
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

QUADRO 3.5 - Evolução dos Fundos do OE - Municípios - Unidades Territoriais

ANOS	TOTAL PAÍS	Varição anual %	CONTINENTE	Varição anual %	AÇORES	Varição anual %	MADEIRA	Varição anual %
2005	2.298.418.595	2,1%	2.144.095.252	0,0%	91.454.921	2,2%	62.868.422	2,2%
2006	2.298.418.595	0,0%	2.144.095.252	0,0%	91.454.921	0,0%	62.868.422	0,0%
2007	2.298.418.595	0,0%	2.143.286.692	0,0%	91.724.530	0,3%	63.407.373	0,9%
2008	2.406.532.953	4,7%	2.243.910.189	4,7%	96.310.757	5,0%	66.312.007	4,6%
2009	2.513.722.014	4,5%	2.343.220.558	4,4%	101.126.295	5,0%	69.375.161	4,6%
2010	2.525.840.322	0,5%	2.353.821.859	0,5%	102.162.907	1,0%	69.855.556	0,7%
2011	2.397.864.673	-5,1%	2.234.926.839	-5,1%	96.575.055	-5,5%	66.362.779	-5,0%
2012	2.283.996.289	-4,7%	2.128.783.515	-4,7%	92.140.392	-4,6%	63.072.382	-5,0%
2013	2.284.229.497	0,0%	2.128.979.953	0,0%	92.203.246	0,1%	63.046.298	0,0%
2014	2.176.235.813	-4,7%	2.025.304.676	-4,9%	89.668.379	-2,7%	61.262.758	-2,8%
2015	2.302.605.962	5,8%	2.145.568.496	5,9%	94.140.008	5,0%	62.897.458	2,7%
2016	2.326.558.086	1,0%	2.167.972.840	1,0%	95.295.513	1,2%	63.289.733	0,6%
2017	2.393.304.022	2,9%	2.229.801.810	2,9%	97.986.426	2,8%	65.515.786	3,5%

Os fundos do OE representam uma parte importante das receitas dos municípios e o seu peso tem vindo a aumentar, sendo que em 2013 esta rubrica pesava 50,9% nas receitas dos municípios e em 2015 pesa 54,9%, ou seja, mais 4 pontos percentuais.

Quer pelo seu peso, quer pelo seu carácter de regularidade, os fundos do OE revestem-se de uma grande importância para os municípios. São estas receitas que, juntamente com as receitas próprias, constituem as chamadas receitas certas que permitem aos municípios assegurar a sua gestão corrente. Tal como pode ser observado no Gráfico 3.5, a linha vermelha das receitas regulares, apresenta-se bastante estável e com poucas oscilações, nos últimos 10 anos. O mesmo não se pode dizer das receitas variáveis, como as transferências do Governo Regional, empréstimos e transferências dos fundos comunitários, que pelas suas características próprias apresentam um comportamento bastante oscilatório (linha verde).





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

No quadro seguinte percebe-se a importância que as transferências dos fundos OE têm para os municípios, sobretudo os mais pequenos, uma vez que estes têm uma menor capacidade para arrecadar receitas próprias. Veja-se o caso, por exemplo, de Santa Cruz das Flores, Lajes das Flores ou Corvo, onde esta receita representa 90% das receitas certas totais, nos dois primeiros casos, e 97% no último. Por outro lado, temos municípios como Ponta Delgada ou Ribeira Grande, onde estas transferências pesam apenas 46% e 55%, respetivamente. Ponta Delgada é mesmo o único município da região onde as receitas próprias são a maior componente das receitas certas.

QUADRO 3.6 - Receitas certas – 2015

Municípios	Receitas Próprias	%	Transferências OE	%	Receitas Certas
VPT	1.424.665	27	3.777.303	73	5.201.968
PDL	16.754.415	54	14.284.808	46	31.039.223
RGR	7.628.772	45	9.145.529	55	16.774.301
LAG	4.480.131	49	4.598.452	51	9.078.583
VFC	3.277.052	43	4.347.184	57	7.624.236
POV	1.594.891	28	4.145.097	72	5.739.988
NRD	740.761	15	4.268.604	85	5.009.365
AGH	5.625.923	37	9.778.228	63	15.404.151
PVT	2.970.204	31	6.693.356	69	9.663.560
SCG	899.381	24	2.799.702	76	3.699.083
CAL	1.034.034	24	3.361.477	76	4.395.511
VEL	1.374.221	26	3.887.400	74	5.261.621
SRP	881.052	22	3.069.339	78	3.950.391
LPC	1.245.416	24	3.845.037	76	5.090.453
MAD	1.488.534	27	4.096.467	73	5.585.001
HRT	3.667.522	40	5.489.562	60	9.157.084
SCF	255.473	10	2.313.566	90	2.569.039
LFL	287.695	10	2.629.826	90	2.917.521
CRV	50.926	3	1.475.699	97	1.526.624
CM	55.681.067	540	94.006.636	1.360	149.687.703
SMPDL	10.475.165	100			10.475.165
SMAGH	6.712.068	100			6.712.068
SM	17.187.233	200			17.187.233
AMRAA	1.695.705	100			1.695.705
AMISM	545.772	100			545.772
AMIP	194.883	100			194.883
AM	2.436.359	300			2.436.359
CM+SM+AM	75.304.659	1.040	94.006.636	1.360	169.311.295

A análise do Quadro 3.7, onde se apresentam os montantes que os municípios conseguem libertar para investimento após o pagamento das suas despesas normais de funcionamento (despesas correntes e amortização de empréstimos), mostra que são os municípios mais pequenos que conseguem libertar saldos



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

maiores, como são os casos das Lajes das Flores, Santa Cruz das Flores ou o Corvo, com valores na ordem dos 24,6%, 24,7% e 33,8%, respetivamente, quando a média dos municípios é de 18,7%.

Percebe-se o efeito negativo do peso das amortizações em alguns municípios (Nordeste e Vila Franca do Campo). Se considerarmos o primeiro rácio (saldo 1/receitas certas) este varia entre 19,5% em Ponta Delgada e 44,1% na Calheta. Quando se adicionam as amortizações de empréstimos, os extremos são Nordeste (4,1%) e Corvo (33,8%).

Os serviços municipalizados e as associações de municípios, também apresentados no quadro, não recebem transferências de fundos do OE, consistindo as suas receitas certas apenas de receitas próprias.

QUADRO 3.7 - Investimento financiado por receitas certas

Euros

MUNICIPIOS/ SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS	Receitas Certas (Rec próprias + Fundos OE)	Despesas correntes	Saldo 1	% das receitas certas	Amortizações empréstimos mlp	Saldo 2 - disponível para investimentos	% das receitas certas
VPT	5.201.968	3.764.202	1.437.766	27,6%	219.836	1.217.931	23,4%
PDL	31.035.347	24.992.042	6.043.304	19,5%	2.981.043	3.062.261	9,9%
RGR	16.724.221	10.086.042	6.638.179	39,7%	1.868.644	4.769.535	28,5%
LAG	9.009.813	6.624.920	2.384.893	26,5%	692.267	1.692.626	18,8%
VFC	7.624.236	5.570.710	2.053.526	26,9%	1.423.749	629.777	8,3%
POV	5.557.588	3.612.206	1.945.382	35,0%	661.452	1.283.930	23,1%
NRD	5.009.365	3.461.849	1.547.515	30,9%	1.340.172	207.343	4,1%
AGH	15.404.151	10.414.929	4.989.223	32,4%	1.347.327	3.641.896	23,6%
PVT	9.452.259	6.481.487	2.970.772	31,4%	856.988	2.113.784	22,4%
SCG	3.699.083	2.647.740	1.051.344	28,4%	387.547	663.797	17,9%
CAL	4.392.006	2.454.680	1.937.326	44,1%	1.127.801	809.525	18,4%
VEL	5.261.621	3.362.905	1.898.716	36,1%	757.185	1.141.531	21,7%
SRP	3.950.391	2.688.361	1.262.030	31,9%	85.480	1.176.550	29,8%
LPC	4.908.341	3.185.269	1.723.072	35,1%	791.541	931.531	19,0%
MAD	5.564.755	4.411.343	1.153.411	20,7%	442.818	710.593	12,8%
HRT	9.156.710	6.436.390	2.720.320	29,7%	713.026	2.007.294	21,9%
SCF	2.569.039	1.722.203	846.835	33,0%	214.437	632.398	24,6%
LFL	2.917.521	1.995.505	922.016	31,6%	199.995	722.021	24,7%
CRV	1.526.624	896.008	630.616	41,3%	115.022	515.595	33,8%
Total CM	148.965.038	104.808.791	44.156.247	29,6%	16.226.329	27.929.917	18,7%
SMPD	10.470.321	5.893.077	4.577.243	43,7%	0	4.577.243	43,7%
SMAH	6.711.777	5.165.578	1.546.200	23,0%	188.272	1.357.927	20,2%
Total SM	17.182.098	11.058.655	6.123.443	35,6%	188.272	5.935.171	34,5%
AMRAA	1.695.705	1.697.617	-1.913	-0,1%	0	-1.913	-0,1%
AMISM	420.431	85.171	335.260	79,7%	88.023	247.236	58,8%
AMIP	194.883	173.982	20.901	10,7%	0	20.901	10,7%
Total AM	2.311.019	1.956.770	354.248	15,3%	88.023	266.225	11,5%



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

3.1.4 Fundos Comunitários

No ano de 2015, o valor das transferências de fundos comunitários para os municípios da região foi de 15,3 M€, ou seja -10,4 M€ do que no ano anterior. Este tipo de receita é bastante variável de ano para ano e tem oscilado entre valores na ordem dos 29,8 M€, 26,9 M€ e 25,7 M€ (anos de 2009, 2010 e 2014, respetivamente) e dos 15,0 M€ e 15,3 M€ (anos de 2007, 2008 e 2015, respetivamente). O valor de 2015 é, assim, um dos mais baixos da última década.

Também de município para município a realidade é bastante distinta, existindo mesmo alguns municípios que não receberam qualquer transferência em alguns anos da análise, como Santa Cruz da Graciosa, Calheta ou Santa Cruz das Flores e outros como Ponta Delgada, Ribeira Grande ou Angra do Heroísmo que registam valores bastante elevados em todos os anos da análise. Note-se que no caso de Angra do Heroísmo, o valor de 2015 foi o mais elevado dos últimos 10 anos.

QUADRO 3.8 - Transferências dos Fundos Comunitários

Municípios	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Média
VPT	3.383.209	370.485	445.352	2.039.505	284.087	143.599	626.034	90.076	759.449	202.557	834.435
PDL	2.155.657	1.284.717	4.505.418	4.651.889	1.026.010	1.378.906	3.558.321	1.820.660	4.636.470	2.046.938	2.706.499
RGR	1.813.140	1.480.803	1.319.917	3.999.928	1.736.435	1.776.892	2.466.945	1.079.088	2.046.692	1.808.506	1.952.835
LAG	112.273	37.893	178.163	3.495.315	1.662.437	875.007	947.082	833.444	434.877	58.703	863.519
VFC	508.852	384.369	14.145	761.194	427.633	535.359	1.716.163	2.003.925	1.169.746	1.472.127	899.351
POV	283.373	373.175	10.230	41.469	1.106.343	1.259.393	183.142	3.939	966.753	204.188	443.200
NRD	1.443.785	992.241	598.097	1.490.220	1.256.088	362.486	1.163.440	770.849	1.983.861	31.768	1.009.283
AGH	1.294.313	840.680	1.122.172	1.065.845	3.144.019	3.759.762	2.031.401	1.974.710	1.642.720	3.877.953	2.075.357
PVT	676.802	965.641	255.728	2.552.314	6.171.817	1.042.465	650.666	792.000	124.531	577.740	1.380.970
SCG	120.662	1.608.495	702.968	490.382	962.232	1.195.755	1.708.390	907.311	1.216.158	0	891.235
CAL	827.145	2.461.686	1.083.174	509.378	156.741	0	0	0	622.353	1.113.268	677.375
VEL	733.759	504.083	910.961	1.058.455	947.285	526.873	504.604	340.077	505.931	698.556	673.058
SRP	140.839	113.382	302.604	1.104.349	1.217.797	1.480.021	223.184	282.762	198.660	516.131	557.973
LPC	852.978	1.265.948	1.603.736	406.687	2.139.736	91.252	272.675	2.734.907	1.272.490	254.682	1.089.509
MAD	1.211.376	815.253	514.036	2.856.548	482.856	546.543	164.244	865.664	1.884.883	663.948	1.000.535
HRT	1.747.846	600.439	583.620	2.791.794	1.204.091	770.913	577.224	1.470.165	2.952.832	1.226.060	1.392.498
SCF	1.921.559	588.101	0	192.728	1.117.655	623.406	232.343	700.571	1.614.631	379.170	737.016
LFL	8.930	178.321	850.190	250.000	1.759.147	149.522	703.480	2.004.626	1.602.633	71.558	757.841
CRV	92.019	129.414	43.983	14.987	66.586	1.579.304	764.679	835.603	91.364	129.469	374.741
TOTAL	19.328.517	14.995.126	15.044.492	29.772.985	26.868.995	18.097.459	18.494.017	19.510.376	25.727.034	15.333.324	20.317.233

Valor mais alto nos últimos 10 anos
Valor acima da média dos 10 anos

No quadro que se apresenta abaixo, onde é mostrado o valor acumulado das transferências externas recebidas pelos municípios nos últimos 10 anos, percebe-se que os municípios mais pequenos são os que apresentam os valores recebidos por habitante, mais significativos. De facto, municípios como o Corvo ou Lajes das Flores, que são mais pequenos e menos populosos registam as maiores médias por habitante com valores de 43,3 m.e. e 22,6 m.e., respetivamente, enquanto municípios maiores como Ponta Delgada ou Angra do Heroísmo apresentam valores que não ultrapassam os 4,0 m.e. por habitante.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

QUADRO 3.9 - Valor acumulado das principais transferências no período 2006-2015

CM	Fundos OE	%	Fundos UE	%	Total de Fundos	Fundos OE por habitante	Fundos UE por habitante	Total de fundos por habitante
VPT	37.832.998	81,9%	8.344.352	18,07%	46.177.350	6.814	1.503	8.317
PDL	141.299.520	83,9%	27.064.987	16,08%	168.364.507	2.054	393	2.447
RGR	91.486.160	82,4%	19.528.347	17,59%	111.014.507	2.849	608	3.457
LAG	46.072.540	84,2%	8.635.193	15,78%	54.707.733	3.196	599	3.795
VFC	43.604.221	82,9%	8.993.515	17,10%	52.597.736	3.883	801	4.684
POV	40.632.240	90,2%	4.432.005	9,83%	45.064.245	6.422	700	7.123
NRD	42.822.769	80,9%	10.092.833	19,07%	52.915.602	8.674	2.044	10.718
AGH	98.070.355	82,5%	20.753.575	17,47%	118.823.929	2.770	586	3.356
PVT	67.065.665	82,9%	13.809.704	17,08%	80.875.368	3.188	657	3.845
SCG	27.969.883	75,8%	8.912.353	24,16%	36.882.236	6.370	2.030	8.400
CAL	33.529.854	83,2%	6.773.745	16,81%	40.303.600	8.887	1.795	10.682
VEL	39.083.005	85,3%	6.730.584	14,69%	45.813.589	7.240	1.247	8.487
SRP	30.846.872	84,7%	5.579.729	15,32%	36.426.601	9.105	1.647	10.752
LPC	38.655.513	78,0%	10.895.092	21,99%	49.550.605	8.205	2.313	10.518
MAD	41.110.868	80,4%	10.005.351	19,57%	51.116.219	6.796	1.654	8.450
HRT	54.931.330	79,8%	13.924.983	20,22%	68.856.313	3.664	929	4.592
SCF	23.363.042	76,0%	7.370.165	23,98%	30.733.207	10.207	3.220	13.426
LFL	26.473.045	77,7%	7.578.407	22,26%	34.051.452	17.602	5.039	22.641
CRV	14.887.922	79,9%	3.747.407	20,11%	18.635.329	34.623	8.715	43.338
RAA	939.737.801	82,2%	203.172.325	17,78%	1.142.910.127	3.809	823	4.632

3.1.5 Empréstimos

O valor total dos empréstimos contraídos pelos municípios em 2015 foi de 3,1 M€. Na última década apenas o valor de 2014 foi mais baixo, ainda que apenas ligeiramente. Analisando o Quadro 3.10, verifica-se que o aumento no valor dos empréstimos de 2014 para 2015 se deveu aos empréstimos de curto prazo. Este tipo de empréstimo constitui uma forma de o município antecipar receitas previstas e deve ser liquidado no próprio ano. Quanto aos empréstimos de médio e longo prazo, podem ser para investimento ou para saneamento financeiro, estes últimos permitem apenas um aumento do período de amortização do capital, não contribuindo, assim, para um aumento efetivo do nível de endividamento. No ano de 2015 não houve empréstimos de saneamento financeiro. Os empréstimos de médio e longo prazo, no reduzido valor de 1,46 M€, foram para investimento.

QUADRO 3.10 – Empréstimos contraídos

Tipo de empréstimo	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Curto Prazo	2.752.903	3.351.325	3.551.119	3.004.000	5.419.833	4.010.000	400.000	1.330.000	1.140.000	1.650.000
MLP-Invest	9.218.294	13.937.108	12.083.385	22.627.811	8.677.828	3.123.232	1.998.111	28.172	241.000	1.455.001
MLP-San Fin	0	0	9.500.000	0	5.758.698	14.357.651	11.534.168	4.401.020	0	0
MLP-Estado	0	0	0	0	0	0	2.802.182	7.344.316	1.520.987	0
Total MLP	9.218.294	13.937.108	21.583.385	22.627.811	14.436.526	17.480.882	16.334.461	11.773.508	1.761.987	1.455.001
Total	11.971.197	17.288.433	25.134.503	25.631.811	19.856.359	21.490.882	16.734.461	13.103.508	2.901.987	3.105.001

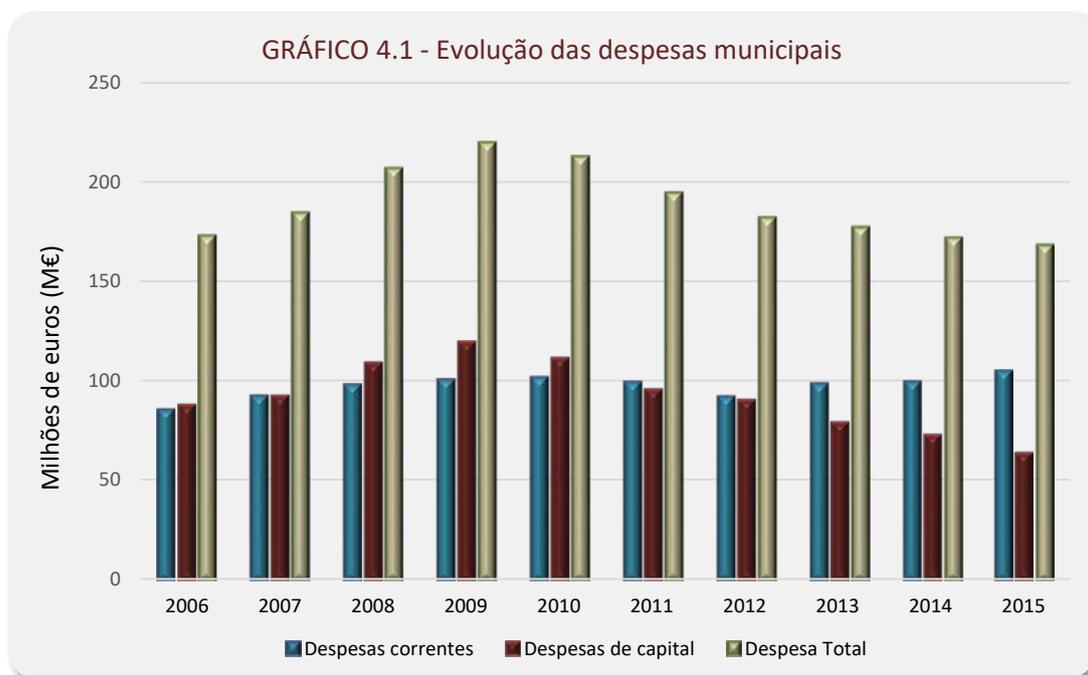


4. DESPESAS MUNICIPAIS

4.1 Evolução e estrutura das despesas

A despesa total dos municípios foi de 168,4 M€ em 2015, reduzindo 2,5%, ligeiramente menos do que a receita, que diminuiu 2,7%. Considerando o setor municipal (municípios, serviços municipalizados e associações de municípios), a despesa total foi de 188 M€. Este valor inclui 1,6 M€ de transferências dos municípios para os serviços e associações e 1,1 M€ dos serviços municipalizados para os municípios, um valor insignificante no contexto das despesas do grupo.

O gráfico seguinte mostra a evolução das despesas totais, bem como das suas grandes componentes – despesas correntes e despesas de capital. As despesas correntes, estando sobretudo associadas a encargos de funcionamento, sofrem menos oscilações, ao contrário das despesas de capital, onde predomina o investimento, mais sensíveis às oscilações nas receitas de capital, nomeadamente empréstimos contraídos e participações recebidas.



Até 2010, sobretudo entre 2008 e 2010, há uma predominância das despesas de capital, situação que se inverte nos anos seguintes, de forma bastante acentuada nos últimos 2 anos. Em 2015, apesar de um aumento de 5%



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

nas despesas correntes, as despesas totais diminuiram 2,5%, devido à redução de 13% nas despesas de capital.

Nesse mesmo ano, as receitas totais diminuiram 2,7%.

QUADRO 4.1 – Evolução e estrutura da despesa

	2013		2014		Δ % 13-14	2015		Δ % 14-15
	valores	%	valores	%		valores	%	
	Euros							
Setor municipal	196 162 484		192 579 545		-1,8	188 040 932		-2,4
Municípios	177 382 924	100,0%	172 616 073	100,0%	-2,7	168 372 130	100,0%	-2,5
Pessoal	50 211 231	28,3%	51 834 449	30,0%	3,2	49 804 785	29,6%	-3,9
Aquisição de bens	7 272 076	4,1%	8 068 431	4,7%	11,0	8 734 212	5,2%	8,3
Aquisição de serviços	21 504 446	12,1%	22 418 115	13,0%	4,2	27 475 975	16,3%	22,6
Juros de empréstimos	4 352 838	2,5%	2 986 146	1,7%	-31,4	2 308 495	1,4%	-22,7
Amortizações de empréstimos	18 590 198	10,5%	16 377 601	9,5%	-11,9	17 876 329	10,6%	9,2
Investimento direto	46 982 780	26,5%	45 861 673	26,6%	-2,4	34 785 527	20,7%	-24,2
Investimento delegado (adm local e empresas)	7 648 444	4,3%	5 458 521	3,2%	-28,6	4 121 406	2,4%	-24,5
Transferênc p/ instituições n/ lucrativas	9 016 558	5,1%	7 832 899	4,5%	-13,1	9 436 419	5,6%	20,5
Transferênc corr e subsíd p/empresas	5 070 419	2,9%	3 196 656	1,9%	-37,0	2 439 167	1,4%	-23,7
Transferênc corr freguesias	2 044 860	1,2%	2 704 619	1,6%	32,3	2 700 599	1,6%	-0,1
Transferênc corr famílias	763 597	0,4%	851 654	0,5%	11,5	1 266 386	0,8%	48,7
Transferênc corr segurança social	0	0,0%	545 043	0,3%	0,0	2 246 069	1,3%	312,1
Outras Transferências	760 360	0,4%	961 848	0,6%	26,5	824 347	0,5%	-14,3
Outras Despesas	3 165 116	1,8%	3 518 418	2,0%	11,2	4 352 414	2,6%	23,7
Serviços municipalizados	15 093 771	100,0%	16 623 188	100,0%	10,1	16 108 631	100,0%	-3,1
Pessoal	7 199 217	47,7%	7 286 226	43,8%	1,2	6 933 565	43,0%	-4,8
Aquisição de bens	1 244 510	8,2%	1 337 507	8,0%	7,5	1 222 301	7,6%	-8,6
Aquisição de serviços	2 280 502	15,1%	2 389 458	14,4%	4,8	2 289 746	14,2%	-4,2
Juros de empréstimos	24 712	0,2%	10 493	0,1%	-57,5	20 685	0,1%	97,1
Amortizações de empréstimos	173 094	1,1%	62 633	0,4%	-63,8	188 272	1,2%	200,6
Investimento direto	2 629 152	17,4%	4 809 976	28,9%	82,9	3 746 703	23,3%	-22,1
Transferênc p/ instituições n/ lucrativas	3 650	0,0%	3 650	0,0%	0,0	3 650	0,0%	0,0
Outras Transferências (famílias, freguesias, etc.)	800 000	5,3%	0	0,0%	-100,0	1 115 000	6,9%	0,0
Outras Despesas	738 933	4,9%	723 244	4,4%	-2,1	588 709	3,7%	-18,6
Associações de municípios	3 685 789	100,0%	3 340 284	100,0%	-9,4	3 560 171	100,0%	6,6
Pessoal	204 353	5,5%	186 071	5,6%	-8,9	187 909	5,3%	1,0
Aquisição de bens	86 486	2,3%	86 497	2,6%	0,0	175 203	4,9%	102,6
Aquisição de serviços	1 067 020	28,9%	668 251	20,0%	-37,4	565 151	15,9%	-15,4
Juros de empréstimos	36 186	1,0%	2 836	0,1%	-92,2	1 690	0,0%	-40,4
Amortizações de empréstimos	554 358	15,0%	88 023	2,6%	-84,1	88 023	2,5%	0,0
Investimento direto	380 220	10,3%	729 405	21,8%	91,8	199 793	5,6%	-72,6
Transferênc p/ instituições n/ lucrativas	442	0,0%	30 065	0,9%	6701,9	16 000	0,4%	-46,8
Outras Transferências (famílias, freguesias, etc.)	9 049	0,2%	352	0,0%	-96,1	17 648	0,5%	4915,2
Outras Despesas	1 347 675	36,6%	1 548 784	46,4%	14,9	2 308 755	64,8%	49,1
Freguesias	15 849 279	100,0%	14 995 569	100,0%	-5,4	18 601 050	100,0%	24,0
Pessoal	4 890 543	30,9%	4 815 906	32,1%	-1,5	4 667 416	25,1%	-3,1
Aquisição de bens	1 729 670	10,9%	1 745 826	11,6%	0,9	1 806 763	9,7%	3,5
Aquisição de serviços	2 766 758	17,5%	2 606 476	17,4%	-5,8	2 916 150	15,7%	11,9
Juros de empréstimos	22 762	0,1%	30 140	0,2%	32,4	13 887	0,1%	-53,9
Amortizações de empréstimos	9 224	0,1%	205 998	1,4%	2133,4	3 174	0,0%	-98,5
Investimento direto	5 523 102	34,8%	4 253 825	28,4%	-23,0	7 474 915	40,2%	75,7
Transferênc p/ instituições n/ lucrativas	567 481	3,6%	590 981	3,9%	4,1	652 683	3,5%	10,4
Transferênc corr famílias	78 804	0,5%	195 757	1,3%	148,4	152 267	0,8%	-22,2
Transferênc corr segurança social	0	0,0%	205 462	1,4%	0,0	666 681	3,6%	224,5
Outras Despesas	260 934	1,6%	345 197	2,3%	32,3	247 115	1,3%	-28,4



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

No Quadro 4.1 podemos observar as despesas efetuadas nos últimos 3 anos nas principais rubricas, pelos agregados do setor municipal (municípios, serviços municipalizados e associações de municípios).

As freguesias são tratadas em capítulo à parte, mas consideramos oportuno integrá-las também neste quadro, permitindo desde já, ter uma visão de conjunto de todas os setores da administração local.

No investimento delegado pelos municípios em 2015 (4,1 M€), a maior parte (3 M€) foi transferida para outras entidades fora do setor municipal – freguesias (2,4 M€) e empresas (0,6 M€).

Numa primeira abordagem aos valores globais das diversas rubricas de despesa de 2015, e comparando-os com os de anos anteriores, destacam-se as seguintes situações:

- Despesas de pessoal - diminuíram 3,9% nos municípios e 4,8% nos serviços municipalizados. Em alguns municípios as variações foram bem diferentes, casos de Povoação (-27%), S. Roque do Pico (-10%), Nordeste e Horta (-8%). Em Vila do Porto, estas despesas aumentaram 5%, com a internalização da empresa municipal, e nos municípios de Velas e Lajes das Flores o aumento foi de 1%.

A evolução das despesas de pessoal, nos últimos anos, deve ser vista em conjugação com a evolução das transferências para as famílias e para a segurança social. Em 2014, os encargos com os trabalhadores integrados em programas ocupacionais deixaram de ser contabilizados como despesa de pessoal, passando a ser classificados como transferências para as famílias (vencimentos) e transferências para a segurança social (encargos da entidade patronal com a segurança social). O resultado é evidente em 2015: um decréscimo de 4% nas despesas de pessoal, mas um aumento de 49% nas transferências para as famílias e um aumento de 312% nas transferências para a segurança social.

- Aquisição de bens e serviços – foram gastos pelos municípios, em 2015, 36,2 M€ nestas duas rubricas, verificando-se um aumento de 8,3% nos bens e um aumento bem superior de 22,6% nos serviços adquiridos. Alguns municípios registaram crescimentos elevados numa rubrica que, em princípio, não deveria mostrar grandes oscilações, nomeadamente Ribeira Grande (69%), Madalena (48%), Vila Franca do Campo, Povoação (29%) e Ponta Delgada (28%). Em contrapartida, 3 municípios reduziram este tipo de despesa: Praia da Vitória (-15%), Vila do Porto (-4%) e Velas (-3%).

- Investimento - Tanto o investimento direto como o indireto ou delegado sofreram uma redução da ordem dos 24%.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Há que distinguir o investimento delegado pelos municípios, traduzido em transferências de capital destes para outras entidades (freguesias, empresas municipais, serviços municipalizados e associações de municípios) do investimento realizado diretamente por estas entidades, que para além das transferências recebidas do município, utilizam outras receitas (receitas próprias, Fundos OE, Transferências do Governo Regional, etc.) como fonte de financiamento dos seus investimentos.

No caso das freguesias, os municípios contribuíram com 32% do investimento realizado em 2015, percentagem essa que nos anos anteriores ficou na casa dos 40%.

Nos serviços municipalizados passou-se o inverso, ou seja, as transferências dos municípios aumentaram o seu peso percentual, de 13% em 2014, para 30% em 2015.

Em termos globais, estas entidades (freguesias, associações e serviços municipalizados) realizaram 11,3 M€ de investimento, com a comparticipação de 3,5 M€ dos municípios.

Observando o quadro seguinte, percebe-se que a diminuição verificada no investimento delegado apenas ocorreu no caso das empresas municipais (-78%). Refira-se que o número de empresas diminuiu de 29 para 22 em 2015.

QUADRO 4.2 - Investimento delegado

	2013	2014	2015	Euros Δ % 14-15
Freg.	2 382 805	2 119 919	2 373 785	12,0
SM	415 182	621 642	1 112 733	79,0
AM	41 610	41 776	41 776	0,0
Emp. Mun.	4 808 847	2 675 184	593 112	-77,8
Total	7 648 444	5 458 521	4 121 406	-24,5

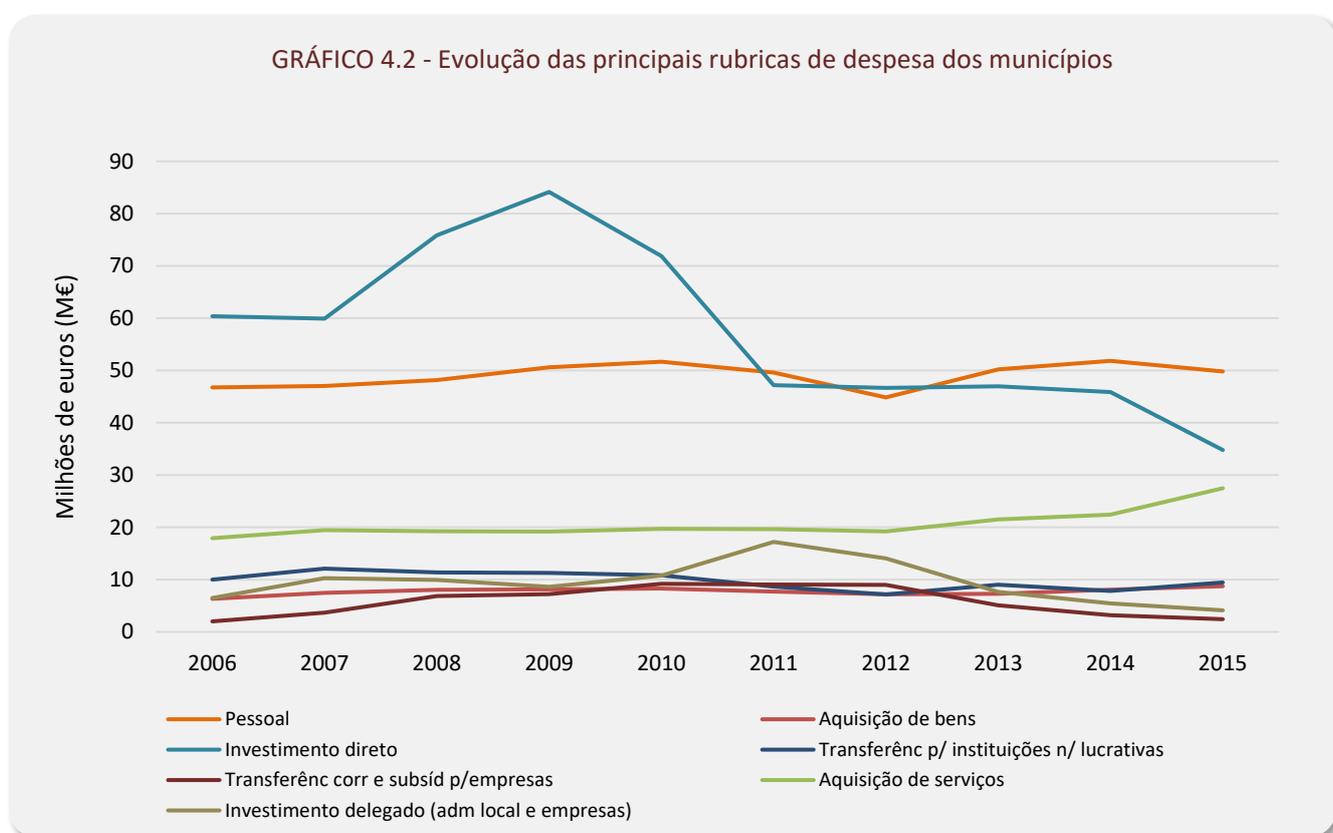
Nas despesas relativas a empréstimos, verifica-se um aumento de 8% nas amortizações de médio e longo prazo. Relativamente a estes últimos, as amortizações excederam a contração de novos empréstimos, resultando numa diminuição de 7% na dívida de médio e longo prazo, a que se associa uma redução de 32,6% na dívida de curto prazo.

Em 2015, 72% dos gastos realizados pelos municípios concentraram-se em 3 rubricas: pessoal (30%), investimento direto (21%) e aquisição de bens e serviços (21%) – no ano anterior, estas 3 rubricas representavam 74,5%.



Nos serviços municipalizados, este conjunto de despesas ocupa cerca de 88% do total, dado que estas entidades efetuam poucas transferências, comparadas com os municípios.

No Gráfico 4.2, é apresentada a evolução das principais rubricas de despesa dos municípios. No caso do investimento, é notória a quebra progressiva a partir de 2009. As restantes componentes não sofrem variações tão acentuadas.



As despesas correntes e as despesas de capital são, de seguida, objeto de uma análise mais detalhada, no que respeita às principais componentes, evidenciando os municípios com maiores variações, dimensão ou outras características dignas de assinalar.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

QUADRO 4.3 - Despesas correntes - 2015

Municípios	Pessoal		Bens		Serviços		Juros		Tranf p/ Instit s/ fins lucrativ		Transf cor e subsidios SEL		Transf corr Freguesias		Transf corr Familias		Transf corr Seg Social		Outras despesas correntes		Total Despesas
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
VPT	1 870 830	49,7	505 695	13,4	881 626	23,4	2 476	0,1	268 056	7,1	150 000	4,0			26 593	0,7	35 966	1,0	22 959	0,6	3 764 202
PDL	11 674 677	46,7	2 280 188	9,1	6 973 056	27,9	181 827	0,7	678 105	2,7	1 022 658	4,1	1 343 157	5,4	234 649	0,9	168 106	0,7	435 618	1,7	24 992 042
RGR	4 897 711	48,6	471 204	4,7	4 049 707	40,2	112 121	1,1	70 979	0,7			70 487	0,7	71 570	0,7			342 262	3,4	10 086 042
LAG	2 617 664	39,5	479 776	7,2	2 082 113	31,4	63 846	1,0	426 300	6,4	169 637	2,6	185 994	2,8	118 672	1,8	217 750	3,3	263 168	4,0	6 624 920
VFC	2 331 450	41,9	382 278	6,9	1 527 771	27,4	899 397	16,1	100 150	1,8			30 000	0,5	50 936	0,9	189 492	3,4	59 236	1,1	5 570 710
POV	2 022 186	56,0	153 674	4,3	471 318	13,0	25 837	0,7	40 638	1,1					297 939	8,2	343 530	9,5	257 085	7,1	3 612 206
NRD	1 391 709	40,2	241 612	7,0	546 012	15,8	304 643	8,8	134 432	3,9	178 213	5,1	114 905	3,3	27 579	0,8	206 790	6,0	315 953	9,1	3 461 849
AGH	4 701 924	45,1	897 019	8,6	2 560 944	24,6	94 638	0,9	996 834	9,6	334 397	3,2	255 733	2,5	120 516	1,2	336 247	3,2	116 676	1,1	10 414 929
PVT	3 342 031	51,6	276 456	4,3	931 514	14,4	90 777	1,4	1 415 038	21,8			58 668	0,9	74 461	1,1	211 150	3,3	81 391	1,3	6 481 487
SCG	1 116 069	42,2	548 155	20,7	367 254	13,9	34 220	1,3	360 001	13,6			110 000	4,2	39 335	1,5	72 446	2,7	260	0,0	2 647 740
CAL	1 651 451	67,3	205 973	8,4	419 824	17,1	105 067	4,3	4 725	0,2			40 000	1,6	5 035	0,2			22 605	0,9	2 454 680
VEL	1 596 176	47,5	343 923	10,2	673 025	20,0	180 778	5,4			205 808	6,1	193 964	5,8	10 000	0,3	7 905	0,2	151 325	4,5	3 362 905
SRP	1 040 696	38,7	280 396	10,4	693 175	25,8	12 555	0,5	401 643	14,9	108 454	4,0	780	0,0	4 044	0,2	122 230	4,5	24 389	0,9	2 688 361
LPC	1 638 591	51,4	247 898	7,8	760 021	23,9	111 581	3,5	82 024	2,6			71 500	2,2	35 101	1,1	206 838	6,5	31 715	1,0	3 185 269
MAD	2 189 809	49,6	162 565	3,7	1 492 197	33,8	22 247	0,5	204 818	4,6			157 622	3,6	65 119	1,5	71 627	1,6	45 341	1,0	4 411 343
HRT	3 159 192	49,1	467 629	7,3	2 078 082	32,3	53 614	0,8			270 000	4,2	67 790	1,1	34 963	0,5			305 120	4,7	6 436 390
SCF	968 094	56,2	246 587	14,3	300 966	17,5	5 314	0,3	123 080	7,1			31 122	1,8	46 518	2,7			522	0,0	1 722 203
LFL	1 113 489	55,8	433 427	21,7	388 642	19,5	4 159	0,2	30 213	1,5					13 688	0,7			11 887	0,6	1 995 505
CRV	481 035	53,7	109 757	12,2	278 729	31,1	3 398	0,4	7 412	0,8					5 063	0,6	9 473	1,1	1 142	0,1	896 008
CM	49 804 785	47,5	8 734 212	8,3	27 475 975	26,2	2 308 495	2,2	5 344 449	5,1	2 439 167	2,3	2 700 599	2,6	1 266 386	1,2	2 246 069	2,1	2 488 654	2,4	104 808 791

QUADRO 4.4 - Despesas de capital - 2015

Municípios	Amortiz empréstimos		Investim Direto		Investim Delegado		Tranf p/ Instit s/ fins lucrativ		Fundo de Apoio Municipal		Outras despesas cap		Total Despesas
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
VPT	219 836	16,6	680 722	51,5	217 028	16,4	159 074	12,0	44 365	3,4	0	0,0	1 321 024
PDL	2 981 043	39,8	3 659 082	48,9	422 406	5,6	152 298	2,0	133 214	1,8	133 213	1,8	7 481 255
RGR	1 868 644	16,8	7 941 306	71,3	559 580	5,0	233 503	2,1	121 325	1,1	409 184	3,7	11 133 542
LAG	1 092 267	33,9	1 474 187	45,8	126 159	3,9			67 142	2,1	460 570	14,3	3 220 325
VFC	1 423 749	40,5	2 036 117	57,9					58 168	1,7			3 518 033
POV	661 452	28,2	845 980	36,1	38 560	1,6	34 750	1,5	24 928	1,1	738 508	31,5	2 344 178
NRD	1 340 172	69,4	541 483	28,0					47 400	2,5	2 500	0,1	1 931 555
AGH	1 347 327	15,2	5 353 615	60,2	1 707 481	19,2	332 049	3,7	146 262	1,6	0	0,0	8 886 734
PVT	1 706 988	33,8	1 078 143	21,3			2 177 792	43,1	91 471	1,8	0	0,0	5 054 394
SCG	387 547	29,0	915 417	68,4					34 707	2,6	0	0,0	1 337 670
CAL	1 127 801	46,2	1 276 324	52,3					37 764	1,5	0	0,0	2 441 889
VEL	757 185	38,0	1 108 233	55,6			85 343	4,3	44 075	2,2	0	0,0	1 994 836
SRP	85 480	4,7	1 171 570	64,9	331 520	18,4	181 662	10,1	36 072	2,0			1 806 304
LPC	891 541	34,9	1 341 231	52,5	55 996	2,2	222 584	8,7	43 901	1,7	0	0,0	2 555 252
MAD	742 818	29,3	1 575 097	62,2			164 720	6,5	50 264	2,0	0	0,0	2 532 900
HRT	713 026	20,5	2 091 392	60,3	509 175	14,7	79 189	2,3	38 573	1,1	38 572	1,1	3 469 926
SCF	214 437	31,8	331 947	49,2	103 000	15,3			25 242	3,7			674 626
LFL	199 995	19,8	657 287	65,2	50 500	5,0	50 999	5,1	37 860	3,8	10 997	1,1	1 007 638
CRV	115 022	13,5	706 398	83,0			14 982	1,8	14 855	1,7	0	0,0	851 256
CM	17 876 329	28,1	34 785 527	54,7	4 121 406	6,5	3 888 944	6,1	1 097 588	1,7	1 793 545	2,8	63 563 339

Despesas correntes

4.2 Pessoal

As despesas dos municípios com pessoal somaram um total de 49,8 M€ no ano de 2015, cerca de 4% menos do que no ano anterior.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

QUADRO 4.5 – Evolução das despesas de pessoal

Municípios	2013		2014		△ % 13-14	2015		△ % 14-15	Euros 2015 - % nas desp totais
	valores	%	valores	%		valores	%		
VPT	1 767 309	3,5%	1 782 401	3,4%	0,9	1 870 830	3,8%	5,0	36,8%
PDL	11 470 586	22,8%	11 843 871	22,8%	3,3	11 674 677	23,4%	-1,4	36,0%
RGR	4 838 759	9,6%	4 885 593	9,4%	1,0	4 897 711	9,8%	0,2	23,1%
LAG	2 348 218	4,7%	2 706 830	5,2%	15,3	2 617 664	5,3%	-3,3	26,6%
VFC	2 221 260	4,4%	2 433 199	4,7%	9,5	2 331 450	4,7%	-4,2	25,7%
POV	2 554 813	5,1%	2 753 579	5,3%	7,8	2 022 186	4,1%	-26,6	33,9%
NRD	1 540 762	3,1%	1 505 856	2,9%	-2,3	1 391 709	2,8%	-7,6	25,8%
AGH	4 743 092	9,4%	4 856 586	9,4%	2,4	4 701 924	9,4%	-3,2	24,4%
PVT	3 395 304	6,8%	3 431 654	6,6%	1,1	3 342 031	6,7%	-2,6	29,0%
SCG	1 155 501	2,3%	1 160 977	2,2%	0,5	1 116 069	2,2%	-3,9	28,0%
CAL	1 730 067	3,4%	1 693 438	3,3%	-2,1	1 651 451	3,3%	-2,5	33,7%
VEL	1 541 250	3,1%	1 581 875	3,1%	2,6	1 596 176	3,2%	0,9	29,8%
SRP	1 094 686	2,2%	1 156 062	2,2%	5,6	1 040 696	2,1%	-10,0	23,2%
LPC	1 697 714	3,4%	1 729 303	3,3%	1,9	1 638 591	3,3%	-5,2	28,5%
MAD	2 140 102	4,3%	2 267 300	4,4%	5,9	2 189 809	4,4%	-3,4	31,5%
HRT	3 370 777	6,7%	3 439 482	6,6%	2,0	3 159 192	6,3%	-8,1	31,9%
SCF	1 055 717	2,1%	1 010 373	1,9%	-4,3	968 094	1,9%	-4,2	40,4%
LFL	1 033 572	2,1%	1 102 795	2,1%	6,7	1 113 489	2,2%	1,0	37,1%
CRV	511 744	1,0%	493 276	1,0%	-3,6	481 035	1,0%	-2,5	27,5%
RAA	50 211 231	100%	51 834 449	100%	3,2	49 804 785	100%	-3,9	29,6%

Como se pode observar no Quadro 4.5, as variações anuais são muito diferentes entre os municípios, sendo, no entanto, de assinalar que apenas em Vila do Porto e Velas se verificou um aumento destas despesas. No caso de Vila do Porto, o aumento de 5% nas despesas de pessoal justifica-se, em parte, pelo processo de internalização da empresa municipal, ocasionando um aumento de 16% no número de trabalhadores a cargo do município. O número de efetivos de cada município pode ser observado no Quadro 4.10.

As reduções verificadas em todos os outros municípios estão certamente relacionadas com a alteração no modo de contabilização das despesas com os programas ocupacionais, como atrás foi referido. As transferências para as famílias (pagamento ao pessoal abrangido por estes programas) e as transferências para a Segurança Social (encargos sociais com o referido pessoal) aumentaram 48,7% e 312,1%, respetivamente. Veja-se o caso do município da Povoação, que diminuiu as despesas de pessoal em 26,6%. Em 2015, as transferências para a segurança social passaram de zero para 343 m.e. e as transferências para as famílias passaram de 4,6 m.e. para 298 m.e. Estes 2 valores são os mais elevados da RAA, em 2015. Outro caso semelhante é o de S. Roque do Pico, que apresenta uma redução de 10% nas despesas de pessoal, mas aumentos de 150% nas transferências para a



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

segurança social e de 115% nas transferências para as famílias. O quadro seguinte permite observar a dimensão que estas transferências passaram a ter em 2015.

QUADRO 4.6 – Transferências correntes - Segurança social e famílias

Municípios	Transf corr - seg social		Transf corr - famílias		Euros	
	2014	2015	2014	2015	Seg Social	Famílias
	△ % 14-15					
VPT	7 678	35 966	116 065	26 593	368,4	-77,1
PDL	22 826	168 106	193 114	234 649	636,5	21,5
RGR	0	0	103 991	71 570	0,0	-31,2
LAG	43 821	217 750	88 362	118 672	396,9	34,3
VFC	90 039	189 492	49 898	50 936	110,5	2,1
POV	0	343 530	4 579	297 939	0,0	6406,3
NRD	39 827	206 790	21 748	27 579	419,2	26,8
AGH	139 878	336 247	66 869	120 516	140,4	80,2
PVT	106 899	211 150	39 440	74 461	97,5	88,8
SCG	16 131	72 446	50 216	39 335	349,1	-21,7
CAL	0	0	5 119	5 035	0,0	-1,6
VEL	2 955	7 905	6 860	10 000	167,5	45,8
SRP	48 833	122 230	1 879	4 044	150,3	115,3
LPC	0	206 838	20 110	35 101	0,0	74,5
MAD	0	71 627	5 987	65 119	0,0	987,7
HRT	0	0	37 353	34 963	0,0	-6,4
SCF	23 358	46 518	32 291	31 122	99,2	-3,6
LFL	0	0	3 841	13 688	0,0	256,4
CRV	2 798	9 473	3 933	5 063	238,5	28,7
RAA	545 043	2 246 069	851 654	1 266 386	312,1	48,7

Se nestes 2 municípios a redução nos gastos com pessoal se explica pelos aumentos verificados nas transferências para famílias e segurança social, no caso da Horta (3º lugar, em % de redução), a diminuição das despesas de pessoal em 8% fica a dever-se também ao número de trabalhadores, que diminui de 172 para 168. No caso do Nordeste (redução de 7,6%) verifica-se também um aumento considerável nas transferências para a segurança social (419%) e de 26,8% nas transferências para as famílias, à semelhança de Povoação e S. Roque do Pico.

As despesas de pessoal representam, em média, cerca de 30% das despesas totais, atingindo um máximo de 40% em Santa Cruz das Flores e um mínimo de 23% na Ribeira Grande e em S. Roque do Pico. Naturalmente, que estes valores dependem de outras despesas, sobretudo do investimento, não podendo ser vistos por si só.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

As despesas de pessoal dividem-se em 3 grandes agrupamentos, o maior dos quais é o das remunerações certas e permanentes, com um peso médio de 74%, variando entre os 68% (Vila do Porto, Lajes das Flores) e os 76% (Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta).

As despesas de segurança social (encargos da entidade patronal), ocupam entre 20,3% (Corvo) e 26,3% (Lajes das Flores) das despesas de pessoal.

QUADRO 4.7 – Estrutura das despesas de pessoal - 2015

Municípios	Remunerações certas e perm		Abonos variáveis e eventuais		Segurança Social		Total
		%		%		%	
VPT	1 278 987	68,4	120 461	6,4	471 383	25,2	1 870 830
PDL	8 852 512	75,8	341 325	2,9	2 480 840	21,2	11 674 677
RGR	3 461 372	70,7	273 611	5,6	1 162 727	23,7	4 897 711
LAG	1 849 304	70,6	177 361	6,8	590 999	22,6	2 617 664
VFC	1 738 762	74,6	80 601	3,5	512 087	22,0	2 331 450
POV	1 518 157	75,1	79 786	3,9	424 243	21,0	2 022 186
NRD	1 025 993	73,7	67 711	4,9	298 005	21,4	1 391 709
AGH	3 552 416	75,6	156 314	3,3	993 194	21,1	4 701 924
PVT	2 512 736	75,2	136 018	4,1	693 277	20,7	3 342 031
SCG	809 181	72,5	67 300	6,0	239 588	21,5	1 116 069
CAL	1 220 484	73,9	68 028	4,1	362 939	22,0	1 651 451
VEL	1 172 646	73,5	75 487	4,7	348 044	21,8	1 596 176
SRP	778 453	74,8	38 525	3,7	223 718	21,5	1 040 696
LPC	1 221 761	74,6	63 614	3,9	353 216	21,6	1 638 591
MAD	1 628 939	74,4	89 206	4,1	471 665	21,5	2 189 809
HRT	2 398 133	75,9	35 666	1,1	725 393	23,0	3 159 192
SCF	710 047	73,3	38 364	4,0	219 684	22,7	968 094
LFL	763 961	68,6	57 161	5,1	292 368	26,3	1 113 489
CRV	347 790	72,3	35 660	7,4	97 585	20,3	481 035
CM	36 841 633	74,0	2 002 196	4,0	10 960 955	22,0	49 804 785

Os abonos variáveis e eventuais, onde se incluem as senhas de presença, horas extraordinárias, ajudas de custo, entre outras, ocupam cerca de 4% em média, mas com variações entre 1,1% na Horta e 7,4% no Corvo.

Pelo Quadro 4.8 que resume a evolução da estrutura destas despesas no triénio, verifica-se uma redução do peso das remunerações e da segurança social, mas um aumento significativo da participação da rubrica “Abonos variáveis e eventuais”.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

QUADRO 4.8 – Estrutura das despesas de pessoal - 2013 - 2015

Despesas de Pessoal	Euros						
	2013	%	2014	%	2015	%	14-15 %
Remunerações certas e perman	38 145 293	76,0	38 658 240	74,6	36 841 633	74,0	-4,7
Abonos variáveis e eventuais	1 278 598	2,5	1 222 347	2,4	2 002 196	4,0	63,8
Segurança Social	10 787 341	21,5	11 953 861	23,1	10 960 955	22,0	-8,3
Total	50 211 231	100,0	51 834 449	100,0	49 804 785	100,0	-3,9

Houve um aumento de 64% nestas despesas, essencialmente devido à alteração na contabilização da remuneração complementar a partir de 2015. Esta despesa estava incluída no grupo 01 das despesas de pessoal (remunerações certas e permanentes), passando a ser contabilizada no grupo 02 (abonos variáveis e eventuais), sendo notório, no Quadro 4.9, o aumento na rubrica residual “Outros abonos em numerário ou espécie”, onde a remuneração complementar se insere.

Este quadro mostra também aumentos significativos nas horas extraordinárias (31,4%) e no subsídio de turno (73,3%). Note-se ainda o aumento da rubrica “Indemnização por cessação de funções” em 2014, provavelmente associado à realização de eleições autárquicas em outubro de 2013.

QUADRO 4.9 – Abonos variáveis ou eventuais - 2013 - 2015

Abonos variáveis ou eventuais	Euros			
	2013	2014	2015	Δ % 14-15
Horas extraordinárias	400 712	286 164	375 993	31,4
Alimentação e alojamento	6 281	15	0	-100,0
Ajudas de custo	66 877	79 702	82 408	3,4
Abono para falhas	55 274	59 078	56 538	-4,3
Subsídios de fixação, residência e alojamento	111 798	93 453	97 569	4,4
Subsídio de trabalho nocturno	50 581	46 236	44 121	-4,6
Subsídio de turno	7 038	21 287	36 887	73,3
Indemnizações por cessação de funções	89 715	124 265	128 611	3,5
Senhas de Presença	327 572	353 481	349 891	-1,0
Outros abonos em numerário ou espécie	162 749	158 667	830 178	423,2
Total	1 278 598	1 222 347	2 002 196	63,8

Recursos humanos

O número de efetivos ao serviço dos municípios era de 2.566 em 2015, diminuindo 1,2%. Apenas em Vila do Porto se verificou um aumento mais significativo, a que corresponde uma redução semelhante no número de trabalhadores das empresas municipais.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Na maioria dos municípios o número de trabalhadores manteve-se ou baixou ligeiramente. Destacam-se os municípios de Angra do Heroísmo, Vila Franca do Campo e Calheta com maiores reduções, sendo em Angra do Heroísmo a maior redução – 9 efetivos.

É visível, no Quadro 4.10, a diminuição do número de trabalhadores nas empresas, se compararmos 2012 com 2015 (-49%). O município da Praia da Vitória destaca-se claramente dos restantes, com 99 trabalhadores, tendo até aumentado, face a 2012. Em alguns casos é possível constatar a transferência de trabalhadores das empresas para os municípios (assinalados a amarelo).

QUADRO 4.10 – Recursos humanos

Municípios	Trabalhadores - município				Δ % 14-15	Dif nº trab 14-15	Trabalhadores - empresas municipais				Δ % 14-15
	2012	2013	2014	2015			2012	2013	2014	2015	
VPT	89	86	83	96	15,7	13	11	11	11	0	-100,0
PDL	610	668	654	650	-0,6	-4	115	33	34	26	-23,5
RGR	250	246	245	243	-0,8	-2	9	9	1	0	-100,0
LAG	118	114	136	136	0,0	0	27	27	0	0	0,0
VFC	110	104	102	96	-5,9	-6	29	28	28	27	-3,6
POV	108	103	100	99	-1,0	-1	22	21	21	0	-100,0
NRD	87	82	77	76	-1,3	-1	29	29	31	30	-3,2
AGH	209	248	239	230	-3,8	-9	44	7	14	15	7,1
PVT	215	207	176	174	-1,1	-2	91	65	100	99	-1,0
SCG	62	62	57	57	0,0	0	7	7	8	7	-12,5
CAL	113	111	109	103	-5,5	-6	0	0	0	0	0,0
VEL	81	82	83	80	-3,6	-3	10	0	0	0	0,0
SRP	54	50	50	50	0,0	0	3	0	0	0	0,0
LPC	72	73	83	83	0,0	0	14	13	2	2	0,0
MAD	97	104	101	100	-1,0	-1	10	2	29	27	-6,9
HRT	190	191	172	168	-2,3	-4	33	28	0	0	0,0
SCF	58	54	51	51	0,0	0	0	0	0	0	0,0
LFL	48	50	51	47	-7,8	-4	0	0	0	0	0,0
CRV	31	27	27	27	0,0	0	0	0	0	0	0,0
RAA	2602	2662	2596	2566	-1,2	-30	454	280	279	233	-16,5

Fonte: SIIAL

4.3 Aquisição de bens e serviços

Esta rubrica registou aumentos nas suas duas componentes – os bens adquiridos aumentaram 8,3% e a aquisição de serviços aumentou 22,6%.

O Quadro 4.11 mostra os principais tipos de bens adquiridos no triénio e o seu peso percentual. Os combustíveis e lubrificantes constituem a maior parcela (27,5%) (desprezando o conjunto de bens agrupados na rubrica residual “Outros bens”), vindo, no entanto, a reduzir esse peso relativo, pois em 2013 representavam 33,6% do total de bens adquiridos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

QUADRO 4.11 – Despesas com aquisição de bens

Despesa com aquisição de bens	2013		2014		Δ % 13-14	2015		Δ % 14-15
	valores	%	valores	%		valores	%	
Matérias-primas e subsidiárias	274 515	3,8	431 410	5,3	57,2	485 462	5,6	12,5
Combustíveis e lubrificantes	2 446 766	33,6	2 305 238	28,6	-5,8	2 402 293	27,5	4,2
Material de escritório	337 303	4,6	318 767	4,0	-5,5	310 187	3,6	-2,7
Material de transporte - Peças	609 637	8,4	661 545	8,2	8,5	678 479	7,8	2,6
Mercadorias para venda	462 878	6,4	530 502	6,6	14,6	580 014	6,6	9,3
Electricidade	390 036	5,4	432 575	5,4	10,9	478 561	5,5	10,6
Vestuário, limpeza, ferramentas e utensílios	443 044	6,1	513 763	6,4	16,0	603 600	6,9	17,5
Outros bens	2 307 896	31,7	2 874 631	35,6	24,6	3 195 618	36,6	11,2
Total	7 272 076	100	8 068 431	100	11,0	8 734 212	100	8,3

Por outro lado, destaca-se o aumento de 12,5% na aquisição de matérias-primas e de 17,5% no conjunto “Vestuário, limpeza, ferramentas e utensílios”. No entanto, apesar de registarem aumentos superiores aos 8,3% verificados para o total de bens adquiridos, estas rubricas representam em conjunto apenas 12,5%. São os outros bens, com um peso de 36,6% e um aumento de 11,2% os principais responsáveis pelo crescimento total. Observando os municípios individualmente, verificam-se comportamentos muito diferentes; o de Lagoa (-25%) e de Velas (-22%) são os municípios que mais reduziram estas despesas nesta área, mas por outro lado, só o município de Lajes das Flores (+230%) representa 45,4% do aumento total de 665,8 m.e. da RAA, a que se junta o município de Angra do Heroísmo com uma representação de 28,8% e um crescimento de 27%. O caso de Lajes das Flores é, no entanto, excepcional, percebendo-se que uma parte dos bens adquiridos em 2014 foram pagos em 2015, pois o valor de 2014 é bem inferior ao dos outros anos.

No que respeita à aquisição de serviços, o aumento global foi superior, atingindo os 23%. Aqui o comportamento dos municípios foi mais homogéneo, registando-se apenas 4 casos de diminuição destas despesas: Praia da Vitória (-15%), Lagoa (-5%), Vila do Porto (-4%) e Velas (-3%). Por outro lado, são de realçar os aumentos verificados nos municípios de Ribeira Grande (69%), Madalena (48%), Vila Franca do Campo (29%) e Povoação (29%).



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

QUADRO 4.12 – Despesas com aquisição de serviços

Despesa com aquisição de serviços	2013		2014		Δ % 13-14	2015		Δ % 14-15
	valores	%	valores	%		valores	%	
Encargos das instalações	4 349 401	20,2	4 681 150	20,9	7,6	5 031 404	18,3	7,5
Limpeza e higiene	2 295 473	10,7	1 874 677	8,4	-18,3	2 741 697	10,0	46,2
Conservação de bens	410 710	1,9	482 605	2,2	17,5	598 072	2,2	23,9
Locação de edifícios e outros bens	847 633	3,9	940 965	4,2	11,0	3 133 021	11,4	233,0
Comunicações e transportes	1 415 416	6,6	1 410 898	6,3	-0,3	1 595 453	5,8	13,1
Deslocações, estadas, formação e representação dos serviços	539 494	2,5	761 468	3,4	41,1	867 699	3,2	14,0
Consultadoria, assistência técnica e outros trabalhos especializados	3 516 821	16,4	3 966 367	17,7	12,8	4 093 563	14,9	3,2
Publicidade, seguros, vigilância e segurança	834 268	3,9	918 072	4,1	10,0	1 195 812	4,4	30,3
Encargos de cobrança de receitas	1 023 948	4,8	823 163	3,7	-19,6	840 768	3,1	2,1
Outros serviços	6 271 282	29,2	6 558 749	29,3	4,6	7 378 486	26,9	12,5
Total	21 504 446	100,0	22 418 115	100,0	4,2	27 475 975	100,0	22,6

O Quadro 4.12 mostra as principais despesas de aquisição de serviços no último triénio e a sua importância relativa. A rubrica “Locação de edifícios e outros bens” destaca-se claramente, pois registou um aumento de 233%, passando a representar 11,4% do total de aquisição de serviços, face a cerca de 4% nos 2 anos anteriores. Registaram-se aumentos de 178% na locação de edifícios e de 642% na locação de outros bens, ficando tais aumentos a dever-se, essencialmente, ao comportamento dos municípios da Ribeira Grande, no caso dos edifícios e da Lagoa no caso da locação de outros bens.

Por outro lado, as despesas de locação de material informático aumentaram 11% e a locação de material de transporte sofreu uma redução de 38%.

À semelhança da aquisição de bens, também aqui a rubrica residual “Outros”, com um aumento de 12,5%, tem o maior peso relativo (26,9%), tendo, todavia, diminuído ligeiramente.

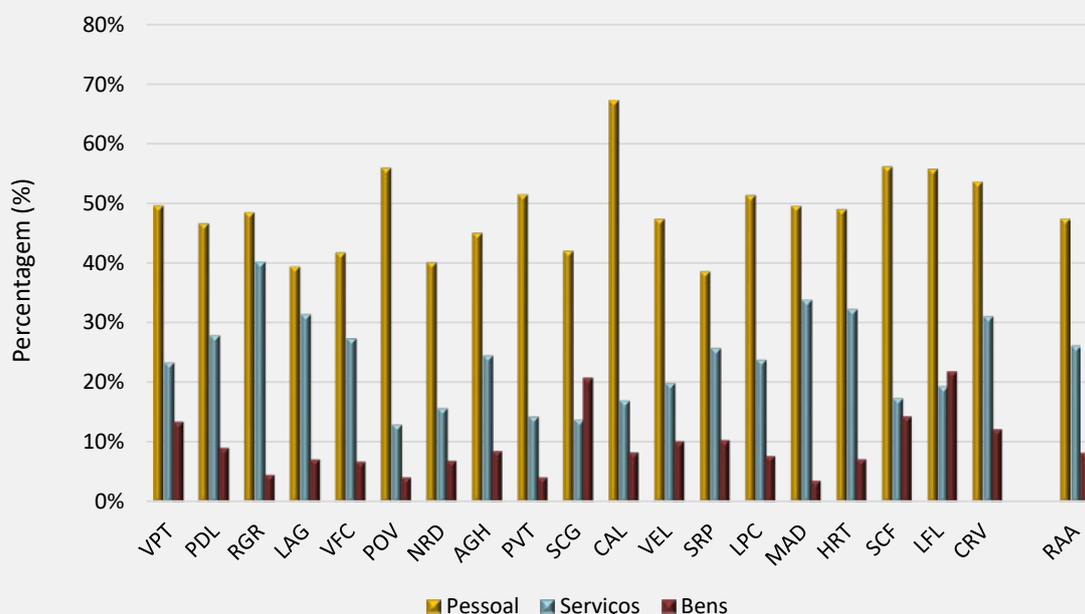
O aumento de 46,2% nas despesas de limpeza e higiene explica-se pela diminuição de 18,3% registada no ano anterior, pois entre 2013 e 2015 o aumento foi de 19,4%.

Assinala-se ainda o aumento de 30,3% nas despesas com publicidade, seguros, vigilância e segurança. Estas despesas ocupam, no entanto, apenas 4,4% das aquisições de serviços.

O gráfico que se segue mostra-nos o peso percentual das 3 principais rubricas da despesa corrente (pessoal, bens e serviços). Em conjunto, estas despesas representam em média 82% das despesas correntes, atingindo os 97% no Corvo e Lajes das Flores, e 93% na Ribeira Grande e na Calheta.



GRÁFICO 4.3 - Peso relativo das despesas de pessoal, bens e serviços nas despesas correntes - 2015



Os valores mais baixos encontram-se nos municípios do Nordeste (63%) e na Praia da Vitória (70%). No caso do Nordeste, o elevado peso dos juros de empréstimos faz baixar o peso relativo das outras despesas correntes. Os 305 m.e. de juros suportados apenas são ultrapassados pelos 899 m.e. de Vila Franca do Campo, dois municípios em situação de reequilíbrio financeiro. Por outro lado, o município da Praia da Vitória apresenta o maior volume de transferências correntes para instituições não lucrativas (1,4 M€), ultrapassando Angra do Heroísmo (997 m.e.) e Ponta Delgada (678 m.e.), o que faz diminuir o peso das outras despesas correntes. Além disso, as despesas com bens e serviços são reduzidas neste município – 1,2 M€, quando comparadas com Ribeira Grande (4,5 M€), Lagoa (2,6 M€), Horta (2,5 M€), Vila Franca do Campo (1,9 M€) e Madalena (1,7 M€).

As despesas de pessoal perfazem 67% das despesas correntes na Calheta e 56% nos municípios das Flores e da Povoação. Nas aquisições de bens, sobressaem os 22% de Lajes das Flores e os 21% de Santa Cruz da Graciosa, quando comparados com a média de 8% da RAA.

Relativamente à aquisição de serviços, esta despesa ocupa em média 26% das despesas correntes, atingindo o máximo de 40% na Ribeira Grande e o mínimo de 13% na Povoação. Santa Cruz da Graciosa e Lajes das Flores são os únicos municípios que em 2015 gastaram mais em bens do que em serviços. Esta situação também se verifica se considerarmos a média dos últimos 10 anos e apenas nestes 2 municípios. Pelo contrário, Madalena, Ribeira Grande, Horta e Lagoa são os municípios em que as despesas com serviços mais superam as aquisições de bens.



4.4 Transferências correntes

No Quadro 4.3 “Despesas correntes – 2015” podemos ver os valores e peso percentual das transferências correntes.

Em 2015, as transferências correntes e subsídios dos municípios para as freguesias (delegação de competências), famílias (programas ocupacionais e apoios sociais), segurança social (encargos com programas ocupacionais), empresas municipais (subsídios à exploração) e instituições não lucrativas totalizaram 14,0 M€, cerca de 13,4% das despesas correntes.

Os municípios com valores mais elevados, em termos de percentagem destas despesas nas despesas correntes, são Praia da Vitória (27%), Santa Cruz da Graciosa (22%), Povoação (21%), Angra do Heroísmo (20%) e Nordeste (19%). Com valores percentuais baixos, na casa dos 2-3%, surgem Ribeira Grande, Calheta, Lajes das Flores e Corvo.

As instituições receberam como transferências correntes 5,3 M€ (a que se juntam 3,9 M€ de transferências de capital). Destacam-se aqui os municípios de Praia da Vitória (1,4 M€) e Angra do Heroísmo (997 m.e.).

As freguesias receberam dos municípios como transferências correntes 2,7 M€, mais 11% do que em 2014, com o município de Ponta Delgada (1,34 M€) a representar cerca de metade do total.

No caso das empresas, o valor transferido para estas entidades foi de 2,4 M€, também aqui destacando-se Ponta Delgada, com 42% do total. Nesta rubrica verifica-se uma redução gradual dos montantes transferidos, que em 2010 e 2011 ultrapassavam os 9 M€.

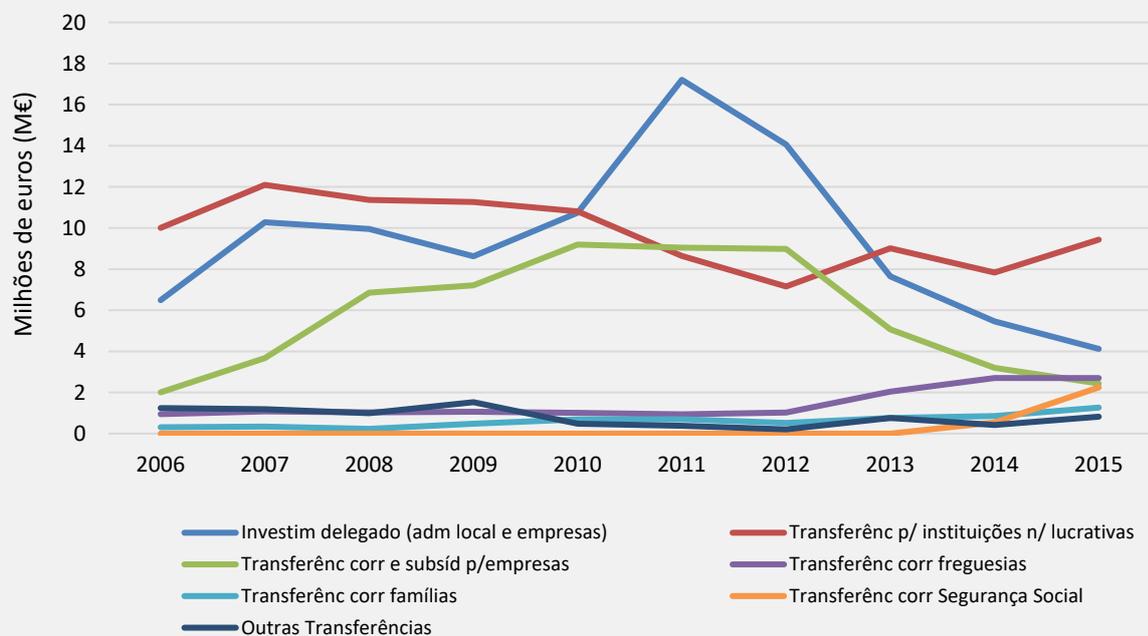
QUADRO 4.13 – Subsídios e transferências correntes para as empresas municipais

2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
6.855.322	7.209.976	9.195.825	9.044.314	8.984.994	5.070.419	3.196.656	2.439.167

O gráfico seguinte mostra a evolução das transferências totais (correntes e de capital).



GRÁFICO 4.4 - Evolução das transferências dos municípios por tipologia



4.5 Juros

No ano de 2015 foram pagos 2,3 M€ em juros (Quadro 4.15), menos 23% do que em 2014, mantendo-se a tendência de redução que se regista desde o ano de 2012 (4,8 M€). A quase totalidade (99,5%) dos juros pagos refere-se a empréstimos de médio e longo prazo.

Por outro lado, a tendência em baixa do montante de juros suportados com os empréstimos de médio e longo prazo é acompanhada por uma redução gradual do seu peso percentual na dívida de MLP nos últimos anos.

QUADRO 4.14 - % dos juros sobre capital em dívida MLP

2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
3,1	4,3	4,7	3,7	2,3	2,5	3,1	2,9	2,2	1,8

Cerca de 70% dos juros pagos em 2015 concentram-se em apenas 4 municípios: Vila Franca do Campo (39%), Nordeste (13%), Ponta Delgada (8%) e Velas (8%). Os dois primeiros contraíram empréstimos de saneamento financeiro em anos anteriores, substituindo dívidas a fornecedores por dívida bancária. No caso de Velas, com



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

a extinção da empresa municipal, o município internalizou o património da empresa, o que implicou um aumento de dívida de empréstimos de médio e longo prazo de 1,2 para 4,6 M€ em 2015.

O Quadro 4.15 mostra os juros de empréstimos MLP pagos pelos municípios no último triénio e o seu peso relativo no total da RAA. O quadro mostra também, para 2015, o peso relativo destes juros na dívida e nas despesas correntes de cada município. Em valores globais, observa-se um decréscimo notável nos últimos 2 anos: 4,3 M€ em 2013, 3M€ em 2014 e 2,3 M€ em 2015. À exceção de Velas, pelos motivos atrás descritos, todos os restantes municípios diminuíram os seus encargos nesta área.

Sobressaem os municípios de Vila Franca do Campo e Nordeste, em termos de percentagem dos juros nas despesas correntes, situação normal, tendo em conta a dívida elevada destes municípios.

QUADRO 4.15 – Despesas com juros de empréstimos MLP

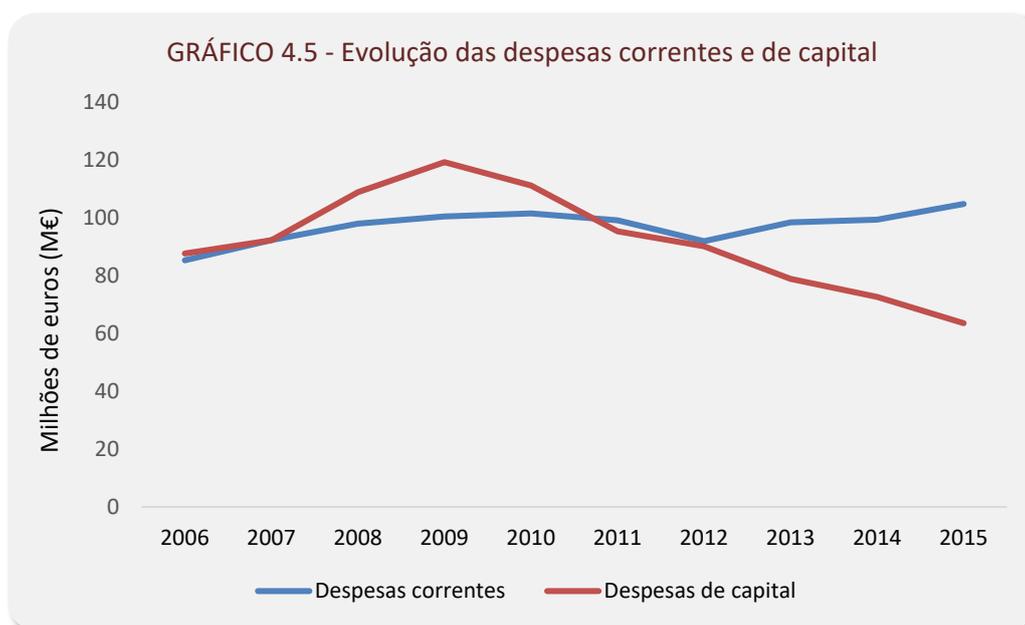
Municípios	2013		2014		Δ % 13-14	2015		Δ % 14-15	2015	
	valores	%	valores	%		valores	%		2015	
									% da dívida	% das desp correntes
VPT	7 849	0,2	5 944	0,2	-24,3	2 476	0,1	-58,3	1,3	0,1
PDL	358 935	8,3	311 017	10,5	-13,4	181 827	7,9	-41,5	1,0	0,7
RGR	870 158	20,2	162 663	5,5	-81,3	112 121	4,9	-31,1	1,2	1,1
LAG	85 417	2,0	67 467	2,3	-21,0	61 843	2,7	-8,3	0,8	0,9
VFC	1 172 693	27,3	1 087 190	36,7	-7,3	899 397	39,2	-17,3	3,6	16,1
POV	65 865	1,5	36 848	1,2	-44,1	24 545	1,1	-33,4	1,0	0,7
NRD	476 115	11,1	581 555	19,6	22,1	304 643	13,3	-47,6	2,2	8,8
AGH	148 901	3,5	131 359	4,4	-11,8	94 638	4,1	-28,0	0,6	0,9
PVT	517 069	12,0	107 129	3,6	-79,3	84 727	3,7	-20,9	0,6	0,7
SCG	48 304	1,1	43 649	1,5	-9,6	34 220	1,5	-21,6	2,6	1,3
CAL	163 272	3,8	136 963	4,6	-16,1	105 067	4,6	-23,3	2,1	4,3
VEL	14 476	0,3	9 301	0,3	-35,7	180 778	7,9	1843,6	4,0	5,4
SRP	18 407	0,4	15 312	0,5	-16,8	12 555	0,5	-18,0	3,3	0,5
LPC	212 610	4,9	155 976	5,3	-26,6	110 629	4,8	-29,1	1,8	3,5
MAD	27 316	0,6	17 626	0,6	-35,5	20 182	0,9	14,5	1,0	0,5
HRT	86 127	2,0	68 058	2,3	-21,0	53 614	2,3	-21,2	1,6	0,8
SCF	10 501	0,2	6 880	0,2	-34,5	5 314	0,2	-22,8	3,6	0,3
LFL	8 547	0,2	12 990	0,4	52,0	4 159	0,2	-68,0	0,9	0,2
CRV	6 494	0,2	6 101	0,2	-6,0	3 398	0,1	-44,3	0,4	0,4
RAA	4 299 056	100,0	2 964 030	100,0	-31,1	2 296 132	100,0	-22,5	1,8	2,2

Municípios em saneamento financeiro



Despesas de capital

As despesas de capital continuam em queda, diminuindo 13% em 2015, tendência que se iniciou em 2010. O valor mais elevado verificou-se em 2009 (119 M€) e o mais baixo em 2015 (64 M€). O Gráfico 4.5 mostra o comportamento oposto das despesas correntes e de capital nos últimos anos.



Alguns municípios aumentaram as suas despesas de capital, destacando-se Velas (+40%), Ribeira Grande (+36%) e S. Roque do Pico (+29%). No lado oposto, surgem os municípios de Santa Cruz das Flores (-73%), Lajes das Flores (-70%) e Nordeste (-42%).

Com exceção do FEF de capital, que aumentou 3,5%, as outras fontes de financiamento das despesas de capital diminuíram 40% (fundos comunitários), 33% (transferências do Governo Regional) e 17% (empréstimos). Por outro lado, o saldo corrente (receitas correntes – despesas correntes) foi de 36,3 M€ em 2015, aumentando 5,6%. Este saldo constitui também uma fonte de financiamento de despesas de capital, como se evidencia no Quadro 3.9 da Receita.

Seguem-se alguns comentários às rubricas da despesa de capital, começando com as amortizações de empréstimos, que adicionadas aos juros (despesa corrente) constituem o serviço da dívida.



4.6 Amortizações de empréstimos

Os municípios pagaram em 2015 cerca de 17,9 M€ de amortizações de empréstimos (Quadro 4.4), dos quais, 16,2 M€ referem-se a empréstimos de MLP. As amortizações de empréstimos de curto prazo são pagas com o próprio empréstimo contraído e no próprio ano, pelo que não são objeto de comentários.

Pelo Quadro 4.16, podemos observar que em termos globais (total RAA) as despesas com amortizações de empréstimos de médio e longo prazo aumentaram cerca de 8%. Esse facto, associado à diminuição de 17% no montante de novos empréstimos contraídos, resultou numa redução de cerca de 7% nos empréstimos de MLP em dívida.

QUADRO 4.16 – Despesas com amortizações de empréstimos MLP

Municípios	2013		2014		Δ % 13-14	2015		Δ % 14-15	2015
	valores	%	valores	%		valores	%		% das desp capital
VPT	159 659	0,9	211 694	1,4	32,6	219 836	1,4	3,8	16,6
PDL	1 803 183	10,4	3 053 243	20,3	69,3	2 981 043	18,4	-2,4	39,8
RGR	1 958 367	11,3	1 502 366	10,0	-23,3	1 868 644	11,5	24,4	16,8
LAG	733 094	4,2	676 119	4,5	-7,8	692 267	4,3	2,4	21,5
VFC	1 398 578	8,1	1 335 319	8,9	-4,5	1 423 749	8,8	6,6	40,5
POV	661 502	3,8	661 552	4,4	0,0	661 452	4,1	0,0	28,2
NRD	2 524 131	14,6	947 495	6,3	-62,5	1 340 172	8,3	41,4	69,4
AGH	1 762 364	10,2	1 656 478	11,0	-6,0	1 347 327	8,3	-18,7	15,2
PVT	815 698	4,7	843 854	5,6	3,5	856 988	5,3	1,6	17,0
SCG	277 506	1,6	261 265	1,7	-5,9	387 547	2,4	48,3	29,0
CAL	933 508	5,4	975 642	6,5	4,5	1 127 801	7,0	15,6	46,2
VEL	610 514	3,5	490 585	3,3	-19,6	757 185	4,7	54,3	38,0
SRP	550 947	3,2	130 714	0,9	-76,3	85 480	0,5	-34,6	4,7
LPC	885 557	5,1	813 556	5,4	-8,1	791 541	4,9	-2,7	31,0
MAD	1 105 111	6,4	441 263	2,9	-60,1	442 818	2,7	0,4	17,5
HRT	558 031	3,2	535 487	3,6	-4,0	713 026	4,4	33,2	20,5
SCF	202 090	1,2	173 737	1,2	-14,0	214 437	1,3	23,4	31,8
LFL	206 516	1,2	208 018	1,4	0,7	199 995	1,2	-3,9	19,8
CRV	113 843	0,7	114 212	0,8	0,3	115 022	0,7	0,7	13,5
RAA	17 260 198	100,0	15 032 601	100,0	-12,9	16 226 329	100,0	7,9	25,5

Municípios em saneamento financeiro

De uma forma global, as amortizações de empréstimos de MLP representaram 25,5% das despesas de capital (26,6% em 2014), rácio que nos municípios com planos de saneamento financeiro atinge valores superiores, aproximando-se dos 70% no caso do Nordeste.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Nem sempre um aumento nesta despesa resulta de mais empréstimos contraídos. Por vezes, pode resultar de mera decisão do município de liquidar, antecipadamente, parte da sua dívida. Por exemplo, Ponta Delgada não contraiu empréstimos nos últimos 3 anos, no entanto, em 2014 as suas despesas nesta área aumentaram 69,3%, situando-se nos 3 M€ em 2014 e 2015. A justificação para este aumento prende-se com o pagamento de duas amortizações extraordinárias no valor de 1,0 M€, em consequência da imposição a que se refere o nº5 do art.94 da Lei nº 83-C/2013 de 31 de dezembro (LOE/2014) que indica que o acréscimo de receita do IMI, resultante do processo de avaliação geral dos prédios urbanos deve ser utilizado, entre outros fins, para redução de dívida de médio e longo prazo dos municípios.

No caso do Nordeste, este município contraiu em 2013 empréstimos de saneamento financeiro no valor de 10,5 M€ e nesse mesmo ano pagou 2,5 M€ de amortizações, quase 5 vezes mais do que em 2012. Neste caso, trata-se de substituir empréstimos em dívida por outros em condições mais vantajosas, situação normal em processos de saneamento financeiro.

O município de Velas também merece destaque. Aumentou em 54% as amortizações, consequência de ter assumido empréstimos da empresa municipal, que extinguiu.

Em S. Roque do Pico, verifica-se uma redução de 76,3% em 2014 e nova redução de 34,6% em 2015. Neste último ano, as amortizações de empréstimos deste município foram apenas de 85,5 m.e., ou seja apenas 0,5% do total de 16 M€ de amortizações pagas pelos municípios da RAA. Naturalmente, o peso destas despesas no total de despesas de capital é o mais baixo (4,7%), com o Corvo a seguir (13,5%).

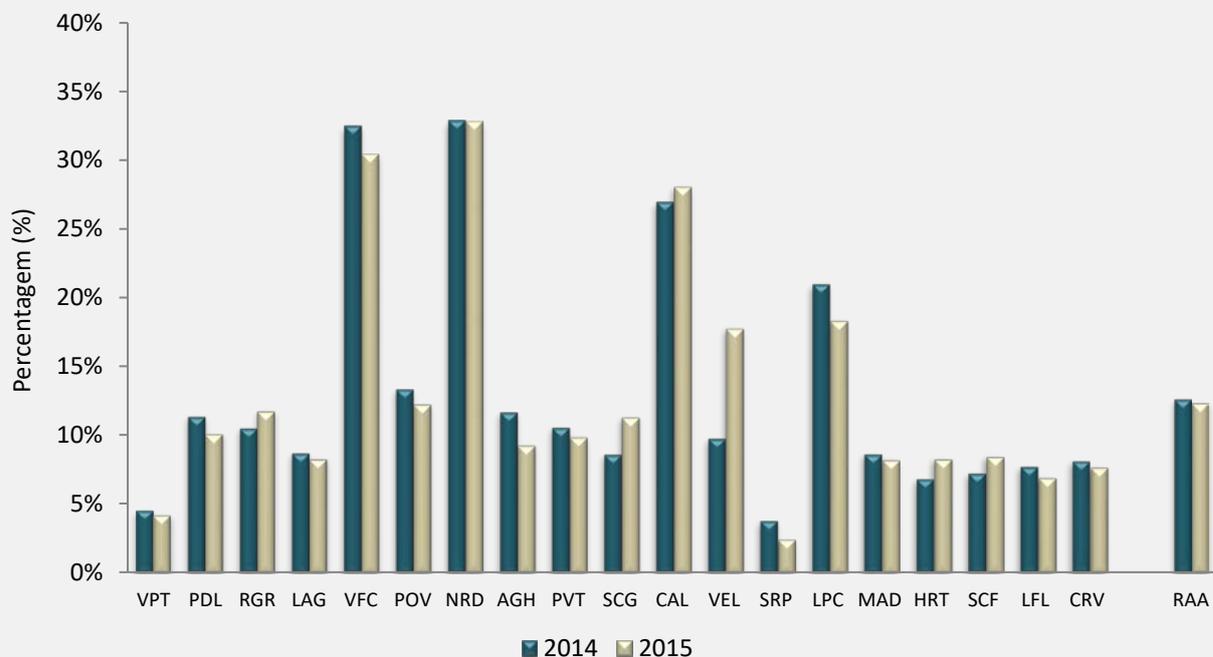
Analisando o peso relativo do serviço da dívida de médio e longo prazo nas receitas certas (receitas próprias mais fundos OE) – Gráfico 4.6 - verificamos que este representou um valor médio de 12,4%, semelhante ao valor de 12,7% verificado em 2014.

Sobressaem, novamente, neste rácio os municípios em situação de saneamento financeiro, com o Nordeste em primeiro lugar (32,8%), seguido de Vila Franca do Campo (30,5%).

Da mesma forma, destaca-se novamente o município de S. Roque do Pico, que utiliza apenas 2,5% das suas receitas certas para cumprir o serviço da dívida mais baixo da Região – 98 m.e.



GRÁFICO 4.6 - Peso do serviço da dívida nas receitas certas - 2015

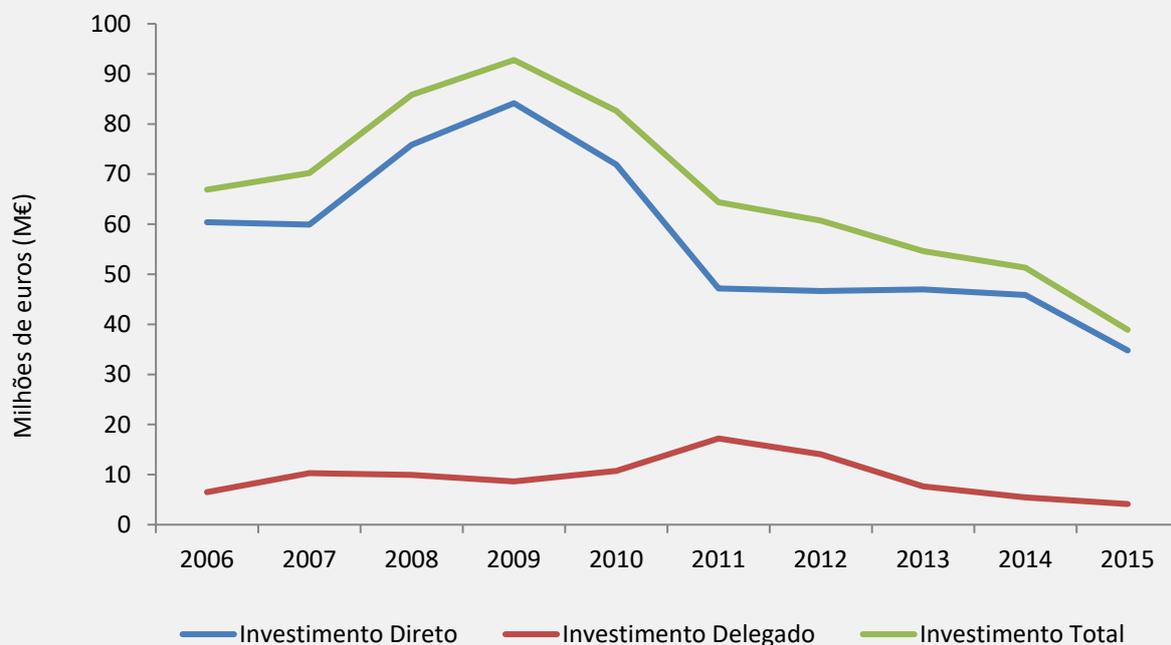


4.7 Investimento

O investimento municipal em 2015 foi de 38,9 M€, dos quais 34,8 M€ como investimento direto e cerca de 4,1 M€ como investimento indireto ou delegado, este último traduzido em transferências de capital para as freguesias, associações de municípios, serviços municipalizados e empresas do setor empresarial local (SEL). Trata-se do valor mais baixo dos últimos 10 anos, registando-se uma redução de 24% em 2015.



GRÁFICO 4.7 - Evolução do Investimento municipal direto e delegado 2006-2015



Comparando com o ano anterior, os municípios gastaram menos 11 M€ em investimento direto e menos 1,3 M€ em investimento delegado.

Esta tendência de queda vem desde 2009, ano em que o valor total de investimento foi de 92,8 M€.

A grande redução no investimento delegado verifica-se nas empresas (-78%), o que em parte se explica pela extinção de algumas nos últimos anos. Nas freguesias e nos serviços municipalizados o investimento aumentou, 12% nas freguesias e 79% nos serviços municipalizados.

O valor de investimento direto acima referido não inclui o que é realizado por administração direta, uma vez que este é pago por despesas correntes. Todavia, para o total dos municípios, esta despesa foi apenas de 2 M€, num total de 34,8 M€.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

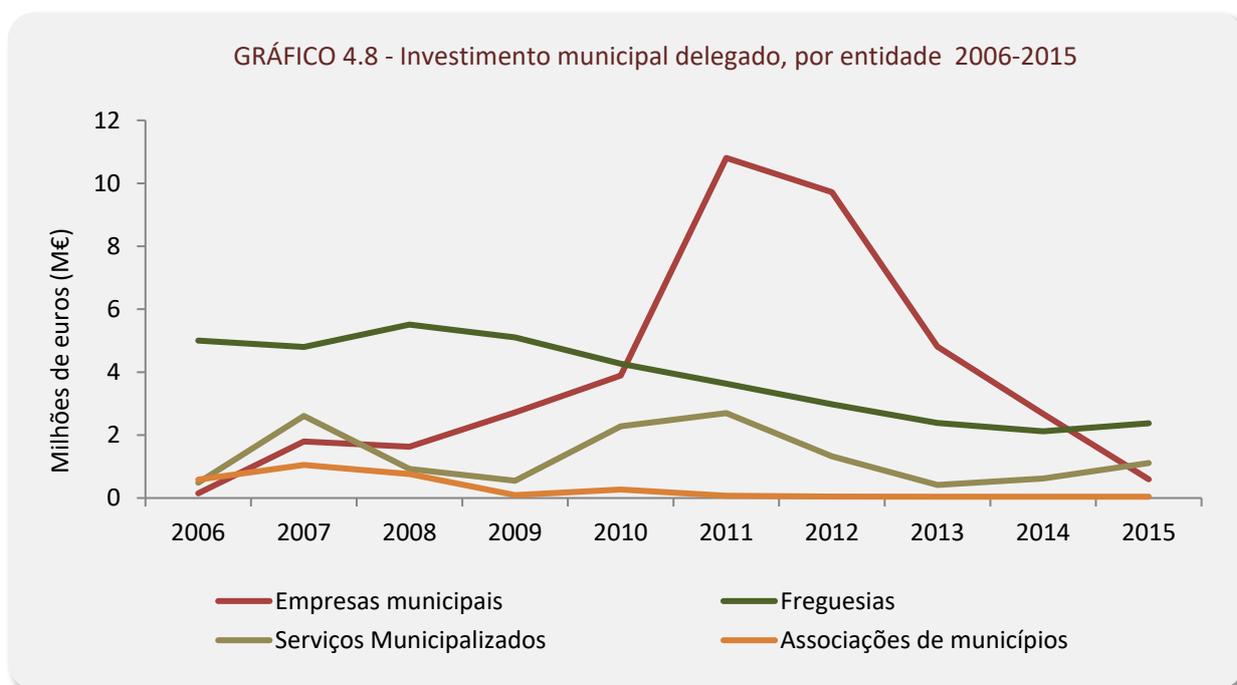
QUADRO 4.17 – Investimento municipal direto e delegado 2006-2015

											Euros
Tipo de Investimento	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
Investimento Direto	60 382 597	59 918 917	75 853 730	84 142 668	71 880 481	47 170 817	46 651 980	46 982 780	45 861 673	34 785 527	
Investimento Delegado	6 491 096	10 276 400	9 950 746	8 625 227	10 749 208	17 208 999	14 064 432	7 648 444	5 458 521	4 121 406	
Total	66 873 693	70 195 316	85 804 476	92 767 895	82 629 688	64 379 816	60 716 412	54 631 224	51 320 194	38 906 934	

Tipo de Investimento	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Investimento Direto - %	90,3%	85,4%	88,4%	90,7%	87,0%	73,3%	76,8%	86,0%	89,4%	89,4%
Investimento Delegado - %	9,7%	14,6%	11,6%	9,3%	13,0%	26,7%	23,2%	14,0%	10,6%	10,6%
Total	100,0%									

Investimento delegado	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Empresas municipais	149 421	1 799 266	1 629 329	2 722 155	3 889 570	10 806 521	9 716 571	4 808 847	2 675 184	593 112
Freguesias	5 001 044	4 797 591	5 510 719	5 103 237	4 266 920	3 631 497	2 976 676	2 382 805	2 119 919	2 373 785
Serviços Municipalizados	490 732	2 608 392	925 323	550 297	2 278 019	2 698 552	1 323 472	415 182	621 642	1 112 733
Associações de municípios	585 175	1 050 751	764 444	90 237	270 719	72 429	47 712	41 610	41 776	41 776
Outras entidades	264 725	20 400	1 120 931	159 301	43 980	0	0	0	0	0
Total	6 491 096	10 276 400	9 950 746	8 625 227	10 749 208	17 208 999	14 064 432	7 648 444	5 458 521	4 121 406

Investimento delegado - As transferências de capital para as empresas municipais registaram um crescimento até 2011, tendo posteriormente diminuído progressivamente, situação que é claramente visível no Gráfico 4.8.

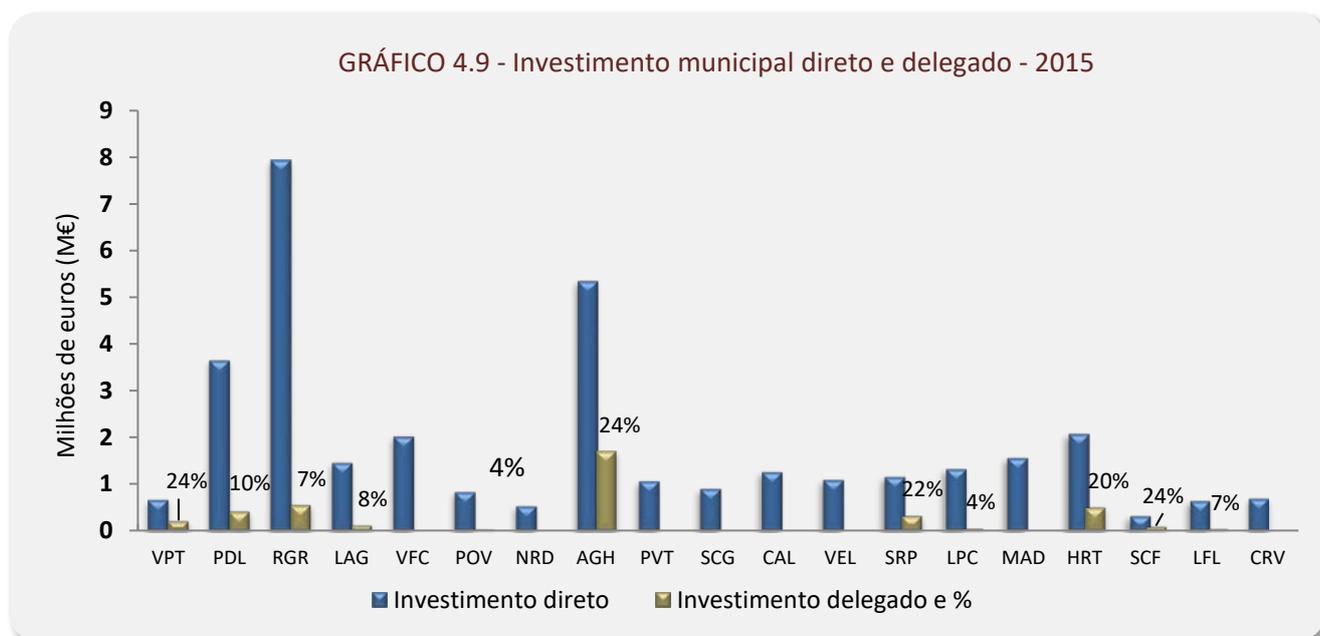


No caso das freguesias, o ano de 2008 foi o ponto mais alto (5,5 M€), registando-se nos anos seguintes reduções, até ao mínimo de 2,1 M€ em 2014. Todavia, ao nível das transferências correntes dos municípios para as



freguesias verifica-se um aumento da ordem dos 100% a partir de 2013. Entre 2006 e 2012 a média anual destas transferências foi de 1,1 M€ (total CM), mas entre 2013 e 2015 essa média passa para 2,5 M€. Ora, grande parte das verbas transferidas para as freguesias como transferências de capital destinam-se na verdade a despesas correntes (conservação de caminhos, limpeza de bermas, etc.). A partir de 2013, ano em que entra em vigor uma nova Lei das autarquias locais (Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro), com regras mais definidas no âmbito da delegação de competências dos municípios nas freguesias, o volume das transferências correntes aumenta, como foi referido, havendo uma compensação, face à redução no investimento delegado.

O investimento delegado em associações de municípios foi praticamente nulo nos últimos anos. Apenas no período 2006 - 2008 registou valores acima de 0,5 M€.



Nem todos os municípios delegaram a realização de investimentos noutras entidades, como é possível observar no Gráfico 4.9. As taxas de delegação (% do investimento delegado no investimento total) mais elevadas situaram-se nos 24%, nos municípios de Vila do Porto, Angra do Heroísmo e Santa Cruz das Flores, seguidos de S. Roque do Pico (22%) e Horta (20%). Com valores nulos surgem 8 municípios: Vila Franca do Campo, Nordeste, Praia da Vitória, Santa Cruz da Graciosa, Calheta, Velas, Madalena e Corvo, este último devido ao facto de não ter freguesias, não fazer parte de associações de municípios, com exceção da AMRAA, e não ter empresas municipais.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

O Quadro 4.18 mostra a contribuição dos municípios no investimento realizado por outras entidades da administração local.

QUADRO 4.18 - Contribuição dos municípios no investimento de outras entidades da administração local

Despesas de investimento	2013		2014		2015	
	valores	%	valores	%	valores	%
Freguesias - investimento total	5 523 102		4 253 825		7 474 915	
Investimento financiado pelo município	2 382 805	43,1	2 119 919	49,8	2 373 785	31,8
Serviços municipaliz - investimento total	2 629 152		4 809 976		3 746 703	
Investimento financiado pelo município	415 182	15,8	621 642	12,9	1 112 733	29,7
Associações de municípios - investimento total	380 220		729 405		199 793	
Investimento financiado pelo município	41 610	10,9	41 776	5,7	41 776	20,9

Investimento direto

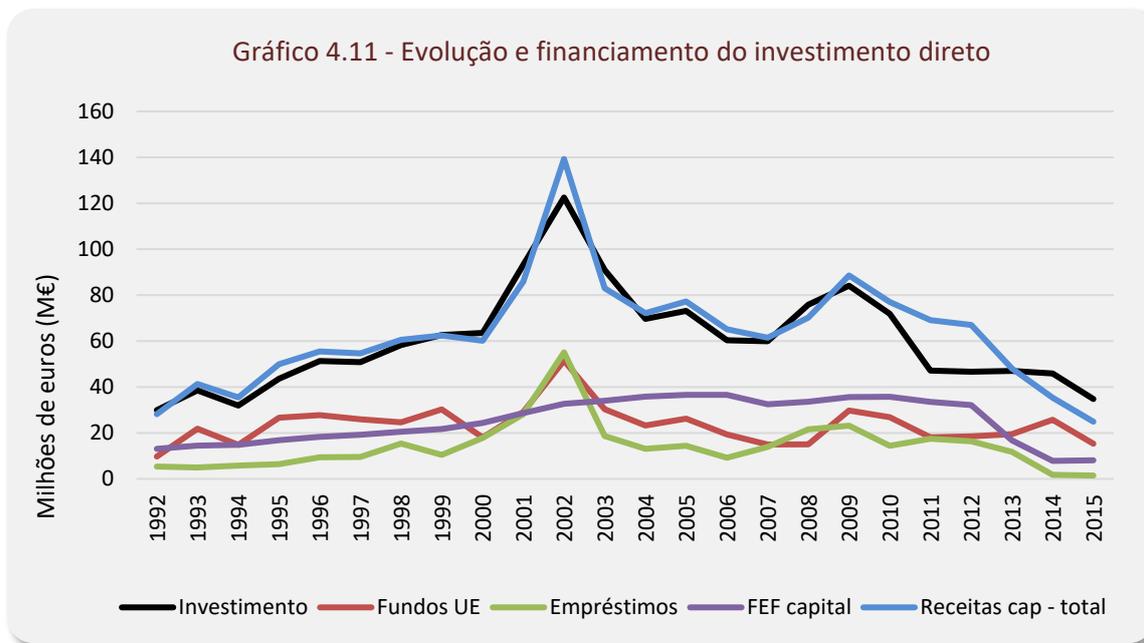
Os Gráficos 4.10 e 4.11 mostram a evolução do investimento direto por município (4.10) e a contribuição das receitas de capital para as despesas de investimento (4.11).



Os 34,8 M€ de investimento diretamente realizado pelos municípios em 2015 constituem o valor mais baixo dos últimos 20 anos. No período evidenciado no Gráfico 4.11 (1992 – 2016), apenas em 1992 (30 M€) e 1994 (32 M€) se registaram valores superiores. O gráfico mostra também que em 2002 e 2009 foram alcançados os maiores valores de investimento – 122 M€ e 84 M€, sendo visível a contribuição dos fundos comunitários e dos



empréstimos contraídos como fontes de financiamento. É interessante verificar que a linha relativa ao total das principais receitas de capital quase se sobrepõe à linha do investimento.



Todavia, os municípios contam com outro tipo de receitas para financiar as suas despesas de capital. Em 2015, os municípios tiveram à sua disposição, como fonte de financiamento para despesas de capital, um saldo de 13,7 M€ transitado do ano anterior e um saldo corrente (receitas correntes – despesas correntes) gerado em 2015 no valor de 36,3 M€, o que dá um total de 50 M€. e isso sem contar com as transferências de capital: 8 M€ de FEF e 15 M€ de fundos comunitários. Naturalmente que este total de 73 M€ não se destinou apenas ao investimento direto e indireto (39 M€), mas ainda às amortizações de empréstimos (16 M€), apoios a instituições (4 M€) e outros.

Investimento por município

O Quadro 4.19 mostra o investimento direto e indireto dos municípios no último triénio, permitindo extrair algumas conclusões, nomeadamente:

O número de municípios que não delegam a execução de investimentos tem vindo a aumentar: 2 em 2013, 6 em 2014, 8 em 2015.

A maior parte (14) dos municípios reduziu em 2015 o seu volume de investimento direto e 11 deles em mais de 40%. Nos 5 municípios que aumentam estas despesas, destaca-se claramente S. Roque do Pico, que



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

beneficiando de um aumento de 160% nas receitas de fundos comunitários, aumentou em 162% o seu investimento, com a Ribeira Grande a seguir (+48%), neste caso por via de um empréstimo, e os restantes acima de 24%.

QUADRO 4.19 - Despesas de investimento - 2013 - 2015

Municípios	2013				2014				2015				Euros Δ % inv direto 14-15
	Invest direto	Invest delegado	Invest total	% inv direto	Invest direto	Invest delegado	Invest total	% inv direto	Invest direto	Invest delegado	Invest total	% inv direto	
VPT	594 996	165 000	759 996	78,3	1 491 899	203 925	1 695 824	88,0	680 722	217 028	897 750	75,8	-54,4
PDL	6 080 368	788 948	6 869 316	88,5	6 825 623	44 600	6 870 223	99,4	3 659 082	422 406	4 081 488	89,7	-46,4
RGR	5 096 398	1 338 917	6 435 315	79,2	5 358 229	989 605	6 347 834	84,4	7 941 306	559 580	8 500 886	93,4	48,2
LAG	1 995 433	692 807	2 688 239	74,2	1 533 178	115 350	1 648 527	93,0	1 474 187	126 159	1 600 346	92,1	-3,8
VFC	2 458 429	0	2 458 429	100,0	1 816 422	0	1 816 422	100,0	2 036 117	0	2 036 117	100,0	12,1
POV	560 101	462 646	1 022 747	54,8	1 571 818	476 396	2 048 214	76,7	845 980	38 560	884 540	95,6	-46,2
NRD	8 740 736	139 693	8 880 429	98,4	1 316 807	0	1 316 807	100,0	541 483	0	541 483	100,0	-58,9
AGH	1 382 314	1 047 297	2 429 611	56,9	5 522 790	1 052 759	6 575 549	84,0	5 353 615	1 707 481	7 061 096	75,8	-3,1
PVT	1 520 989	1 641 542	3 162 531	48,1	1 172 817	1 471 644	2 644 461	44,3	1 078 143	0	1 078 143	100,0	-8,1
SCG	1 840 592	0	1 840 592	100,0	1 651 118	0	1 651 118	100,0	915 417	0	915 417	100,0	-44,6
CAL	487 386	85 037	572 423	85,1	1 024 674	0	1 024 674	100,0	1 276 324	0	1 276 324	100,0	24,6
VEL	424 691	494 310	919 001	46,2	851 220	0	851 220	100,0	1 108 233	0	1 108 233	100,0	30,2
SRP	474 237	337 273	811 510	58,4	447 518	334 158	781 676	57,3	1 171 570	331 520	1 503 090	77,9	161,8
LPC	5 581 200	208 063	5 789 264	96,4	2 549 106	95 732	2 644 838	96,4	1 341 231	55 996	1 397 227	96,0	-47,4
MAD	1 473 510	93 951	1 567 460	94,0	2 775 348	24 978	2 800 326	99,1	1 575 097	0	1 575 097	100,0	-43,2
HRT	2 263 745	7 800	2 271 545	99,7	4 151 468	537 708	4 689 176	88,5	2 091 392	509 175	2 600 567	80,4	-49,6
SCF	1 285 457	102 500	1 387 957	92,6	2 224 349	100 000	2 324 349	95,7	331 947	103 000	434 947	76,3	-85,1
LFL	3 199 003	26 661	3 225 664	99,2	2 767 021	11 667	2 778 688	99,6	657 287	50 500	707 787	92,9	-76,2
CRV	1 523 196	16 000	1 539 196	99,0	810 269	0	810 269	100,0	706 398	0	706 398	100,0	-12,8
Total	46 982 780	7 648 444	54 631 224	86,0	45 861 673	5 458 521	51 320 194	89,4	34 785 527	4 121 406	38 906 934	89,4	-24,2

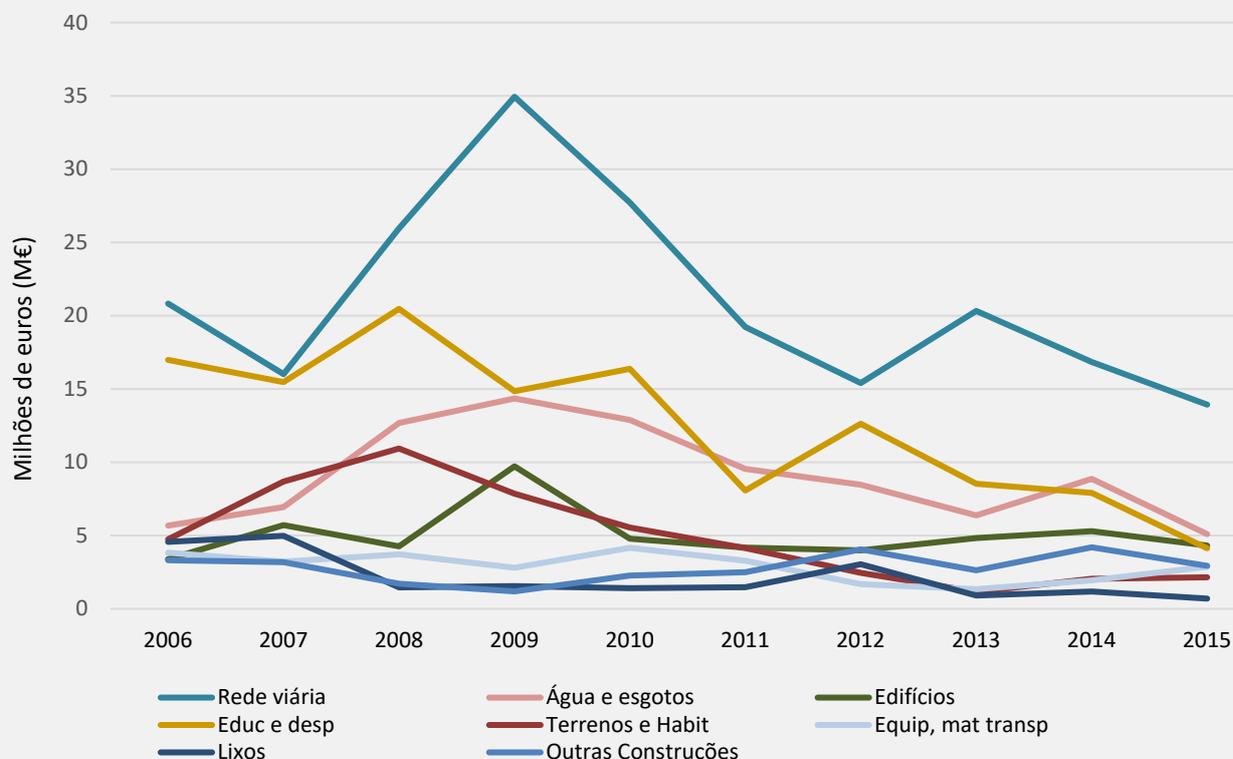
As reduções observadas devem-se na maior parte à diminuição nas receitas dos fundos comunitários, que como se sabe não têm um comportamento regular.

Áreas de investimento

No Gráfico 4.12 podemos observar a evolução das despesas de investimento das principais áreas de atuação dos municípios. O gráfico inclui os serviços municipalizados e as associações de municípios, pois estas entidades executam investimentos que faz todo o sentido considerar. No caso dos SM, o investimento destes em água e esgotos (3,2 M€) supera o realizado diretamente pelos municípios (1,9 M€). As AM, por seu lado, assumem maior importância na área do transporte e tratamento de lixos. Em 2012, as associações investiram em lixos 2,2 M€, face aos 0,4 M€ realizados pelos municípios, se bem que nos últimos anos se verifique uma diminuição devido à transferência destes investimentos para as empresas municipais, nomeadamente a EIRSU - Empresa Intermunicipal de recolha de resíduos sólidos urbanos da Ilha de São Miguel e da TERAMB - Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha da Terceira.



GRÁFICO 4.12 - Evolução das principais áreas de investimento municipal (CM+AM+SM)



Com exceção da área “Equipamento e material de transporte” com um aumento de 48%, todas as restantes áreas de investimento diminuem, destacando-se “terrenos e habitação” (-63%), “Educação e desporto” (-48%) e “Água e esgotos” (-43%).

Comparando a estrutura do investimento de 2015 com a média dos anos anteriores (Gráfico 4.13), verifica-se uma redução acentuada do setor de educação e desporto, que passa de 24,1% para 12,4%, e diminuições ligeiras no peso do setor de abastecimento de água e redes de esgotos e do setor de tratamento de lixos. Em contrapartida, deu-se mais prioridade, em 2015, à área da rede viária, passando a representar 42% das áreas mais representativas do investimento.



Gráfico 4.13 - Áreas de investimento média 2006/2014

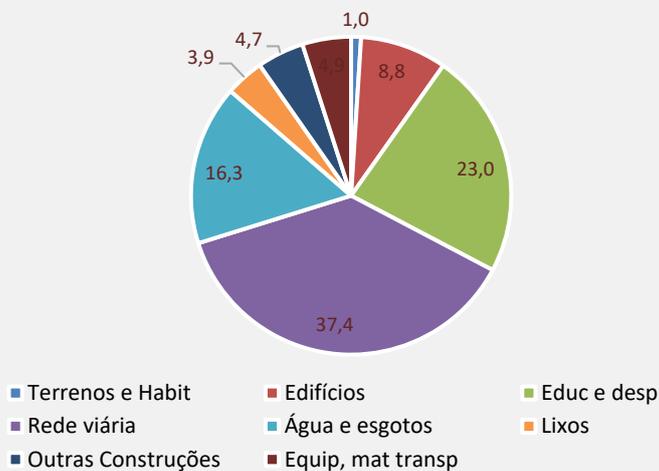
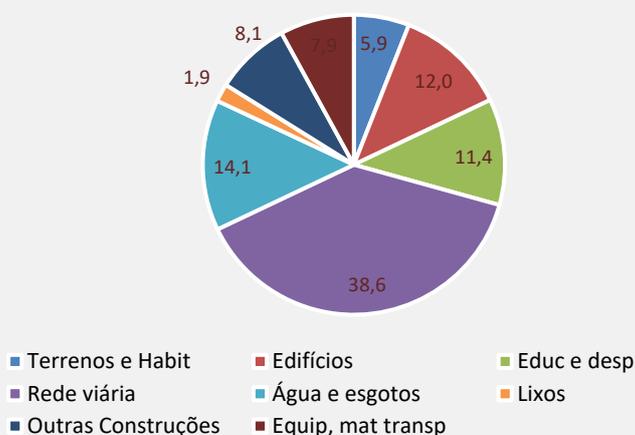


Gráfico 4.14 - Áreas de investimento 2015

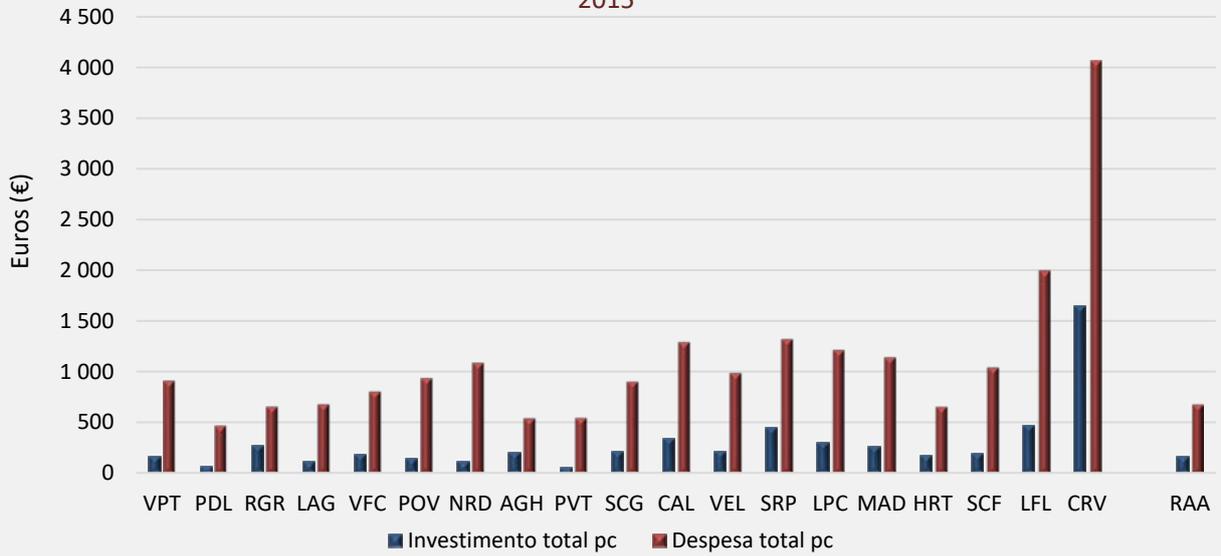


Concluindo a análise ao investimento municipal, apresenta-se um gráfico com o investimento e a despesa total por habitante. Esquecendo o caso peculiar do Corvo, destacam-se os municípios de Lajes das Flores e S. Roque do Pico. Os valores mais baixos aparecem em Ponta Delgada, Praia da Vitória e Angra do Heroísmo.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

GRÁFICO 4.15 - Investimento e despesa total per capita, por município (CM+SM) - 2015

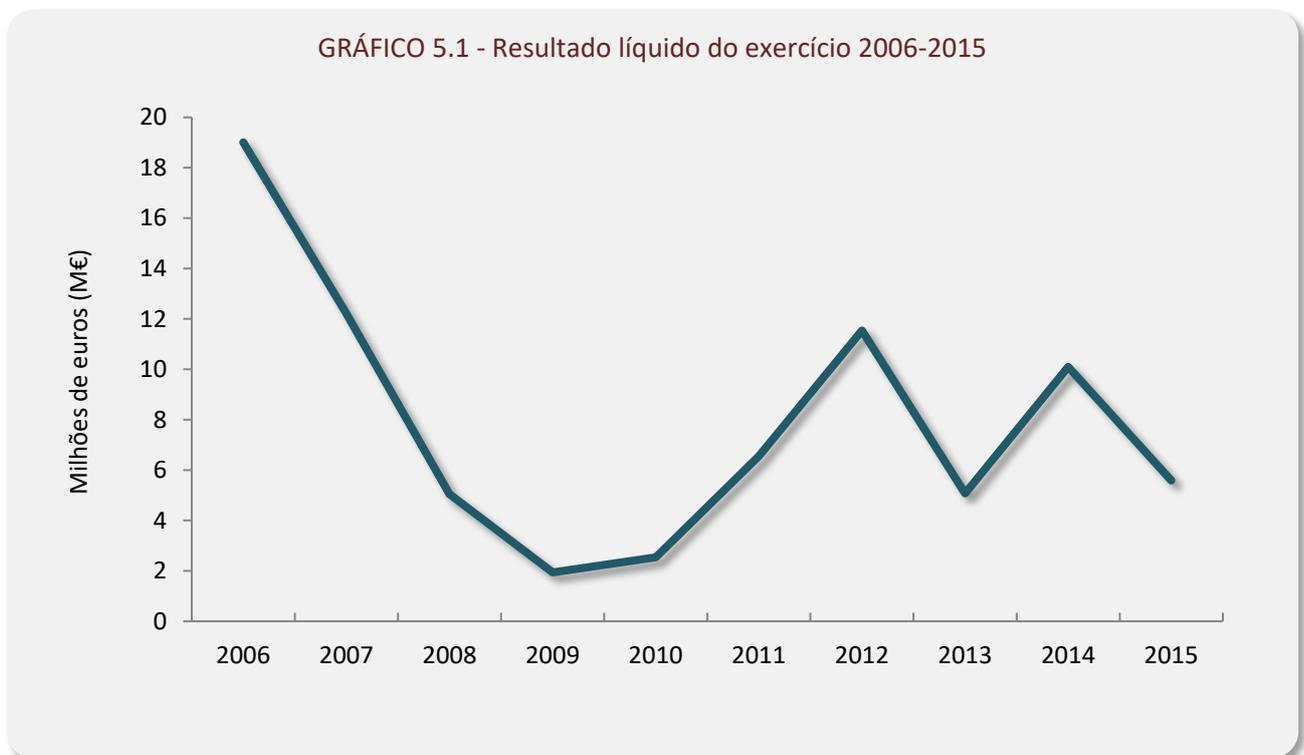




5. EXECUÇÃO PATRIMONIAL

5.1 Resultados do exercício

Em 2015, o resultado líquido do exercício dos municípios da RAA foi de 5,6 M€, o que significa uma queda de 4,5 M€ em relação ao ano de 2014. O valor de 2015 volta a estar, assim, ao nível dos valores de 2013, conforme se pode verificar no Gráfico 5.1.



Analisando o Quadro 5.1, onde se apresenta de forma reduzida os custos e proveitos e os respetivos resultados, nos últimos 3 anos, constata-se que esta redução no resultado líquido se deve a uma diminuição nos resultados operacionais e extraordinários de -1,1 M€ e - 3,5 M€, respetivamente.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

QUADRO 5.1 - Resumo da Demonstração de Resultados - Municípios da RAA 2013-2015

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS Municípios da RAA	Euros				
	2013	2014	Δ % 13-14	2015	Δ % 14-15
<i>Amortizações do exercício</i>	39 117 163	40 615 390	3,8	42 510 151	4,7
<i>Provisões do exercício</i>	3 648 098	427 920	-88,3	643 104	50,3
Custos operacionais	139 668 176	139 070 592	-0,4	147 719 826	6,2
Proveitos operacionais	142 306 017	142 612 026	0,2	150 104 385	5,3
Custos e perdas financeiros	3 602 229	3 746 150	4,0	3 498 378	-6,6
Proveitos e ganhos financeiros	2 127 599	2 116 154	-0,5	2 030 973	-4,0
Custos e perdas extraordinários	12 375 584	9 781 279	-21,0	15 351 677	56,9
Proveitos e ganhos extraordinários	16 283 388	17 967 536	10,3	20 020 419	11,4
Resultados operacionais	2 637 841	3 541 434	34,3	2 384 559	-32,7
Resultados financeiros	-1 474 629	-1 629 997	-10,5	-1 467 405	10,0
Resultados extraordinários	3 907 804	8 186 257	109,5	4 668 742	-43,0
Resultado líquido do exercício	5 071 016	10 097 694	99,1	5 585 896	-44,7

O Quadro 5.2 apresenta para os municípios, serviços municipalizados e associações de municípios os resultados líquidos do exercício e a sua decomposição em operacionais, extraordinários e financeiros, em 2014 e 2015. Através da análise do quadro percebe-se que, apesar de vários municípios terem piorado os seus resultados líquidos de 2014 para 2015, o município de Velas destaca-se, pois, ao passar de um resultado positivo de 1,7 M€, em 2014, para um resultado negativo de 2,4 M€, em 2015, regista uma queda de 4,2 M€. Na verdade, se calculássemos o valor do resultado líquido para o total dos municípios da RAA não considerando o município de Velas, obteríamos um valor de 8 M€ em 2015, ou seja, uma quantia bastante mais favorável do que os 5,6 M€ acima apresentados.

Em relação aos serviços municipalizados, há que destacar a melhoria do resultado líquido dos SMAH em 0,6 M€, depois de 3 anos de valores negativos. Este resultado deve-se, essencialmente, a uma redução nos custos operacionais decorrente de um menor valor de amortizações registadas em 2015.

Relativamente às associações de municípios, a AMRAA apresenta, pelo segundo ano consecutivo, uma melhoria do seu resultado líquido, depois de em 2013 ter apresentado um valor de -120 m.e.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

QUADRO 5.2 - Resultados dos Municípios, Serviços Municipalizados e Associações de Municípios – 2015

Euros

Municípios	Resultados operacionais		Resultados financeiros		Resultados extraordinários		Resultado líquido do exercício	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015
VPT	857.777	172.174	1.844	2.948	-167.986	89.819	691.635	264.941
PDL	-2.019.505	-2.370.157	1.079.680	814.386	1.129.075	1.871.702	189.251	315.930
RGR	4.657.190	3.463.239	-122.178	130.496	582.179	841.667	5.117.190	4.435.402
LAG	580.048	439.920	-102.270	-81.996	181.277	-204.092	659.055	153.832
VFC	-173.234	291.126	-1.040.227	-839.325	1.410.545	733.547	197.084	185.348
POV	-396.815	53.078	-63.844	-83.710	705.163	618.390	244.504	587.758
NRD	52.164	360.341	-729.889	-609.874	680.062	689.035	2.338	439.502
AGH	1.557.101	1.714.107	-101.408	7.839	586.600	-46.484	2.042.292	1.675.462
PVT	-143.931	-372.241	-43.904	-78.402	-642.259	-651.703	-830.094	-1.102.345
SCG	-9.290	119.799	5.319	34.280	239.637	422.108	235.666	576.187
CAL	925.556	1.083.793	-149.512	-99.291	431.754	507.363	1.207.798	1.491.865
VEL	125.932	311.530	-5.436	-185.428	1.606.827	-2.555.735	1.727.323	-2.429.633
SRP	-651.683	-627.048	-15.215	-10.340	-401.663	-109.530	-1.068.561	-746.918
LPC	-296.760	-624.099	-178.779	-79.969	327.744	1.037.405	-147.795	333.337
MAD	118.926	72.994	-38.965	-332.741	375.516	464.119	455.477	204.372
HRT	-876.840	-683.446	-87.186	-88.399	281.626	700.429	-682.400	-71.416
SCF	-132.817	-148.722	-61.171	10.400	16.076	-266.212	-177.912	-404.534
LFL	-783.345	-966.641	26.323	18.441	597.924	128.202	-159.098	-819.998
CRV	150.961	94.813	-3.179	3.283	246.160	398.711	393.941	496.807
RAA	3.541.434	2.384.559	-1.629.997	-1.467.405	8.186.257	4.668.742	10.097.694	5.585.896
SMPD	309.468	685.800	42.233	41.026	1.082.134	1.029.069	1.433.834	1.755.895
SMAH	-1.720.189	-865.338	-4.929	-5.814	1.303.015	1.061.320	-422.103	190.168
AMRAA	-39.336	82.886	-5.929	-352	45.684	61.550	419	144.084
AMISM	-185.551	-107.325	9.329	89.994	314.593	50.618	138.371	33.286

De seguida, analisam-se para o total dos municípios, e de forma mais detalhada, as várias componentes dos resultados líquidos - operacionais, financeiros e extraordinários.

Resultados Operacionais

Tal como se apresenta no Gráfico 5.2, os resultados operacionais decresceram 1,1 M€ em 2015, face a 2014, totalizando 2,4 M€. Este valor é o mais baixo da última década, estando em linha, no entanto, com os valores apresentados no último triénio: 2,6 M€ em 2013 e 3,5 M€ em 2014.

A diminuição verificada de 2014 para 2015 deve-se a um aumento dos custos operacionais de 8,6 M€, que se revelou superior ao aumento registado nos proveitos de 7,5 M€.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública



Analisando os proveitos operacionais em maior detalhe (Quadro 5.3) verifica-se que todas as suas rubricas aumentaram, sendo de destacar o aumento de 58,4% nos “outros proveitos e ganhos operacionais”, ainda que o seu peso e, portanto, o seu impacto no total seja bastante reduzido (1,4%). Este aumento deve-se a um maior valor da conta 75 “trabalhos para a própria entidade” nos municípios de Calheta (156%), Lajes do Pico (232%), Santa Cruz das Flores (195%) e Corvo (253%).

As transferências e subsídios obtidos que resultam, fundamentalmente, das transferências dos fundos OE e que são a maior componente dos proveitos operacionais cresceram 5,5%, em 2015. O crescimento nesta rubrica foi geral a todos os municípios, a exceção foi Vila do Porto que decresceu 8%.

QUADRO 5.3 - Proveitos operacionais municipais por rubrica

Proveitos operacionais	2014	2015	%	Euros
				Δ % 14-15
Vendas e prestações de serviços	15 332 508	16 152 368	10,7	5,3
Impostos e taxas	33 065 883	34 059 596	22,7	3,0
Transferências e subsídios obtidos	92 848 934	97 931 643	65,2	5,5
Outros proveitos e ganhos operacionais	1 364 702	2 161 790	1,4	58,4
Total	142 612 026	150 305 397	100,0	5,4



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Os custos operacionais (Quadro 5.4) sofreram um aumento de 6,2%, em relação ao ano de 2014, e apenas os gastos com pessoal não seguiram essa tendência, decrescendo 2,5%. Praticamente todos os municípios tiveram reduções nesta componente dos custos operacionais, destacando-se a Povoação com uma diminuição de 26,8%. As rubricas “fornecimentos e serviços externos” e “provisões do exercício” foram as que mais cresceram, 20,7% e 50,3%, respetivamente. Relativamente aos “fornecimentos e serviços externos” são de assinalar os valores da Ribeira Grande (70,9%), Povoação (47,9%) e São Roque do Pico (34,5%). Quanto às “provisões do exercício”, apesar do seu pequeno peso no total dos custos, registaram crescimentos importantes em alguns municípios, tais como Horta (771,4%), Ribeira Grande (189,4%) e Angra do Heroísmo (151,3%). As “amortizações do exercício”, que constituem uma parcela relevante dos custos operacionais (28,8%), tiveram um crescimento moderado de 4,7%, destacando-se os crescimentos das Lajes do Pico (19,8%), Calheta (15,1%) e Santa Cruz das Flores (14,8%).

QUADRO 5.4 - Custos operacionais municipais por rubrica

Custos operacionais	2014	2015	%	Euros
				Δ % 14-15
Mercadorias vendidas e das matérias consumidas	4 548 788	4 977 110	3,4	9,4
Fornecimentos e serviços externos	28 742 886	34 686 269	23,5	20,7
Pessoal	52 095 041	50 810 553	34,4	-2,5
Transf. e subsídios correntes concedidos	11 953 088	13 344 933	9,0	11,6
Amortizações do exercício	40 615 390	42 510 151	28,8	4,7
Provisões do exercício	427 920	643 104	0,4	50,3
Outros custos e perdas operacionais	687 479	747 707	0,5	8,8
Total	139 070 592	147 719 826	100,0	6,2

No Quadro 5.5 apresentam-se os resultados operacionais por município, no período 2006-2015. As células a vermelho indicam os valores negativos em cada ano.

Em 2015, 7 municípios obtiveram resultados operacionais negativos: Ponta Delgada (-2,4 M€) e Santa Cruz das Flores (-0,1 M€), pelo terceiro ano consecutivo, Lajes do Pico (-0,6 M€) que, desde 2011, e com um ano de interregno em 2013, apresenta sucessivos resultados negativos, Praia da Vitória (-0,4 M€) e Lajes das Flores (-1,0 M€), com valores negativos desde 2011 e 2010, respetivamente e, por fim, os casos mais preocupantes, São Roque do Pico (-0,6 M€) e Horta (-0,7 M€) que não registam qualquer ano com valor positivo, na última década. No extremo oposto, temos o caso de alguns municípios que apresentam bons resultados em todos os anos da análise. São os casos da Ribeira Grande, Lagoa, Angra do Heroísmo, Calheta, Madalena e Corvo.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

QUADRO 5.5 - Evolução dos resultados operacionais por município, 2006-2015

Resultados Operacionais	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
VPT	5 041 214	-371 202	-102 290	1 121 135	-1 036 124	456 675	177 803	72 280	857 777	172 174
PDL	5 645 604	5 929 331	4 022 769	4 810 076	1 055 933	-337 103	1 532 096	-1 706 675	-2 019 505	-2 370 157
RGR	3 253 229	5 329 604	5 451 458	5 096 236	5 086 022	4 833 475	5 168 191	5 411 985	4 657 190	3 463 239
LAG	2 996 597	3 080 165	3 243 057	1 334 782	1 334 760	1 622 842	3 645 767	1 162 358	580 048	439 920
VFC	1 224 635	-307 923	-71 448	-6 683 724	-4 648 790	-2 425 132	239 061	176 188	-173 234	291 126
POV	1 213 261	1 729 209	348 921	931 843	1 513 528	748 966	869 673	482 897	-396 815	53 078
NRD	1 559 597	890 506	272 337	-381 043	-1 045 194	43 856	567 886	450 743	52 164	360 341
AGH	1 142 917	901 769	198 283	104 170	1 332 548	4 266 049	3 189 367	120 103	1 557 101	1 714 107
PVT	1 786 133	623 604	34 909	249 528	41 002	-1 330 508	-435 124	-605 177	-143 931	-372 241
SCG	767 571	750 848	737 149	640 195	332 715	389 510	99 803	291 780	-9 290	119 799
CAL	398 921	681 185	409 740	354 426	1 365 006	1 243 439	746 069	696 721	925 556	1 083 793
VEL	475 065	632 906	547 296	603 615	655 890	556 813	429 483	-2 414 136	125 932	311 530
SRP	-821 322	-345 931	-180 886	-53 825	-194 503	-498 808	-695 479	-450 857	-651 683	-627 048
LPC	-226 411	-460 612	361 015	239 205	107 382	-263 479	-328 949	84 146	-296 760	-624 099
MAD	736 081	1 004 019	1 014 595	949 402	600 106	555 849	628 862	596 893	118 926	72 994
HRT	-1 221 472	-1 365 546	-1 402 814	-1 672 459	-1 588 330	-1 104 207	-393 154	-848 992	-876 840	-683 446
SCF	1 674 027	1 298 581	1 149 318	954 606	-6 461	742 297	115 650	-90 575	-132 817	-148 722
LFL	519 791	914 000	500 596	622 571	-240 465	-286 843	-107 319	-1 091 472	-783 345	-966 641
CRV	40 457	114 542	265 416	346 371	455 655	417 615	358 386	299 632	150 961	94 813
TOTAL	26 205 895	21 029 054	16 799 421	9 567 111	5 120 681	9 631 305	15 808 073	2 637 841	3 541 434	2 384 559

Euros

Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos municípios em 2015 somaram -1,5 M€, melhorando 0,1 M€, em relação a 2014. Este é o valor mais favorável no período 2006-2015, não se registando qualquer resultado positivo nestes 10 anos. Esta situação acontece uma vez que os municípios têm, principalmente, custos financeiros derivados de juros de empréstimos e não proveitos, resultantes de aplicações financeiras. A redução verificada deve-se, pois, a menos custos (juros) derivados de menos empréstimos em dívida.

Da análise município a município constata-se que, apesar da tendência geral de resultados negativos, alguns municípios como Ponta Delgada, Santa Cruz da Graciosa e Lajes das Flores apresentam resultados consistentemente positivos nos últimos, 6, 3 e 10 anos, respetivamente.



GRÁFICO 5.3 - Variação dos Resultados Financeiros 2014-2015



Resultados extraordinários

Em 2015, os resultados extraordinários dos municípios apresentaram um valor positivo, pelo terceiro ano consecutivo, ainda que registando uma queda de 43%, face a 2014. Esta diminuição deve-se a um aumento, significativo, nos custos de 57% bastante superior ao aumento de 11% registado nos proveitos.

O agravamento dos custos, em 2015, está associado à extinção de empresas do setor empresarial local, uma vez que o valor das transferências de capital dos municípios para as empresas do setor local, freguesias e instituições sem fins lucrativos (outra das componentes dos custos extraordinários) verificou uma diminuição geral de 15% face ao ano anterior. Note-se, no entanto, que apesar desta diminuição apenas as transferências para o setor empresarial local decresceram 77,8%. As transferências para as freguesias e instituições aumentaram 12,0% e 19,2%, respetivamente.

Tal como se poderá ver no Quadro 5.2, 6 municípios apresentaram resultados extraordinários negativos em 2015, mas é de destacar o de Velas que piorou os seus resultados extraordinários em 4,2 M€ face a 2014.



5.2 Balanço

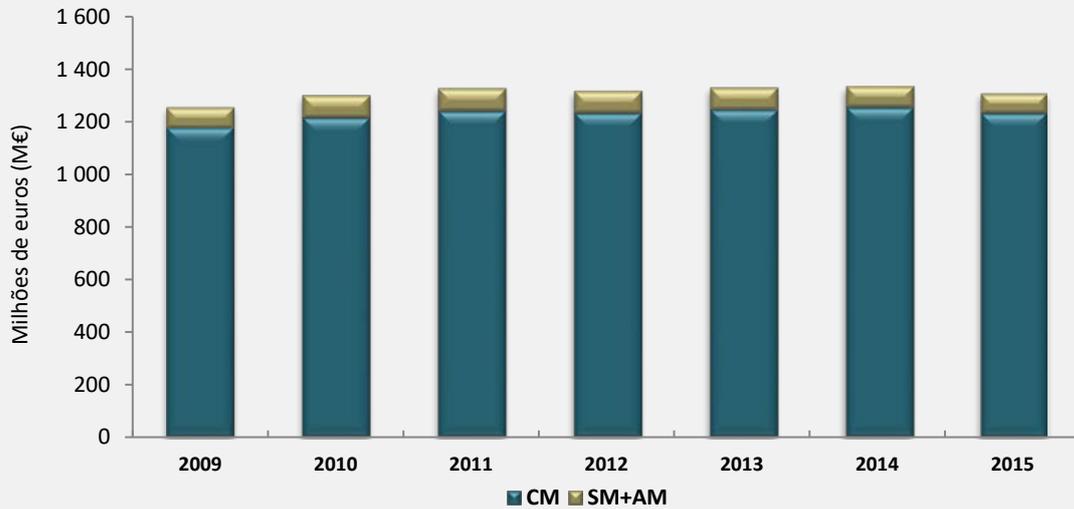
5.2.1 Ativo

Em 2015, o ativo líquido dos municípios somou 1.234 M€ apresentando, assim, um ligeiro decréscimo de 1,7% em relação a 2014. Se considerarmos o ativo bruto que incorpora também as amortizações acumuladas, temos uma queda de 1,5%, inferior à registada no ativo líquido. De facto, as amortizações acumuladas aumentaram 7% face a 2014 e o imobilizado corpóreo diminuiu 0,3%, o que significa que a renovação de imobilizado aconteceu a um ritmo inferior à sua amortização.

No Gráfico 5.5, apresenta-se o ativo líquido no período 2009-2015, também considerando os serviços municipalizados e associações de municípios e, neste caso, verifica-se que a queda no ativo líquido foi de 6,9%, ou seja, bastante superior à registada nos municípios. O ativo líquido dos serviços municipalizados de Angra do Heroísmo foi o que registou a queda mais acentuada (18,6%) consequência de uma acentuada redução no valor das amortizações acumuladas de 2014 para 2015 (37,2%).

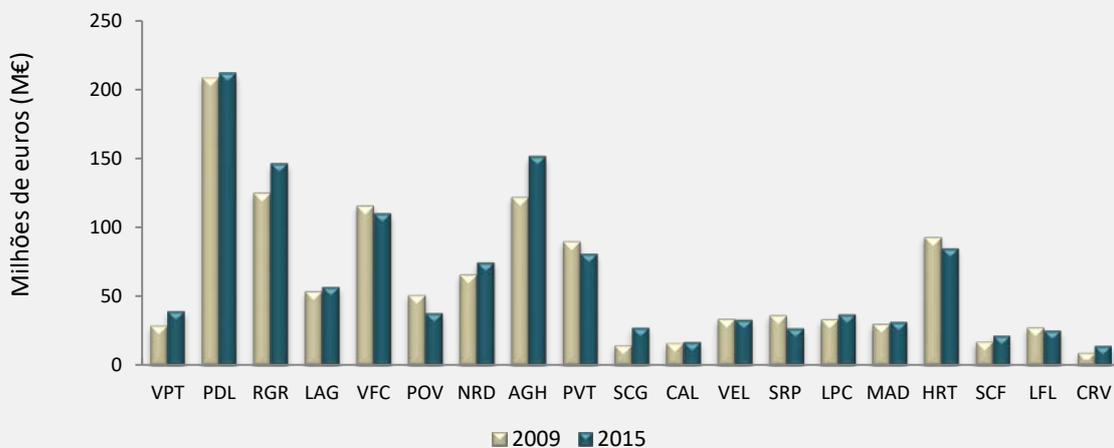


GRÁFICO 5.5 - Ativo líquido 2009-2015



Comparando os valores do ativo líquido no período 2009-2015, por município (Gráfico 5.6), verifica-se que apenas 7 municípios reduziram esta componente do Balanço: Vila Franca do Campo (-5%), Povoação (-26%), Praia da Vitória (-10%), Velas (-2%), São Roque do Pico (-26%), Horta (-9%) e Lajes das Flores (-8%). Os restantes 12 municípios aumentaram o ativo líquido, sendo os que mais se destacam Santa Cruz da Graciosa (121%), Corvo (53%) e Ribeira Grande (44%).

GRÁFICO 5.6 - Comparativo Ativo Líquido por Município 2009/2015





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

No quadro que se segue, apresenta-se o ativo líquido dos municípios, repartido pelas suas várias rubricas no triénio 2013-2015.

QUADRO 5.6 – Ativo líquido 2015

Ativo líquido	2013		2014		Δ % 13-14	2015		Δ % 14-15
	valores	%	valores	%		valores	%	
Imobilizado Incorpóreo	5 181 839	0,4	4 558 988	0,4	-12,0	4 598 044	0,4	0,9
Imobilizado Corpóreo	1 111 673 287	89,1	1 115 373 216	88,8	0,3	1 111 994 654	90,1	-0,3
Imobilizado Financeiro	77 153 049	6,2	79 902 515	6,4	3,6	65 621 921	5,3	-17,9
Existências	2 194 199	0,2	2 154 327	0,2	-1,8	2 147 634	0,2	-0,3
Dívidas de terceiros	30 299 023	2,4	22 942 934	1,8	-24,3	19 887 684	1,6	-13,3
Depósitos e Caixa	12 246 883	1,0	15 685 860	1,2	28,1	18 709 486	1,5	19,3
Acréscimos e diferimentos	8 963 489	0,7	15 281 486	1,2	70,5	11 194 255	0,9	-26,7
Totais	1 247 711 768	100,0	1 255 899 326	100,0	0,7	1 234 153 679	100,0	-1,7

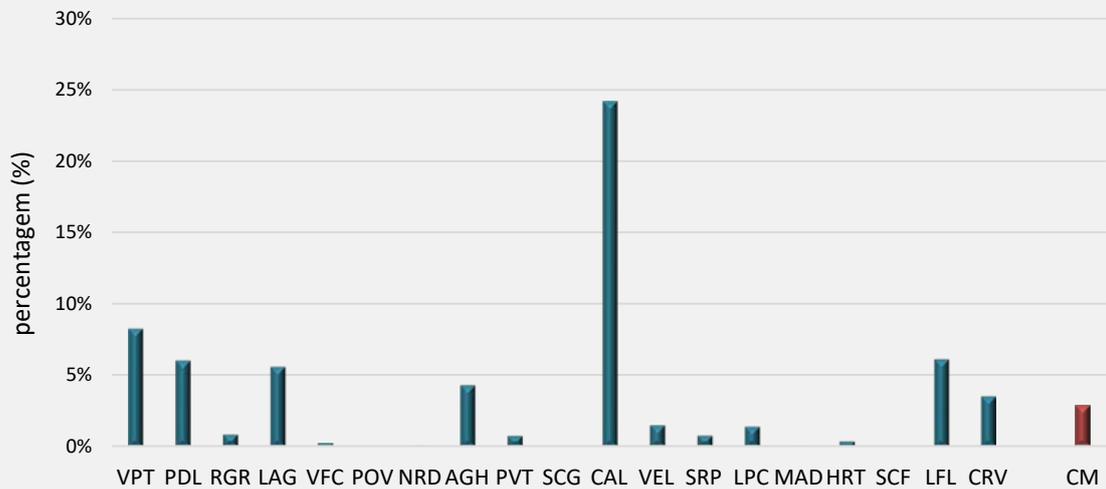
Imobilizado

O imobilizado é a rubrica do ativo com maior peso, representando 95,8% do total. Em 2015, o seu valor foi de 1,2 M€, 1,5% abaixo de 2014. A principal componente do imobilizado é o corpóreo, que nos últimos 7 anos se tem mantido estável em valores na ordem dos 1,1 M€. As suas principais rubricas, “terrenos e recursos naturais” (8%), “edifícios e outras construções” (81%) e “equipamento básico” (5%) têm-se mantido igualmente estáveis. As “imobilizações corpóreas em curso” (obras ainda não concluídas), apesar de não serem uma das principais componentes do imobilizado corpóreo, destacam-se, uma vez que apresentam um comportamento bastante diferente das restantes rubricas, caindo a uma taxa média de 16,2%, nos últimos sete anos. Esta tendência de decréscimo é geral em todos os municípios, destacando-se os de Povoação e Santa Cruz das Flores que não registam imobilizações em curso em 2015, e os de Nordeste, Santa Cruz da Graciosa e Madalena com quedas de 47,7%, 57,3% e 50,0%, respetivamente.

Abaixo apresenta-se um gráfico que destaca o peso do imobilizado em curso no total do imobilizado corpóreo, para cada município. Note-se a baixa expressão que esta rubrica apresenta no total do ativo dos municípios. A exceção é o município da Calheta com um peso de 24,2%. Ainda assim, a explicação para esse valor estará relacionada com uma subvalorização inicial do imobilizado corpóreo no balanço deste município, ocorrido nos anos de 2002 e 2003.

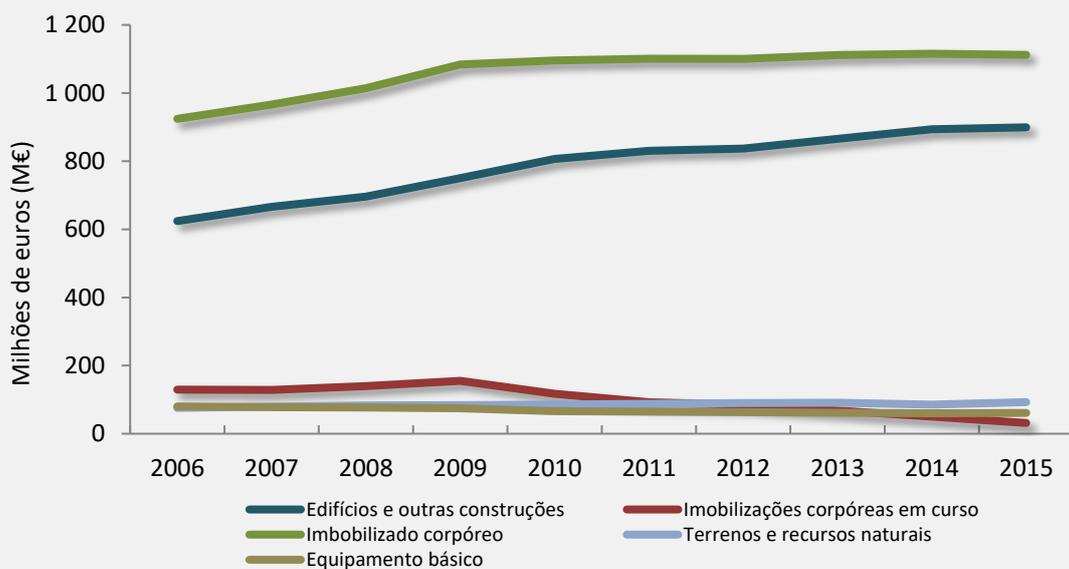


GRÁFICO 5.7 - Imobilizado em curso/ Imobilizado corpóreo total - 2015



O gráfico seguinte mostra as tendências seguidas pelas principais rubricas do imobilizado corpóreo, nos últimos 10 anos. A linha verde que representa o imobilizado corpóreo total mostra um período de estagnação a partir de 2009, depois de um crescimento inicial entre os anos de 2006 e 2009.

GRÁFICO 5.8 - Imobilizado Corpóreo 2009-2015





Imobilizado financeiro

O imobilizado financeiro somou 65,6 M€ em 2015, ou seja, -17,9% face a 2014. Esta redução está associada à extinção de empresas municipais. Nesta categoria do imobilizado encontram-se fundamentalmente duas componentes, as participações detidas pelos municípios em empresas, representadas na rubrica “partes de capital” e que pesam cerca de 83% do total e as participações dos municípios no Fundo de Apoio Municipal (FAM) que pesam 14%. Em relação ao FAM, este é o segundo ano em que os municípios fazem o seu registo no balanço e o primeiro em que todos os municípios o fazem, uma vez que em 2014 apenas 3 municípios fizeram o registo do seu valor (Vila do Porto, Ponta Delgada e Horta), o que resultou num aumento de 232% no valor total do FAM.

Existências

As existências representam apenas 0,2% do total do ativo líquido e são, sobretudo, constituídas por matérias primas, subsidiárias e de consumo. Em 2015, somaram 2,1 M€, valor que se mantém relativamente estável desde 2012.

Em 2015, apenas o município de Santa Cruz da Graciosa não apresentou qualquer valor de existências no seu balanço.

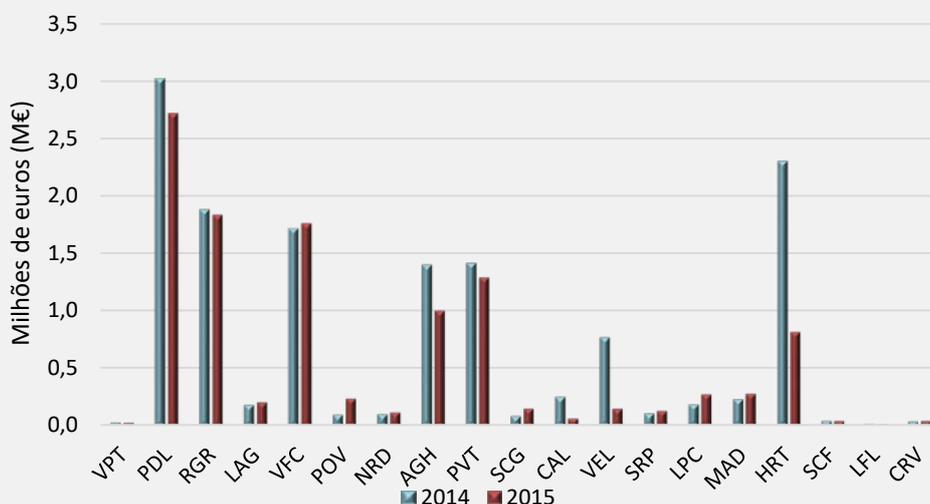
Dívidas a receber de terceiros

A dívida a receber de terceiros, em 2015, somou 19,9 M€, menos 3,1 M€ do que em 2014. Este valor é o mais baixo dos últimos 5 anos. A dívida de médio e longo prazo, uma das componentes da dívida total pesou 44% e pertence toda a um único município, Angra do Heroísmo. A dívida de curto prazo que representa 66% do total e que é composta por dívida de clientes, contribuintes e utentes, Estado e outras entidades públicas, administração autárquica e outros devedores, foi a que mais caiu face a 2015 (19,9%).

Analisando a evolução da dívida de curto prazo, por município, de 2014 para 2015 (Gráfico 5.9), verifica-se que mais de metade dos municípios reduziram o valor das dívidas a receber, destacando-se os municípios de Calheta (-76,1%), Velas (-81,0%) e Horta (64,6%).



GRÁFICO 5.9 - Dívidas de terceiros de curto prazo



Disponibilidades em caixa e bancos

Esta é a rubrica do ativo com maior grau de liquidez e no ano de 2015 somou 18,7 M€, exatamente o valor da soma dos saldos finais orçamentais (16,5 M€) e de tesouraria (2,3 M€) do ano anterior. Este valor é o mais elevado dos últimos dez anos e representa um crescimento de 19,3%, face a 2014. Do total dos 18,7 M€, apenas 23,8 m.e. correspondem a dinheiro em caixa, encontrando-se o restante depositado em instituições financeiras.

5.2.2 Passivo e evolução do endividamento

Passivo total

O passivo total dos municípios somou 491,9 M€ em 2015, o que representa uma queda de 4,4%, em relação ao ano de 2014, e também o valor mais baixo dos últimos 7 anos.

No Quadro 5.7 apresenta-se o passivo total subdividido pelas suas várias componentes. Pode verificar-se que duas rubricas, apenas, perfazem 95,1% do total: “Proveitos diferidos” (67,3%) que pela sua natureza devem ser reconhecidos nos exercícios seguintes e “dívida de médio e longo prazo” (27,8%). Analisando o comportamento das várias rubricas do passivo de 2014 para 2015, verifica-se que todas apresentaram um decréscimo, sendo de destacar a dívida de curto prazo que caiu 32,6%.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

QUADRO 5.7 – Passivo 2015

Passivo	2013		2014		Δ % 13-14	2015		Δ % 14-15
	valores	%	valores	%		valores	%	
Provisões para riscos e encargos	5 076 256	1,0	4 198 118	0,8	-17,3	4 037 659	0,8	-3,8
Dívida de médio e longo prazo	147 550 604	28,6	147 006 234	28,6	-0,4	136 826 919	27,8	-6,9
Dívida de curto prazo	28 332 489	5,5	18 791 732	3,7	-33,7	12 658 462	2,6	-32,6
Acréscimos de custos	7 567 279	1,5	8 189 281	1,6	8,2	7 579 054	1,5	-7,5
Proveitos diferidos	328 172 650	63,5	336 312 703	65,4	2,5	330 830 973	67,3	-1,6
Totais	516 699 279	100,0	514 498 068	100,0	-0,4	491 933 065	100,0	-4,4

Passivo exigível

Dada a sua natureza e a sua importância para a gestão dos municípios, importa analisar em maior detalhe o passivo exigível, ou seja, a sua dívida a fornecedores, Estado e outras entidades e instituições financeiras. Em 2015, o passivo exigível total dos municípios foi de 149,5 M€, correspondendo 136,8 M€ a dívida de médio e longo prazo. Os proveitos diferidos (330,8 M€) não são considerados passivo exigível, pois não implicam dívida a pagar.

O valor do passivo exigível de 2015 representa uma queda de 9,8% face a 2014. Esta descida acontece na dívida com maturidade superior (6,9%), no entanto, é na dívida de curto prazo que se dá a maior diminuição (32,6%). Das várias rubricas do passivo exigível a dívida a bancos é a que tem maior peso (76,6%), seguindo-se a dívida ao Estado (6,5%). As dívidas a fornecedores de imobilizado e de bens e serviços, que representam 2,5% do total do passivo, caem 39,1% face a 2014.

De seguida, apresenta-se a evolução no período 2006-2015 do passivo exigível, por município, e também para os serviços municipalizados e associações de municípios. A vermelho assinala-se o ano com o valor mais elevado da década.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

QUADRO 5.8 - Passivo Exigível 2006-2015

MUNICIPIOS	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015			Euros Δ % 14-15
										Curto Prazo	M/L Prazo	Total	
VPT	1 711 608	1 661 088	1 449 161	1 520 439	1 722 404	1 290 681	1 129 066	839 579	760 551	79 693	412 548	492 240	-35,3
PD L	25 513 625	26 646 456	32 775 156	34 396 679	32 764 857	30 627 279	27 393 361	25 357 137	33 264 273	4 012 363	24 979 610	28 991 973	-12,8
RGR	18 328 809	18 636 987	23 284 196	26 313 870	21 787 706	18 404 098	15 891 087	11 595 360	10 485 361	618 102	9 588 047	10 206 149	-2,7
LAG	10 774 226	10 266 020	13 860 504	15 032 047	12 966 478	10 765 210	9 441 188	8 475 923	6 867 916	682 703	8 216 453	8 899 155	29,6
VFC	18 962 879	22 743 920	22 899 254	24 270 845	27 604 255	30 004 274	29 460 370	28 039 248	26 988 584	184 649	25 298 349	25 482 998	-5,6
POV	10 668 352	12 050 957	14 540 112	37 612 986	35 255 076	31 832 421	21 157 169	7 550 777	6 232 315	2 710 567	2 795 105	5 505 671	-11,7
NRD	8 977 923	9 392 179	9 755 756	10 092 454	15 220 629	18 537 477	17 061 334	16 987 365	15 309 830	130 978	14 017 293	14 148 271	-7,6
AGH	22 954 758	22 958 526	24 281 693	27 405 890	26 941 924	26 309 351	23 441 233	19 782 016	18 197 018	1 024 097	16 963 546	17 987 643	-1,2
PVT	10 169 630	9 820 940	16 089 556	24 435 656	18 463 580	17 886 819	16 608 749	15 668 400	13 892 475	611 765	8 397 665	9 009 430	-35,1
SCG	1 410 601	1 305 780	1 109 498	1 683 901	2 491 967	2 612 757	2 372 078	2 075 798	1 749 736	57 694	1 466 008	1 523 702	-12,9
CAL	10 046 226	9 564 498	10 802 566	11 011 265	10 086 444	9 673 744	8 244 981	7 259 284	6 409 778	106 555	5 183 877	5 290 432	-17,5
VEL	7 128 604	7 200 251	7 635 802	7 506 668	10 763 634	9 406 498	7 585 473	6 262 895	5 686 141	47 434	4 793 042	4 840 476	-14,9
SRP	2 403 422	2 263 266	1 905 901	2 928 466	3 032 628	1 497 352	1 201 198	1 011 129	476 325	74 211	556 053	630 264	32,3
LPC	6 190 631	6 685 249	6 885 456	8 243 281	9 231 361	8 141 765	7 610 674	9 532 641	7 662 362	332 098	6 312 200	6 644 298	-13,3
MAD	4 470 021	5 913 916	7 870 613	6 493 927	6 296 983	5 191 004	4 374 151	3 680 426	3 302 831	529 217	2 329 295	2 858 512	-13,5
HRT	8 786 190	8 350 862	8 959 302	9 580 852	9 416 421	8 552 245	7 019 772	6 624 121	5 938 734	1 270 340	3 702 834	4 973 174	-16,3
SCF	2 317 060	1 472 867	1 353 629	1 322 124	1 152 024	1 056 527	796 832	581 696	405 555	66 108	274 146	340 254	-16,1
LFL	901 981	887 246	824 660	1 949 341	2 109 927	1 925 633	2 220 162	3 449 222	1 177 990	94 755	610 300	705 055	-40,1
CRV	2 175 202	2 403 773	2 231 292	1 892 422	1 533 006	1 566 209	1 217 545	1 110 075	990 192	25 132	930 549	955 681	-3,5
CM	173 891 747	180 224 778	208 514 106	253 693 115	248 841 306	235 281 345	204 226 423	175 883 094	165 797 966	12 658 462	136 826 919	149 485 380	-9,8
SMPDL	1 381 623	1 272 363	1 213 081	554 130	871 174	820 129	454 864	439 362	366 188	562 397	0	562 397	53,6
SMAGH	761 660	580 147	593 666	1 762 586	2 016 286	3 205 822	2 448 534	2 285 806	2 272 692	323 750	1 553 318	1 877 068	-17,4
AMRAA	327 004	349 594	356 310	297 313	323 246	266 720	171 099	201 725	104 649	37 605	0	37 605	-64,1
AMISM	3 087 054	2 274 332	2 216 886	1 909 184	1 181 713	1 134 184	977 438	2 029 749	1 158 497	69 343	352 093	421 437	-63,6
CM+SM+AM	179 449 088	184 701 215	212 894 048	258 216 329	253 233 725	240 708 199	208 278 359	180 839 735	169 699 993	13 651 556	138 732 330	152 383 886	-10,2

Como se pode observar pelo quadro anterior o passivo exigível, para a maioria dos municípios registou os valores mais elevados no triénio 2009-2011. Em 2015, todos os municípios diminuem o seu passivo exigível, as exceções são os municípios de Lagoa, por um aumento da dívida a instituições financeiras e de São Roque do Pico cujo resultado é mais consequência do baixo valor registado em 2014 (476,3 M€) do que do valor de 2015 que está de acordo com os resultados apresentados em anos anteriores.

Os serviços municipalizados de Angra do Heroísmo e as associações de municípios seguem a mesma tendência dos municípios em 2015; a exceção são os serviços municipalizados de Ponta Delgada que registam um aumento de 53,6% no passivo exigível total.

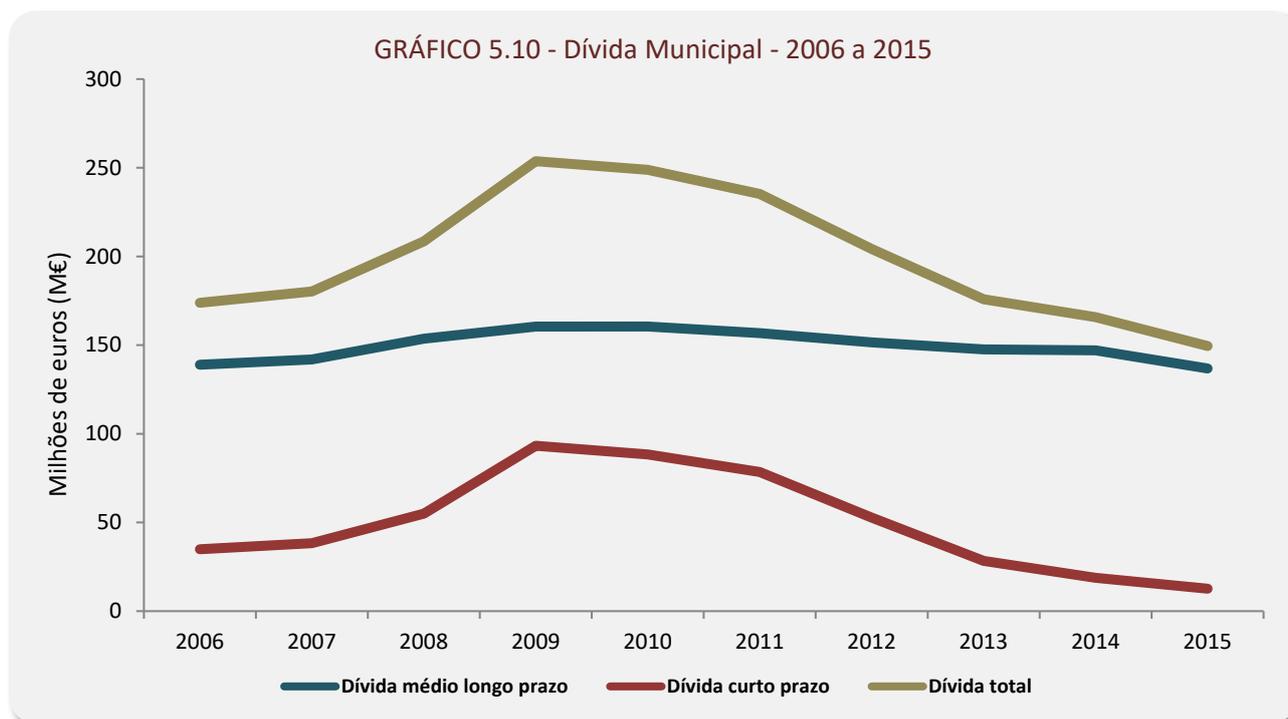
Evolução do endividamento municipal

A dívida total dos municípios tem apresentado, desde o ano de 2009, uma evolução descendente com uma queda média de 8,4% ao ano. Pelo Gráfico 5.10 é possível perceber que essa tendência de decréscimo é consequência dos baixos valores sucessivos apresentados pela dívida de curto prazo que tem caído a uma média de 28,3%, enquanto a dívida de médio e longo prazo, que, em 2015, representou 91,5% da dívida total, tem-se mantido mais constante, descendo de forma mais ligeira a uma taxa de 2,6% ao ano.

O comportamento do endividamento dos municípios acima relatado é, consequência da entrada em vigor da nova Lei das finanças locais em 2013 que obriga à amortização total dos empréstimos de curto prazo, no ano



civil a que estes respeitam. Por outro lado, a introdução de programas de saneamento financeiro que vieram possibilitar aos municípios a conversão de dívida de curto prazo em dívida de médio e longo prazo, originaram uma alteração da composição da dívida dos municípios. Em 2009, a dívida de médio e longo prazo pesava apenas 63,2% do total, menos 28,3 pp do que em 2015.



Municípios em processo de saneamento financeiro

Atualmente, seis municípios da Região encontram-se em processo de saneamento financeiro. Recorde-se que este mecanismo de recuperação financeira está previsto na Lei nº 73/2013 (RFALEI) e preconiza que todos os municípios que ultrapassem os limites da dívida previstos na Lei devem proceder à reestruturação da sua dívida, através da contração de empréstimos junto da Banca ou do Estado (PAEL).

No quadro 5.9 apresenta-se a evolução da dívida dos municípios em processo de saneamento financeiro no período 2008-2015.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

QUADRO 5.9 - Evolução do endividamento nos municípios com empréstimos de saneamento financeiro ou do PAEL

Município	Tipo de dívida	Euros																	
		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015			
		€	%	€	%	€	%	€	%	€	%	€	%	€	%	€	%		
VFC	CP	644 210	3%	2 824 671	12%	7 106 482	26%	3 324 707	11%	280 064	1%	272 668	1%	557 324	2%	184 649	1%		
	ML P	22 255 045	97%	21 446 174	88%	20 497 774	74%	26 679 567	89%	29 180 306	99%	27 766 579	99%	26 431 260	98%	25 298 349	99%		
	Total	22 899 254	100%	24 270 845	100%	27 604 255	100%	30 004 274	100%	29 460 370	100%	28 039 248	100%	26 988 584	100%	25 482 998	100%		
NRD	CP	1 346 706	14%	2 031 836	20%	7 525 995	49%	11 410 066	62%	10 480 678	61%	2 440 398	14%	189 371	1%	130 978	1%		
	ML P	8 409 050	86%	8 060 618	80%	7 694 634	51%	7 127 411	38%	6 580 657	39%	14 546 968	86%	15 120 459	99%	14 017 293	99%		
	Total	9 755 756	100%	10 092 454	100%	15 220 629	100%	18 537 477	100%	17 061 334	100%	16 987 365	100%	15 309 830	100%	14 148 271	100%		
CAL	CP	7 232 854	67%	1 725 732	16%	940 828	9%	959 779	10%	229 878	3%	177 514	2%	286 919	4%	106 555	2%		
	ML P	3 569 712	33%	9 285 533	84%	9 145 616	91%	8 713 965	90%	8 015 103	97%	7 081 769	98%	6 122 860	96%	5 183 877	98%		
	Total	10 802 566	100%	11 011 265	100%	10 086 444	100%	9 673 744	100%	8 244 981	100%	7 259 284	100%	6 409 778	100%	5 290 432	100%		
LPC	CP	2 179 458	32%	4 308 007	52%	206 475	2%	117 540	1%	571 324	8%	1 834 848	19%	778 125	10%	332 098	5%		
	ML P	4 705 998	68%	3 935 274	48%	9 024 886	98%	8 024 225	99%	7 039 350	92%	7 697 793	81%	6 884 237	90%	6 312 200	95%		
	Total	6 885 456	100%	8 243 281	100%	9 231 361	100%	8 141 765	100%	7 610 674	100%	9 532 641	100%	7 662 362	100%	6 644 298	100%		
RGR	CP	11 026 245	47%	12 737 629	48%	9 191 730	42%	7 466 117	41%	3 644 908	23%	638 655	6%	790 021	8%	618 102	6%		
	ML P	12 257 950	53%	13 576 241	52%	12 595 976	58%	10 937 981	59%	12 246 179	77%	10 956 706	94%	9 695 340	92%	9 588 047	94%		
	Total	23 284 196	100%	26 313 870	100%	21 787 706	100%	18 404 098	100%	15 891 087	100%	11 595 360	100%	10 485 361	100%	10 206 149	100%		
PVT	CP	6 949 888	43%	14 386 260	59%	8 691 709	47%	8 828 166	49%	6 835 537	41%	6 124 885	39%	5 013 556	36%	611 765	7%		
	ML P	9 139 669	57%	10 049 396	41%	9 771 871	53%	9 058 652	51%	9 773 213	59%	9 543 515	61%	8 878 918	64%	8 397 665	93%		
	Total	16 089 556	100%	24 435 656	100%	18 463 580	100%	17 886 819	100%	16 608 749	100%	15 668 400	100%	13 892 475	100%	9 009 430	100%		
Total	CP	29 379 361	33%	38 014 136	36%	33 663 219	33%	32 106 376	31%	22 042 388	23%	11 488 968	13%	7 615 316	9%	1 984 147	3%		
	ML P	60 337 423	67%	66 353 237	64%	68 730 757	67%	70 541 801	69%	72 834 808	77%	77 593 330	87%	73 133 073	91%	68 797 431	97%		
	Total	89 716 784	100%	104 367 373	100%	102 393 976	100%	102 648 177	100%	94 877 196	100%	89 082 298	100%	80 748 389	100%	70 781 578	100%		

Ano de dívida mais baixa
 Ano de dívida mais alta

Ao analisar o quadro, constata-se que para quatro dos seis municípios em processo de saneamento financeiro, o ano de 2015 é aquele que apresenta os valores de dívida mais baixos dos últimos sete anos. Mais ainda, todos os municípios reduziram a sua dívida de 2014 para 2015, sendo este, em termos globais, o ano de dívida mais baixa do período em análise e o primeiro em que nenhum município contraiu nenhum empréstimo de saneamento financeiro.

Alguns indicadores do grau de endividamento

O quadro 5.10, analisa o grau de endividamento dos municípios recorrendo a alguns indicadores, começando, desde logo, por aquele que está previsto na Lei nº 73/2013, e que define que o limite da dívida “não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores”. Abaixo, apresenta-se um quadro que mostra este valor calculado para cada município.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

QUADRO 5.10 - Cumprimento dos limites legais do endividamento – 2015

Municípios	Dívida orçamental 2015/ receitas correntes (média 2012-2014)
VPT	0,0
PDL	1,0
RGR	0,7
LAG	1,1
VFC	3,9
POV	1,2
NRD	3,7
AGH	1,4
PVT	1,1
SCG	0,4
CAL	1,5
VEL	1,2
SRP	0,1
LPC	1,7
MAD	0,6
HRT	0,6
SCF	0,1
LFL	0,2
CRV	0,7
CM	1,2

Como se pode verificar, apenas 3 municípios ultrapassaram os limites de endividamento previstos na Lei: Vila Franca do Campo, Nordeste e Lajes do Pico. Estes municípios estão a executar planos de saneamento financeiro. A média dos municípios foi positiva com o valor de 1,2. Note-se, que os valores de 2015 representam uma melhoria face a 2014, uma vez que nesse ano 6 municípios ultrapassaram o limite, Vila Franca do Campo, Nordeste, Praia da Vitória, Calheta, Velas e Lajes do Pico e a média dos municípios foi de 1,4.

Para aferir o grau de endividamento podem, no entanto, ser analisados outros indicadores que abaixo se apresentam.

QUADRO 5.11 - Indicadores do grau de endividamento

Indicadores	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Dívida curto prazo / Receitas certas	26,2	27,7	38,5	66,0	59,8	55,3	38,8	20,1	13,3	8,5
Dívida médio e longo prazo / Receitas certas	104,1	102,9	107,7	113,6	108,6	110,5	111,6	104,6	103,7	91,9
Serviço da dívida/ Receitas certas	13,0	14,2	15,4	17,3	16,4	20,4	21,5	16,3	13,7	13,6
Dívida CP / Saldo final de gerência	5,6	4,8	6,2	10,1	7,9	6,9	6,0	2,4	1,2	0,7
Dívida CP / (Saldo final de gerência + dívida a receber de curto prazo)	2,4	1,9	2,0	2,7	3,5	3,1	2,0	0,9	0,6	0,4

Os primeiros dois rácios comparam as dívidas de curto e médio e longo prazo com as receitas certas. Para os dois é possível observar uma queda gradual nos últimos 10 anos e observa-se que, pela primeira vez, em 2015,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

o rácio dívida de médio e longo prazo sobre as receitas certas é inferior a 100, ou seja, este é o primeiro ano na última década em que as dívidas de médio e longo prazo são inferiores às receitas certas. O rácio “dívida de curto prazo sobre as receitas certas” atingiu um pico em 2009 e a partir dessa data tem vindo a decrescer. Tal como já visto anteriormente, em resultado de programas de reajustamento da dívida, os municípios têm trocado dívida de curto prazo, por dívida de médio e longo prazo.

O terceiro indicador apresentado no Quadro “Serviço de dívida/ Receitas certas” compara os valores pagos, em cada ano, de amortizações e juros com as receitas certas. Este indicador está influenciado nos anos de 2011 a 2013 por valores de amortizações extraordinárias pagas, no âmbito dos programas de saneamento financeiro. O valor apresentado no ano de 2015 é o 2º mais baixo dos últimos 10 anos, apenas superado pelo de 2006. Os últimos dois rácios que permitem avaliar a capacidade dos municípios em liquidarem as suas dívidas de curto prazo, através do recurso às suas disponibilidades imediatas e quase imediatas, apresentam, em 2015, os valores mais baixos da década.

O Quadro 5.12 mostra os valores dos três primeiros rácios, por município, em 2015.

QUADRO 5.12 - Indicadores do grau de endividamento por município

MUNICÍPIO	Dívida CP / receitas certas - %	Dívida MLP / receitas certas - %	Serviço da dívida / receitas certas - %
VPT	1,5	7,9	4,3
PDL	12,9	80,5	10,2
RGR	3,7	57,3	11,8
LAG	7,6	91,2	12,8
VFC	2,4	331,8	30,5
POV	48,8	50,3	12,4
NRD	2,6	279,8	32,8
AGH	6,6	110,1	9,4
PVT	6,5	88,8	19,0
SCG	1,6	39,6	11,4
CAL	2,4	118,0	28,1
VEL	0,9	91,1	17,8
SRP	1,9	14,1	2,5
LPC	6,8	128,6	20,4
MAD	9,5	41,9	13,7
HRT	13,9	40,4	8,4
SCF	2,6	10,7	8,6
LFL	3,2	20,9	7,0
CRV	1,6	61,0	7,8
Média 2015	8,5	91,9	13,6



Prazo médio de pagamentos (PMP)

Após a entrada em vigor de vários programas com vista à redução do PMP a fornecedores, entre os quais o PAEL e também a LCPA que obriga, por exemplo, ao cálculo de fundos disponíveis mensais para que possam ser assumidos novos compromissos, continua a verificar-se em 2015 uma redução do PMP para a maioria dos municípios da Região. Dos 19 municípios, 14 apresentam em 2015 melhores resultados face a 2014, sendo que 7 apresentam mesmo PMP inferiores a 5 dias. Pela negativa, temos os casos de 4 municípios: Povoação, Nordeste, Lajes do Pico e Madalena. O município da Povoação destaca-se, uma vez que que passa de um PMP de 53 dias, em 2014, para 130 dias, em 2015. Este valor é o mais elevado dos últimos 5 anos e significa que o município da Povoação apresentava em 2015 pagamentos em atraso, que são, de acordo com a LCPA, todos aqueles que não foram realizados após 90 dias do vencimento da sua respetiva fatura.

QUADRO 5.13 - Prazo Médio de Pagamentos (PMP) por município 2013-2015

Municípios	Dias		
	2013	2014	2015
VPT	27	25	2
PDL	16	17	10
RGR	9	10	6
LAG	82	22	3
VFC	20	13	9
POV	47	53	130
NRD	299	5	18
AGH	17	24	24
PVT	164	53	13
SCG	13	3	1
CAL	37	25	4
VEL	9	2	1
SRP	42	14	13
LPC	39	9	12
MAD	59	33	47
HRT	48	26	15
SCF	1	1	0
LFL	87	20	17
CRV	0	5	2

FONTE: SIIAL

5.3 Rácios

Por forma a complementar a informação sobre a gestão financeira dos municípios, apresentam-se de seguida alguns rácios relativos à sua execução patrimonial.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

QUADRO 5.14 – Rácios 2015

RÁCIOS	Liquidez geral (Ativo Circulante/ Passivo Circulante)	Liquidez reduzida (Disponível/ Passivo Circulante)	Fundos Próprios / Fundos Alheios	Fundos Próprios / Ativo Líquido	Capitais Permanentes / Ativo Fixo	Ativo Fixo / Ativo Circulante	Ativo Líquido / Passivo Exigível	Imobilizado Líquido / Imobilizado Bruto	Imobilizado Líquido / Dívida médio e longo prazo	Proveitos Operacionais / Custos Operacionais	Proveitos Operacionais / Proveitos Totais
VPT	2,9	2,4	77,9	1,0	1,0	42,7	78,7	0,8	93,9	1,0	0,9
PDL	2,4	0,4	4,8	0,7	1,0	14,8	6,9	0,7	8,0	0,9	0,9
RGR	3,1	1,5	9,1	0,7	1,0	30,3	13,9	0,9	14,8	1,2	0,9
LAG	0,9	0,4	4,6	0,7	1,0	51,3	6,3	0,8	6,8	1,0	0,9
VFC	4,0	1,2	2,5	0,6	1,0	38,1	4,2	0,7	4,2	1,0	0,9
POV	0,2	0,0	3,9	0,6	0,9	81,2	6,9	0,8	13,5	1,0	0,9
NRD	2,2	1,8	3,1	0,6	1,0	45,1	5,2	0,8	5,2	1,1	0,9
AGH	1,9	1,3	4,9	0,6	1,0	36,0	8,2	0,8	8,2	1,1	0,9
PVT	1,3	0,1	5,0	0,6	1,0	41,7	8,8	0,7	9,5	1,0	0,8
SCG	2,1	1,3	11,0	0,6	1,0	63,0	17,9	0,8	18,6	1,0	0,9
CAL	4,3	3,6	0,4	0,1	1,1	11,9	3,0	0,7	3,1	1,3	0,9
VEL	1,3	1,2	3,0	0,5	1,0	9,8	6,2	0,6	6,3	1,1	0,8
SRP	3,4	0,8	32,2	0,8	1,0	30,1	41,8	0,5	47,4	0,9	0,9
LPC	0,8	0,1	1,2	0,2	1,0	75,4	5,5	0,6	5,8	0,9	0,8
MAD	0,5	0,1	5,3	0,5	1,0	63,1	11,0	0,7	13,5	1,0	0,9
HRT	1,8	0,8	11,3	0,7	1,0	27,2	16,5	0,6	22,2	0,9	0,9
SCF	5,8	5,3	50,5	0,8	1,0	17,6	60,9	0,8	75,6	0,9	0,9
LFM	0,5	0,4	17,2	0,5	1,0	68,6	35,9	0,5	41,5	0,7	0,9
CRV	7,8	6,5	7,2	0,5	1,1	16,9	14,3	0,7	14,6	1,1	0,8
Total CM	1,8	0,8	5,0	0,6	1,0	27,6	8,0	0,7	8,6	1,0	0,9

» Liquidez geral

Este rácio avalia a capacidade de cobertura das dívidas de curto prazo dos municípios através do recurso aos seus valores monetários disponíveis e dívidas a receber de curto prazo. O seu valor deve ser superior a 1. No ano de 2015, 5 municípios, Lagoa, Povoação, Lajes do Pico, Madalena e Lajes das Flores apresentam valores inferiores a 1, e os três municípios com valores mais elevados são o Corvo (7,8), Santa Cruz das Flores (5,8) e Calheta (4,3). O valor global dos municípios da Região foi de 1,8. Este valor representa uma subida de 0,3 em relação ao ano de 2014.

» Liquidez reduzida ou imediata

Tal como o anterior, também este rácio avalia a capacidade de resposta do município face ao cumprimento das suas responsabilidades de curto prazo, no entanto, recorrendo apenas às suas disponibilidades imediatas, ou seja, caixa e bancos. O valor geral para os municípios dos Açores foi de 0,8. Nove municípios apresentam, também valores inferiores a 1. Destaca-se o valor da Povoação (0,0), Praia da Vitória (0,1), Lajes do Pico (0,1) e Madalena (0,1).

» Fundos próprios/ Fundos alheios

Este rácio que avalia a forma como o ativo dos municípios está a ser financiado, apresentou um valor médio de 5,0. Destacam-se os valores de Vila do Porto (77,9) e Santa Cruz das Flores (50,5).



» Fundos próprios/ Ativo líquido

Caso este rácio fosse igual a 1, significaria que a totalidade dos ativos dos municípios estaria a ser financiada por fundos próprios. Destacam-se, com os valores mais elevados, os municípios de Vila do Porto (0,99), São Roque do Pico (0,77) e Santa Cruz das Flores (0,83). Pelo contrário, com os valores mais baixos temos Lajes do Pico (0,21) e Calheta (0,14).

» Capitais permanentes/ Ativo fixo

Os capitais permanentes são constituídos pelos fundos próprios e fundos alheios de médio e longo prazo. Este rácio permite-nos perceber, num dado momento, de que forma os municípios estão a financiar os seus ativos fixos e o seu valor deve ser superior a 1,0. Todos os municípios da região apresentaram valores próximos da unidade.

» Ativo fixo/ Ativo circulante

Este rácio analisa a composição do ativo dos municípios e será tanto maior quanto maior a proporção do ativo fixo no total do ativo. No ano de 2015 os municípios apresentaram valores bastante díspares que variaram entre os 81,2 na Povoação e os 9,8 no município de Velas, devido ao facto de ter depósitos no valor de 2,7 M€ no final do ano.

» imobilizado líquido/ Imobilizado bruto

Este rácio é sempre inferior a 1, pois o imobilizado bruto é igual ao imobilizado líquido mais as amortizações acumuladas. Quanto mais baixo o valor deste rácio, maior o valor das amortizações acumuladas e mais antigo será o imobilizado, uma vez que este rácio mostra o ritmo a que estão a ser realizados novos investimentos. O valor para o total dos municípios da Região foi de 0,7. O município da Ribeira Grande é o que apresenta o valor mais elevado de 0,9, querendo dizer que o imobilizado líquido corresponde a 90% do imobilizado bruto e os restantes 10% a amortizações acumuladas.

Imobilizado líquido/ Dívida de médio e longo e prazo

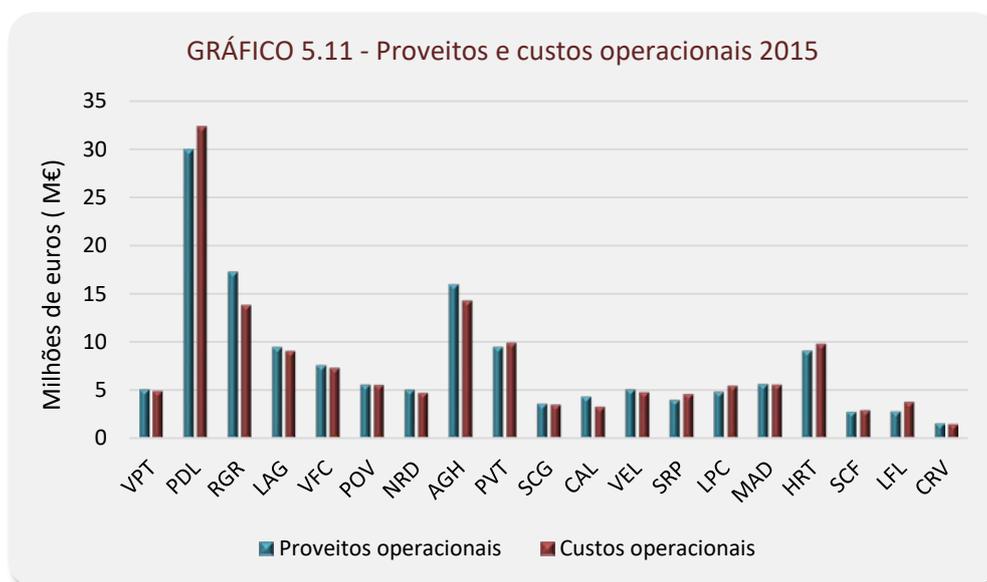
Este rácio compara, anualmente, o valor do imobilizado líquido com o capital em dívida de empréstimos de médio e longo prazo, não considerando a dívida de curto prazo a fornecedores. Com os valores mais altos, destacam-se os municípios de Vila do Porto (93,9), Santa Cruz das Flores (75,6) São Roque do Pico (47,4). Com os valores mais baixos temos os municípios de Calheta (3,1), Vila Franca do Campo (4,2) e Nordeste (5,2).



» Proveitos operacionais/ Custos operacionais

O valor deste rácio deve ser superior a 1,0, indicando, assim, que os resultados operacionais dos municípios são positivos. Analisando o Quadro 5.14, verifica-se que 7 municípios apresentam resultados inferiores a 1,0. São eles os municípios de Ponta Delgada (0,93), Praia da Vitória (0,96), São Roque do Pico (0,86), Lajes do Pico (0,89), Horta (0,93), Santa Cruz das Flores (0,95) e Lajes das Flores (0,75). Os municípios da Calheta (1,33) e da Ribeira Grande (1,25) são os que apresentam os valores mais elevados. O valor para o total dos municípios foi de 1,0 à semelhança do valor apresentado em 2014.

No gráfico que segue abaixo apresenta-se o valor dos custos e dos proveitos operacionais, por município.



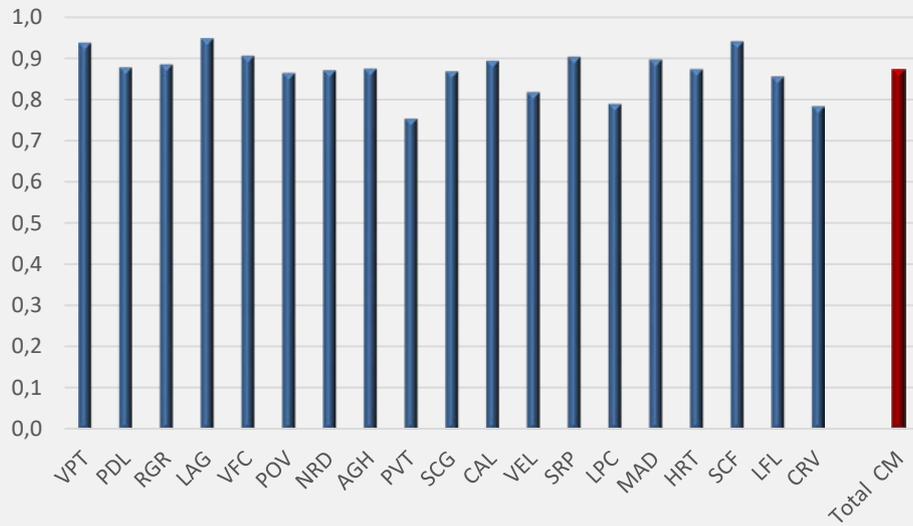
» Proveitos operacionais/ Proveitos totais

Em termos globais, os proveitos operacionais representaram 87% do total dos proveitos, em 2015. Os municípios com maiores valores foram os de Vila do Porto (94%), Lagoa (95%) e Santa Cruz das Flores (94%) (Gráfico 5.12).



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

GRÁFICO 5.12 - Proveitos Operacionais / Proveitos Totais





6. FREGUESIAS

6.1 Caracterização

Existem 156 freguesias nos Açores (contando com o Corvo, onde as funções da freguesia são desempenhadas pelo município), repartidas pelas 9 ilhas, com uma área média de 15 Km² e uma média de 1.582 habitantes. É interessante a comparação destes dados com os do resto do país: Em Portugal Continental e na Região Autónoma da Madeira, cada freguesia serve cerca de 3.486 e 4.959 fregueses, respetivamente, ou seja, mais do que o dobro das freguesias dos Açores, e tem uma área média de 31 Km², no Continente, e 15 Km², na Madeira. As freguesias Açorianas são maioritariamente rurais (55%). As urbanas são apenas 17% e estão todas localizadas em apenas 3 ilhas: S. Miguel, Terceira e Faial.

O Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF) médio, por freguesia, na Madeira e no Continente é bastante semelhante, mas nos Açores é muito inferior. Esta situação deve-se ao facto de a população média ser um dos critérios previsto na Lei das finanças locais para determinação do FFF e, nos Açores, a população média de cada freguesia é bastante menor.

QUADRO 6.1 - Caracterização das freguesias dos Açores, Madeira e Continente

Região	Freguesias	População	População média por freguesia (nº hab)	Dimensão média por freguesia (Km ²)	FFF 2015 (€)	FFF médio por freguesia (€)
Açores	156	246 772	1 582	14,9	5 696 480	36 751
Madeira	54	267 785	4 959	14,8	3 628 533	67 195
Continente	2882	10 047 621	3 486	30,9	174 713 437	60 622
Total	3092	10 562 178	3 416	29,8	184 038 450	59 521

6.2 Fluxo das receitas e das despesas

Em 2015, as freguesias iniciaram o ano com um saldo transitado de 2014 de 2,9 M€ e, durante o ano, arrecadaram 12,9 M€ de receitas correntes (70%) e 5,5 M€ de receitas de capital (30%). Nos municípios, esta proporção é de 82% e 18%, respetivamente.

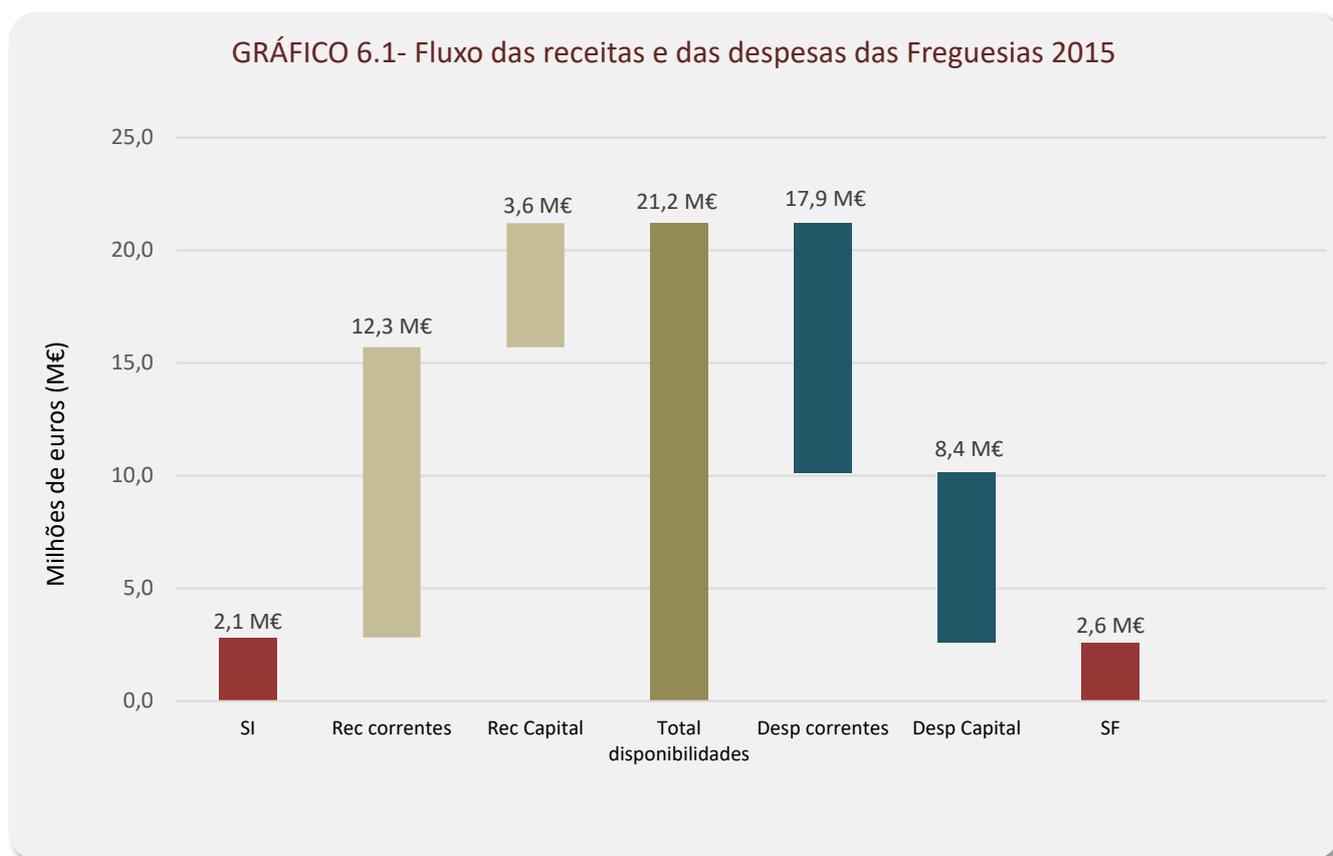


O saldo corrente (receitas correntes – despesas correntes) foi de 7,4 M€, o que significa que 57% das receitas correntes foram utilizadas em despesas de capital. Esta percentagem é bastante superior à dos municípios, que em 2015 foi de 26%.

QUADRO 6.2 - % do saldo corrente na receita corrente

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Freguesias	50	43	53	64	71	57
Municípios	9	8	11	21	26	26

O Gráfico 6.1 mostra o fluxo de entradas e saídas de verbas no conjunto das 155 freguesias e os saldos, inicial e final.





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

6.3 Receitas das Freguesias

As receitas das freguesias da RAA nos últimos 3 anos e a sua estrutura podem ser observadas no Quadro 6.3. Em 2015, as receitas totais aumentaram cerca de 16%, sendo de assinalar o aumento de 14,7% nas receitas próprias, uma vez que isso se traduz por uma maior autonomia financeira. Se considerarmos as receitas próprias e os Fundos do Orçamento do Estado, ou seja, as receitas certas, o valor agregado (7,2 M€) financia 80% do conjunto “pessoal, bens e serviços”. Além disso, parte destas despesas estão diretamente associadas a delegações de competência dos municípios, sendo financiadas por transferências correntes recebidas. Em 2015, estas transferências atingiram o montante de 4 M€, a que se adicionam 1,3 M€ de transferências de capital, perfazendo os cerca de 5,3 M€ inscritos no Quadro 6.3.

Quadro 6.3 - Evolução e estrutura das receitas das Freguesias 2015

Receitas	2013		2014		2013 - 14	2015		2014 - 15
	valores	%	valores	%	Δ %	valores	%	Δ %
Receitas Próprias	998 051	6,7%	1 309 506	8,3%	31,2	1 501 589	8,2%	14,7
Fundos OE	5 680 049	38,1%	5 557 890	35,1%	-2,2	5 660 248	30,8%	1,8
Fundos UE	354 900	2,4%	977 554	6,2%	175,4	1 202 831	6,5%	23,0
Transf - GR	2 659 850	17,8%	2 380 370	15,0%	-10,5	4 554 342	24,8%	91,3
Transf - CM	4 961 540	33,3%	5 003 711	31,6%	0,8	5 283 871	28,8%	5,6
Outras Transf	255 847		424 087		0,0	174 486		0,0
Empréstimos	0	0,0%	202 681	1,3%	0,0	0	0,0%	-100,0
Total	14 910 236	100,0%	15 855 799	100,0%	6,3	18 377 367	100,0%	15,9

As outras grandes rubricas de receita são as transferências da União Europeia e do Governo Regional. As primeiras registaram um aumento de 23%, totalizando 1,2 M€, mas representam apenas 6,5% das receitas totais. No caso das transferências do Governo Regional, observa-se um crescimento de 91%, tendo estas transferências somado cerca de 4,6 M€, valor mais elevado desde 2006, e muito provavelmente de sempre.

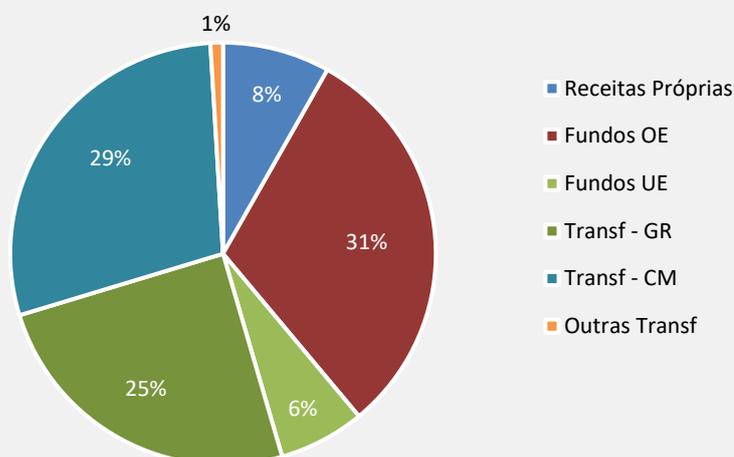
No que respeita às transferências recebidas do Governo Regional, estas repartem-se em 2,7 M€ de transferências correntes e 1,8 M€ de transferências de capital.

Os empréstimos, que no caso das juntas de freguesia só podem ser contraídos por curto prazo e amortizados no próprio ano, foram nulos em 2015.

O Gráfico 6.2 mostra a estrutura das receitas das freguesias em 2015, que naturalmente terá que ser diferente da dos municípios, devido ao peso da componente “Transferências dos municípios”, que em 2015 foi de 29%.



GRÁFICO 6.2 - Estrutura das receitas das freguesias - 2015



As transferências do Orçamento do Estado (31%) constituem a maior fonte de receita das freguesias, sendo essenciais para cobrir os encargos de funcionamento, uma vez que as receitas próprias (8%) são insuficientes. Com um peso próximo das transferências do OE, aparecem as transferências dos municípios (29%) e as transferências do Governo Regional (25%).

As receitas próprias (8%) somaram 1,5 M€ em 2015, sendo apenas suficientes para os encargos com os eleitos locais. Todavia, aumentaram 14,7% e no ano anterior tinham aumentado 31,2%.

No Quadro 6.4 são destacadas algumas receitas próprias.

QUADRO 6.4 - Principais receitas próprias

Receitas Próprias	2015	
	valores	%
Taxas de canídeos	28 644	3,5%
Outras taxas	100 639	12,3%
Rendas - terrenos, edificios, habit. etc.	147 889	18,1%
Venda de bens - produtos CTT	16 295	2,0%
Venda de bens - outros bens	7 373	0,9%
Serviços - aluguer de instalações	83 563	10,2%
Serviços - transportes escolares	57 577	7,0%
Serviços - cemitérios	63 318	7,7%
Serviços - outros	121 778	14,9%
Venda de terrenos (sepulturas e outros)	162 501	19,8%
Venda de habitações e edifícios	29 500	3,6%
Total	819 077	100,0%



O IMI é a maior fonte de receita própria, representando mais de 40% do total.

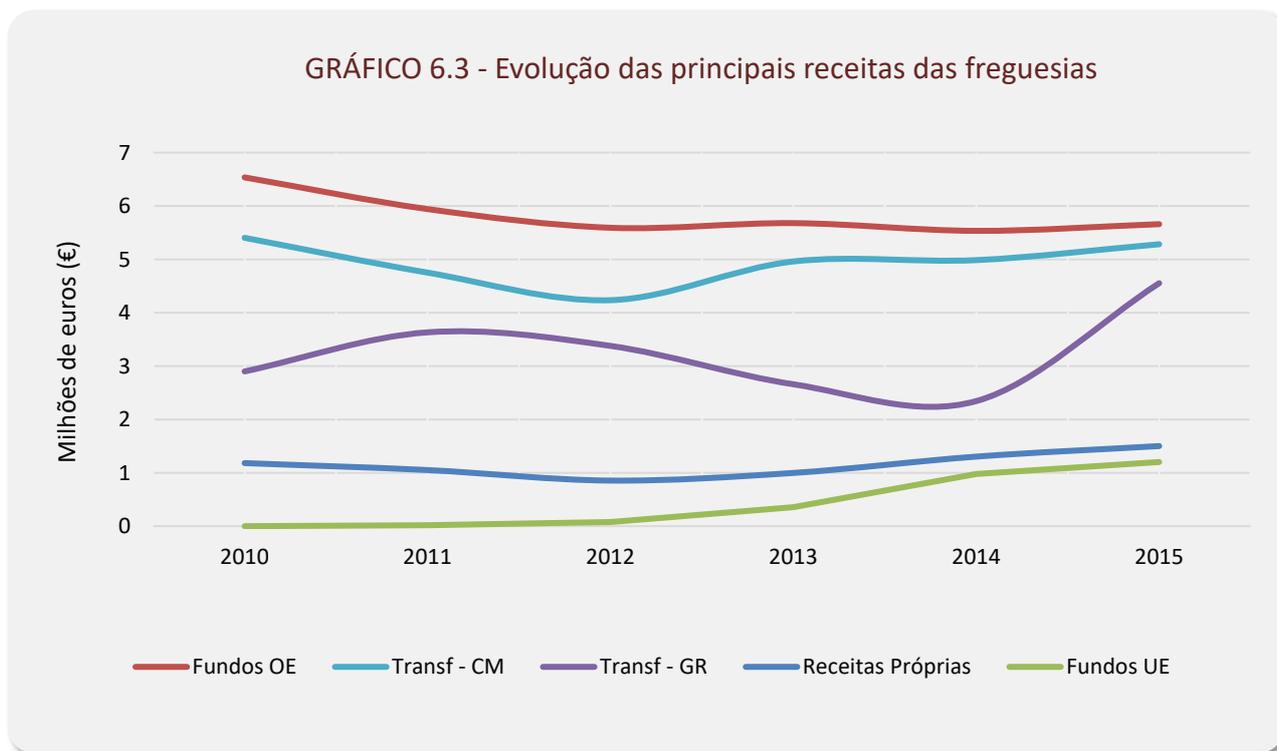
Na venda de bens, que ocupa menos de 2% das receitas próprias, 69% são produtos CTT, no âmbito do protocolo celebrado entre diversas freguesias e esta entidade.

Na venda de serviços, que representam cerca de 22%, as maiores componentes são os serviços de cemitérios, o aluguer de instalações e os transportes escolares, que neste caso beneficiam de apoios do Governo Regional.

Por outro lado, as rendas de terrenos, edifícios e habitações representam perto de 10% do total de receitas próprias recebidas em 2015.

São também de assinalar, como receitas de capital, a venda de terrenos, essencialmente de sepulturas, pois ocupam quase 11% das receitas próprias.

A evolução das principais rubricas da receita é apresentada no Gráfico 6.3.



As transferências do Governo Regional voltam a crescer em 2015, depois de um período de abrandamento, e as dos fundos comunitários continuam a aumentar, ultrapassando 1 milhão de euros em 2015.

Os Fundos OE tiveram um ligeiro aumento em 2015, mas insuficiente para compensar a redução do ano anterior.

Os valores mais altos registaram-se entre 2008 e 2010, excedendo os 6 M€.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

QUADRO 6.5 -Evolução dos fundos do OE - Freguesias - unidades territoriais

ANOS	PAÍS	Variação anual	CONTINENTE	Variação anual	AÇORES	Variação anual	MADEIRA	Variação anual
2006	193 842 936	2,3	183 919 229	2,3	5 918 672	2,3	4 005 035	2,3
2007	193 842 936	0,0	183 896 783	0,0	5 976 672	1,0	3 969 481	-0,9
2008	198 218 007	2,3	188 122 195	2,3	6 108 730	2,2	3 987 082	0,4
2009	208 128 907	5,0	197 528 306	5,0	6 414 173	5,0	4 186 428	5,0
2010	211 843 202	1,8	201 109 342	1,8	6 557 117	2,2	4 176 743	-0,2
2011	193 639 454	-8,6	183 827 966	-8,6	5 993 659	-8,6	3 817 829	-8,6
2012	184 038 450	-5,0	174 713 437	-5,0	5 696 480	-5,0	3 628 533	-5,0
2013	184 038 450	0,0	174 713 437	0,0	5 696 480	0,0	3 628 533	0,0
2014	184 378 535	0,2	175 180 204	0,3	5 619 088	-1,4	3 579 243	-1,4
2015	184 038 450	-0,2	174 713 437	-0,3	5 696 480	1,4	3 628 533	1,4
2016	189 402 546	2,9	179 963 099	3,0	5 766 389	1,2	3 673 058	1,2

No Quadro 6.5, podemos comparar o peso percentual no total da RAA de algumas receitas do conjunto de freguesias de cada município. É evidente que os municípios maiores (Ponta Delgada, Angra do Heroísmo, Ribeira Grande, Praia da Vitória) terão maior peso, mas o que aqui interessa é a comparação entre as rubricas de receita, bem como a sua relação com a população.

Assim, considerando as receitas próprias, os municípios que mais se aproximam da % da população são Angra do Heroísmo, ou seja, as 19 freguesias deste município têm 14,4% da população total da RAA e também 14,4% do total de receitas próprias das freguesias da região, bem como Santa Cruz da Graciosa, mas com uma percentagem de 1,8%. Com diferenças mais acentuadas, aparecem Ponta Delgada (19,5% de receitas próprias e 27,9% da população) e Ribeira Grande (17,3% de receitas próprias e 13% da população). Considerando as receitas totais, nota-se uma maior aproximação aos valores da população em Ponta Delgada e Ribeira Grande, sobretudo neste último.

É nas transferências que se verificam maiores diferenças. Por exemplo, a Praia da Vitória recebeu 18,6% dos fundos comunitários, tendo 8,5% da população e S. Roque do Pico recebeu 14,2%, para 1,4% da população da Região.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

QUADRO 6.6 - Repartição das principais receitas das freguesias (% por Concelho) - 2015

CONCELHOS	Receitas totais	Receitas próprias	Transf. OE	Transf. UE	Transf. GR	Transf. CM	População %
VPT	3,1	1,6	3,6	5,4	1,9	3,6	2,3
PDL	22,6	19,5	17,8	11,9	28,9	26,0	27,9
RGR	12,8	17,3	9,8	7,4	17,2	12,5	13,0
LAG	4,3	4,3	4,6	1,0	2,9	6,1	5,9
VFC	3,8	6,3	4,2	13,4	3,6	0,6	4,6
POV	3,1	6,1	4,1	4,5	1,6	2,3	2,6
NRD	3,3	2,4	4,6	4,2	2,2	2,0	2,0
AGH	13,9	14,4	12,4	8,3	13,4	17,0	14,4
PVT	6,2	6,3	7,4	18,6	6,3	1,4	8,5
SCG	1,9	1,8	2,8	0,0	0,8	2,5	1,8
CAL	1,7	1,2	3,0	0,0	2,1	0,7	1,5
VEL	3,6	5,5	3,8	6,2	1,8	3,7	2,2
SRP	2,9	2,3	3,1	14,2	0,7	2,4	1,4
LPC	2,4	2,2	4,0	1,9	0,8	2,4	1,9
MAD	3,1	3,8	4,0	0,7	2,8	3,0	2,5
HRT	9,0	4,3	7,0	1,4	12,1	11,5	6,1
SCF	0,7	0,5	1,3	0,0	0,1	1,0	0,9
LFL	1,4	0,4	2,5	1,0	0,8	1,3	0,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

6.4 Despesas das Freguesias

Em 2015, as freguesias efetuaram despesas no valor global de 18,6 M€, aumentando 24%. Foi um aumento superior aos 16% verificados nas receitas, sendo a diferença financiada pelo saldo do ano anterior.

No Quadro 6.6, pode observar-se o comportamento das principais rubricas da despesa. Será de destacar a redução de 3% nas despesas de pessoal, tendo em conta o peso relativo destas despesas (25%), bem como o aumento de 12% na aquisição de serviços, rubrica que representa quase 16% do total. Mas a variação com mais significado é o aumento de 75,7% no investimento, pois estas despesas ocupam 40% da despesa total em 2015. Aparecem depois variações grandes, mas em rubricas com pouca expressão.

QUADRO 6.7 - Evolução e estrutura das despesas das Freguesias 2015

Tipo de despesa	2013		2014		2013 - 14	2015		2014 - 15
	valores	%	valores	%	Δ %	valores	%	Δ %
Pessoal	4 890 543	30,9%	4 815 906	32,1%	-1,5	4 667 416	25,1%	-3,1
Bens	1 729 670	10,9%	1 745 826	11,6%	0,9	1 806 763	9,7%	3,5
Serviços	2 766 758	17,5%	2 606 476	17,4%	-5,8	2 916 150	15,7%	11,9
Juros	22 762	0,1%	30 140	0,2%	32,4	13 887	0,1%	-53,9
Amortizações	9 224	0,1%	205 998	1,4%	2 133,4	3 174	0,0%	-98,5
Investimentos	5 523 102	34,8%	4 253 825	28,4%	-23,0	7 474 915	40,2%	75,7
Transferências - instituiç não lucrat	567 481	3,6%	590 981	3,9%	4,1	652 683	3,5%	10,4
Transferências correntes - famílias	78 804	0,5%	195 757	1,3%	148,4	152 267	0,8%	-22,2
Transferências correntes - seg social	0	0,0%	205 462	1,4%	-	666 681	3,6%	224,5
Outras Despesas	260 934	1,6%	345 197	2,3%	32,3	247 115	1,3%	-28,4
Total	15 849 279	100,0%	14 995 569	100,0%	-5,4	18 601 050	100,0%	24,0



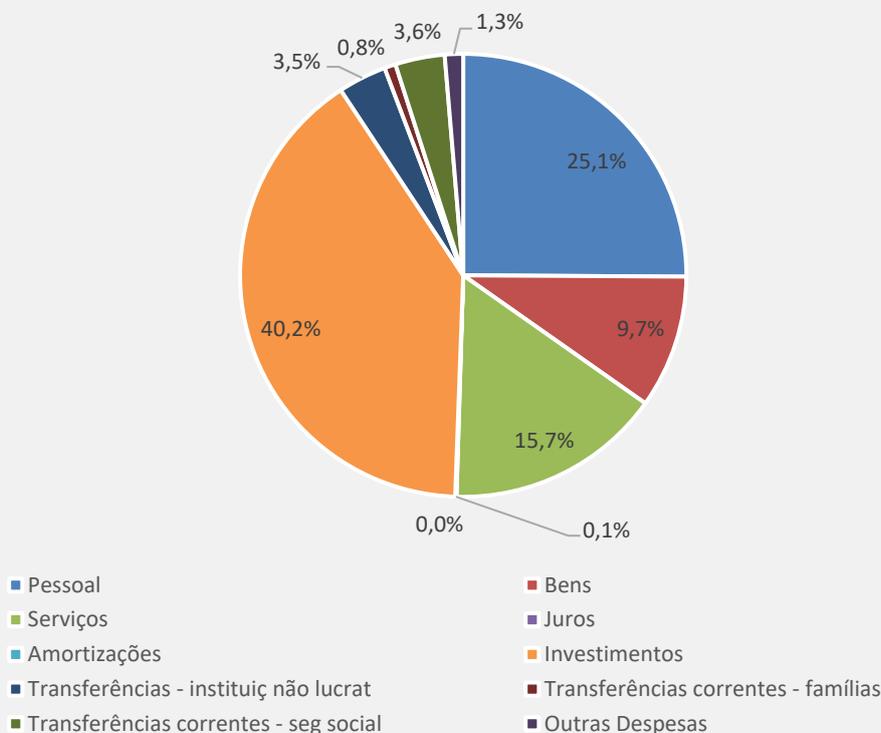
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

O aumento do investimento resulta numa despesa total de 7,5 M€, que apenas conheceu valor superior em 2009 (7,9 M€). Se analisarmos as receitas, verificamos que foram as transferências do Governo Regional, com um crescimento de 91,3%, a principal fonte de financiamento deste aumento de investimento. As transferências dos fundos comunitários também deram a sua contribuição, com um aumento de 23%, mas o seu peso na receita total é de 6,5%, face aos 24,8% do Governo Regional. É também interessante recordar que, enquanto o investimento nas freguesias aumentou 40%, nos municípios diminuiu 24%.

No Gráfico 6.4 podemos observar a estrutura das despesas das freguesias, em termos globais.

O investimento ocupa a maior parcela (40,2%), seguido do pessoal (25,1%) e da aquisição de bens (9,7%) e serviços (15,7%). Estas 4 rubricas representam em conjunto 90,7% da despesa total, comparado com 71,7% nos municípios. A diferença está nas transferências, que nos municípios ocupam cerca de 14% da despesa e nas freguesias cerca de 8%, e ainda no serviço da dívida, praticamente nula nas freguesias, mas com um peso de 12% nos municípios.

GRÁFICO 6.4 - Estrutura das despesas das freguesias - 2015





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo
Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional de Organização e Administração Pública

Áreas de investimento

O Quadro 6.7 mostra o que foi despendido nas principais áreas de investimento nos últimos 3 anos.

Foram gastos 1,5 M€ em rede viária, sendo esta a maior área de investimento (20,4%). Além disso, o investimento nesta área aumentou 43,5%.

QUADRO 6.8 - Evolução das áreas de investimento das freguesias

Investimento	2013		2014		Δ % 13-14	2015		Δ % 14-15
	valores	%	valores	%		valores	%	
Habitação	721 592	13,1%	646 690	15,2%	-10,4	1 030 827	13,8%	59,4
Aquisição, construção e reparação de Sedes	427 423	7,7%	129 599	3,0%	-69,7	399 167	5,3%	208,0
Educação e Desporto	397 721	7,2%	408 805	9,6%	2,8	1 072 431	14,3%	162,3
Rede Viária	1 853 700	33,6%	1 060 558	24,9%	-42,8	1 522 143	20,4%	43,5
Parques e Jardins	391 836	7,1%	369 983	8,7%	-5,6	572 452	7,7%	54,7
Material de transporte	90 612	1,6%	170 905	4,0%	88,6	418 915	5,6%	145,1
Mobiliário e Equipamento Administrativo	60 397	1,1%	135 813	3,2%	124,9	96 190	1,3%	-29,2
Equipamento Informático	61 793	1,1%	39 784	0,9%	-35,6	124 153	1,7%	212,1
Software Informático	15 468	0,3%	9 034	0,2%	-41,6	74 244	1,0%	721,8
Outros Investimentos	1 502 561	27,2%	1 282 654	30,2%	-14,6	2 164 393	29,0%	68,7
Total	5 523 102	100,0%	4 253 825	100,0%	-23,0	7 474 915	100,0%	75,7

Seguem-se, em dimensão, a educação e desporto (14,3%) e a habitação (13,8%). Estas 3 áreas são maioritariamente executadas por delegação de competências, quer do município, quer do Governo Regional. Nas áreas de reparação de sedes, equipamento administrativo e equipamento informático, as freguesias atuam por conta própria, mas beneficiam da cooperação financeira do Governo Regional. Em 2015, esta cooperação atingiu o valor global de 409 m.e.

Saliente-se o aumento de 212% no equipamento informático e de 722% no software informático, tendo sido gastos ao todo 198,4 m.e., com a contribuição de 167,5 m.e. do Governo Regional.

Do valor total de despesas de investimento (7,5 M€), apenas 25 m.e. referem-se a prestações de locação financeira relativos essencialmente a material de transporte (16,6 m.e.), edifícios (5,5 m.e.) e equipamento administrativo e informático (2,6 m.e.), adquiridos por 7 freguesias.